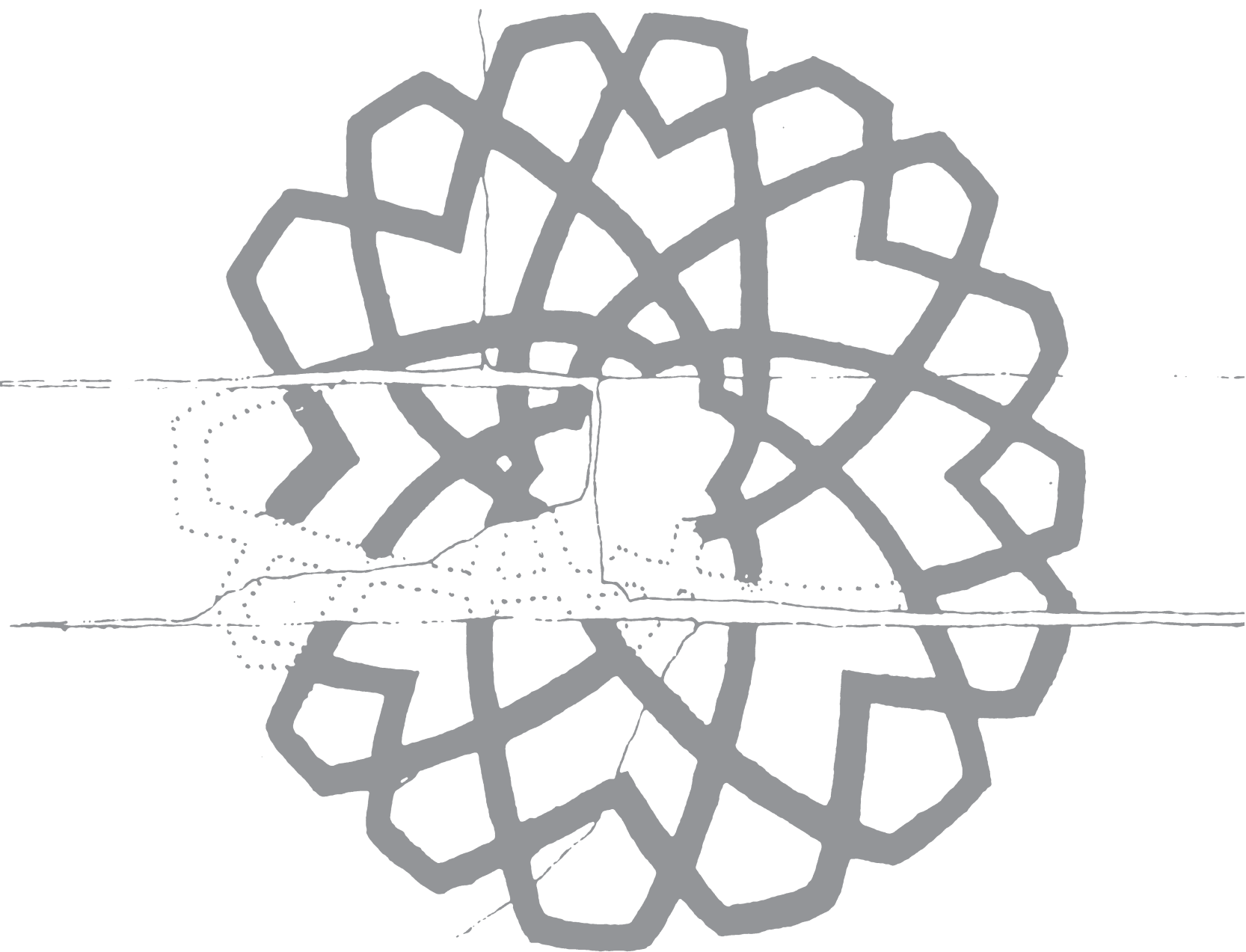


SANTIAGO MACIAS · VANESSA GASPAR · JOSÉ GONÇALO VALENTE

CASTELO DE MOURA

ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS 1989-2013

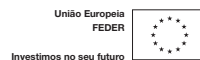
TEXTOS



SANTIAGO MACIAS · VANESSA GASPAR · JOSÉ GONÇALO VALENTE

CASTELO DE MOURA

ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS 1989-2013
TEXTOS



CASTELO DE MOURA: ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS (1989-2013)

AUTORES

SANTIAGO MACIAS
Investigador do Programa Ciência 2008 da FCT
Universidade de Coimbra – CEAUCP/CAM

VANESSA GASPAR
Câmara Municipal de Moura

JOSÉ GONÇALO VALENTE
Câmara Municipal de Moura

DESIGN GRÁFICO

TVM Designers

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Moura, Moura, 2016

IMPRESSÃO

AGIR – Produções Gráficas

TIRAGEM 1000 exemplares

ISBN 978-972-8192-57-0

DEPÓSITO LEGAL 407143/16

APOIO FINANCEIRO



APOIO À INVESTIGAÇÃO



PREFÁCIO	6
INTRODUÇÃO	8
1. O TERRITÓRIO E O CASTELO	12
1.1. Pré e proto-história	15
1.2. Época romana	21
1.3. Época islâmica	25
1.4. Época cristã medieval	27
1.5. Vias	30
1.5.1. As estradas do território de Beja	30
2. O CASTELO ENTRE A PROTO-HISTÓRIA E O PERÍODO ISLÂMICO: DADOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS	34
2.1. Pré e proto-história	37
2.2. Época romana	40
2.3. Época islâmica	43
2.3.1. A mesquita	45
2.3.2. A <i>maqbara</i>	46
2.4. Em torno da toponímia	49
3. O CASTELO, O ESPAÇO PERIURBANO E A CIDADE MEDIEVAL	52
3.1. Arrabaldes e crescimento urbano	57
3.2. As casas da cidade	63
3.3. Igrejas e cemitérios	65
3.4. A água na cidade medieval	67
4. O CASTELO: ESTRUTURAS DEFENSIVAS DA BAIXA IDADE MÉDIA, URBANISMO E ARQUEOLOGIA	70
4.1. Arqueologia medieval no castelo de Moura	82
4.1.1. Alcáçova – setor sul	83
4.1.2. Alcáçova – setor norte	86
4.1.3. Estruturas urbanas no exterior da alcáçova	89
5. A ALCÁÇOVA DE MOURA A PARTIR DA RESTAURAÇÃO	98
5.1. Decadência das muralhas do castelo	105
5.2. Escavações arqueológicas: níveis modernos e contemporâneos	108
5.2.1. Escavações arqueológicas – setor norte	108
5.2.2. Um aquartelamento na alcáçova	110
5.2.3. Escavações arqueológicas – setor sul	112
CONCLUSÃO	118
BIBLIOGRAFIA	121
ANEXOS (CD)	
A – Estampas	
B – Estruturas e estratigrafia	
C – Catálogo de materiais	
D – Documentação escrita	
E – Equipa de escavação e créditos	

PREFÁCIO

Moura não é uma terra igual às outras. Haveria muitos modos e argumentos para justificar a particularidade que, desde logo, lhe confere o seu local de implantação nas margens altas do Guadiana e em ponto de controlo das atalaias que em tempos lhe serviram de protecção.

Mas, porque se trata de reflectir em torno do livro *Castelo de Moura – escavações arqueológicas 1989-2013*, é ao castelo e à sua alcáçova que vamos buscar os elementos de singularidade que reconhecemos na cidade.

O castelo e a muralha, as torres, onde ressaí aquela magnífica torre de terra construída, mais a igreja e o convento e a paisagem que se observa da alcáçova seriam elementos bastantes para ajustar o carácter incomparável da cidade de Moura.

Mas, não seria justo retirar do livro o capítulo que lhes é dedicado e, também, não seria fácil, pois que, afinal, é todo o livro que lhes é dedicado. É, que, de facto, sem ser o propósito desta obra, na sua escrita de harmonia ritmada, as escavações são o testemunho maior de que Moura faz a diferença.

São poucos os projectos arqueológicos em execução em Portugal. As políticas do património que consideram que registo é o mesmo que criação de conhecimento, que o conhecimento em arqueologia é uma coisa que se pode adiar; ou ainda, que ao contrário de outras ciências onde se procuram os especialistas para fazer o melhor possível, nesta é indiferente quem actue, empurraram para fora da prática arqueológica quase todos os investigadores com projectos científicos, por falta de financiamento.

Em Moura, desde 2003, criaram-se condições para desenvolver um projecto arqueológico de natureza científica, que visava desenterrar património, produzir conhecimento sobre a vida de Moura na sua longa história e disponibilizá-los ao usufruto da comunidade. Requalificar um espaço e convocar as pessoas para voltarem a frequentá-lo era, entretanto, o objectivo maior.

Com este projecto de propósito duplo, ao longo de mais de uma década, a Autarquia de Moura criou condições para ao ritmo próprio da investigação se recuperar com sucesso para a contemporaneidade, para os seus habitantes, um fragmento maior da sua História: em conhecimento e em património a céu aberto e musealizado.

É essa aventura fascinante de reencontro com a dinâmica da cidade de tempos que já fora e a sua disponibilização ao tempo presente que *Castelo de Moura – escavações arqueológicas 1989-2013* nos apresenta.

Não é um relatório de escavações para técnicos e especialistas avaliarem, nem uma publicação para turistas que gostam de informação mais detalhada, *Castelo de Moura – escavações arqueológicas 1989-2013* é só a História de um dos espaços fundamentais da construção da cidade de Moura, redigida com base num conhecimento feito de cada pedra e de todos os grãos de terra que testemunham a vida e os seus modos desses outros e ancestrais mourenses em cujo castelo e alcáçova encontravam o lugar de referência.

Profundamente ilustrado, e colorido, colocando em diálogo as ilustrações do espaço e as das coisas – os muros e as loiças –, de modo a que se não perca essa racionalidade objectiva de que é das gentes que usaram aquele espaço e dos objectos que elas utilizaram que se está a tratar, esta obra conduz-nos com singular acuidade por um percurso original e esclarecido ao Castelo de Moura.

Testemunho de um projecto arqueológico científico de sucesso, marcante no que respeita ao envolvimento comprometido, competente de uma instituição que por via do passado se empenha em valorizar as suas gentes do presente, *Castelo de Moura – escavações arqueológicas 1989-2013* é fundamento indiscutível de que Moura não é, por tantas razões, a que soma este projecto, igualável a nenhuma outra.

MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Diretora de Curso de Doutoramento em Arqueologia

Diretora de Curso de Mestrado em Arqueologia e Território

INTRODUÇÃO

Passam, no próximo verão, 36 anos sobre a data de início das escavações arqueológicas no castelo de Moura. O projeto foi entregue ao Instituto Português do Património Cultural em 2 de julho de 1980, por Jorge Pinho Monteiro, um jovem investigador da Universidade de Évora, tendo sido aprovado em 16 de setembro do mesmo ano. Como se apontava no plano inicial, e depois se sublinhava em carta dirigida ao IPPC em 21 de outubro do mesmo ano, a escavação do Castelo de Moura tinha um estatuto de pré-salvamento. O IPPC, ao indeferir uma proposta, elaborada pelo GAT de Moura, de «Arranjo urbanístico da zona do Castelo de Moura – 1.ª fase» (no qual se previa a construção de uma circular intra-muros para automóveis e o ajardinamento do recinto amuralhado), fazia depender a sua execução do «resultado de sondagens arqueológicas a realizar no local» (parecer aprovado em sessão da comissão «ad hoc», de 25/7/80 – Proc. 80/14-10(1), superiormente homologado em 28/7/80).

A proposta de trabalho apresentada dava uma expressiva imagem do que era o Castelo de Moura nessa altura:

«O burgo intra-muros era ainda habitado há cerca de 5-10 anos, desenvolvendo-se entre a muralha e a cerca do convento da Assunção, ao longo de três ruas cuja toponímia se conserva em plantas dos anos quarenta. Estas casas foram totalmente arrasadas e terraplanadas, oferecendo o recinto interior hoje em dia o aspeto de campo aberto, com montes de entulho e cercas de quintais no canto sudoeste».

As campanhas de 1980 e 1981, dirigidas por Jorge Pinho Monteiro (com a colaboração de Paloma Martín Amoros e de José Olívio Caeiro), não tiveram seguimento, devido à morte prematura do arqueólogo. O projeto foi abandonado, tal como foram rapidamente esquecidos os pressupostos de intervenção urbanística que estiveram na base do plano de escavações. Os materiais dessas intervenções permanecem, na quase totalidade, inéditos. As detalhadas indicações do arqueólogo nos relatórios de escavação forneceram pistas de grande utilidade quanto às sequências de ocupação do sítio e nortearam o retomar dos trabalhos, ocorrido em 1989. Nesse ano, um novo projeto, intitulado *Intervenção Arqueológica no Castelo de Moura*, foi apresentado por um dos autores¹ ao IPPC. Tiveram lugar apenas duas campanhas de escavações, tendo o projeto sido suspenso, por

¹ Santiago Macias, ao tempo Chefe da Divisão Socio-Cultural da CMM.

decisão da Câmara Municipal de Moura, em 1991. Só doze anos volvidos, em 2003, se retomou um processo que se pensava definitivamente arrumado e sem continuação possível.

O princípio assumido em 1989 foi retomado nessa altura: a prioridade dos trabalhos iria para a escavação da alcáçova. O vasto terreiro central, mantido desde o século XVI, pressupunha a possibilidade de se atingirem níveis medievais com mais facilidade. Uma suposição em parte, mas só em parte, confirmada pelas escavações. A área em volta da igreja colocava problemas complexos: o espaço conventual foi ocupado até meados do século XX. E a edificação do convento em si interferiu, decerto, com as pré-existências do local. O mesmo tipo de problema se punha no espaço urbano, com uma densa ocupação, à qual apenas o Estado Novo veio pôr termo. Sondagens de acompanhamento levadas a cabo em 2002 confirmaram a extrema dificuldade de se conseguir levar a cabo um trabalho coerente (foram identificados sucessivos entulhamentos em diferentes cotas, mas pertencentes à mesma época) e que permitisse, em simultâneo, obter conclusões seguras sobre a ocupação do castelo e contribuir para a valorização arqueológica e paisagística do sítio. A previsível importância de estruturas de diferentes épocas e a necessidade de conservar, de forma equilibrada, vestígios de distintos períodos como testemunho de um sítio vivo e em constante mudança era uma das limitações a ter em conta.

Os verões seguintes foram marcados por um trabalho intenso na alcáçova do castelo. Foram concretizadas sete campanhas de escavações (2003, 2004, 2005, 2007, 2008, 2010, 2011), de acordo com um plano que, por força das circunstâncias, se estenderia depois ao exterior da alcáçova (2011, 2012, 2013). O projeto elaborado pelo GAT no início dos anos 80 fora, entretanto, abandonado e a Câmara Municipal dera, a partir de 1999, início a um plano de reabilitação da área intra-muros. Um processo longo e difícil, nem sempre compreendido, e que hoje ainda está a decorrer. Primeiro, teve lugar a recuperação da área correspondente ao antigo povoado; de seguida procedeu-se à consolidação das ruínas do Convento do Castelo; seguiu-se o início dos trabalhos na alcáçova (complementado pela demolição do muro que, sensivelmente a meio, a compartimentava em duas áreas). Mais tarde, em 2012, concluiu-se a musealização da torre de menagem (processo iniciado no verão de 1989); em 2013, abriu ao público o novo posto de turismo; em 2014 dotaram-se as três áreas arqueológicas de sinalética interpretativa. Tais iniciativas fazem parte de um lote mais vasto de um programa de reabilitação urbana que ainda decorre e que permitiu requalificar parte substancial do Centro Histórico de Moura.

De 1989 até hoje passaram mais de duas décadas e meia. As equipas de escavação alteraram-se, muitos técnicos por aqui passaram, cinco presidentes de câmara se sucederam, muita coisa se passou. O retomar das escavações trouxe novos responsáveis pelos trabalhos: Vanessa Gaspar, primeiro, José Gonçalo Valente, mais tarde. As questões de base que enquadravam a investigação não sofreram, contudo, alterações ao longo dos anos:

- 1) Que sequências de ocupação conheceu o castelo de Moura entre a Alta Idade Média e os dias de hoje?
- 2) Que explicações é possível obter a partir das escavações arqueológicas, em primeiro lugar, e do confronto destas com outras fontes de informação?
- 3) Como contextualizar a ocupação do castelo na história da cidade?

Num sítio tão intensamente ocupado, como esta acrópole, sabíamos, de antemão, que iríamos enfrentar grandes dificuldades. Os trabalhos de Jorge Pinho Monteiro apontavam, nos relatórios preliminares, para densas sequências estratigráficas, com constantes interferências e revolvimentos. Dois dados complementares colocavam-nos de sobreaviso, um circunstancial, o outro omnipresente no Castelo de Moura. O primeiro reportava-se às modificações ocorridas no castelo na época moderna, altura em que a militarização deste espaço se acentuou. Ou seja, as intervenções ocorridas nos séculos XVII-XVIII condicionavam as informações referentes a períodos anteriores. Em segundo lugar, a riqueza em água do castelo deixava antever um intenso aproveitamento desse recurso, com evidentes reflexos nos testemunhos arqueológicos. As duas suposições vieram a ser demonstradas pelos trabalhos arqueológicos. Confirmou-se que as intervenções realizadas a partir de meados do século XVII modificaram substancialmente a alcáçova, impondo baias à própria escavação. Constatou-se também que as interferências causadas pela incessante procura de água danificou, de modo irrecuperável, muitas estruturas, limitando a legibilidade do que era posto a descoberto.

Nem sempre a realidade histórica é refletida, de forma evidente, pelo registo arqueológico. Muitas das peças publicadas no catálogo foram recolhidas em contextos de abandono ou de revolvimento, nos quais materiais de diferentes cronologias surgem misturados. Sucessivas reconfigurações do terreno tornaram ainda mais complicado o estabelecimento de sequências cronológicas totalmente seguras. A mesma dificuldade se colocou quando foi necessário aferir a coerência de datação dos materiais. São raríssimos os lotes pertencentes a contextos fechados (a casa islâmica da alcáçova é uma exceção), pelo que as propostas de enquadramento se baseiam em estudos conhecidos e na análise morfológica das peças.

Numa fase adiantada dos trabalhos, a necessidade de acompanhamento à abertura dos alicerces do novo posto de turismo viria a fornecer novas pistas para a compreensão do passado medieval e tardo-medieval do castelo. A importância das estruturas obrigou a uma modificação do projeto original, implicando a supressão de um auditório, inicialmente previsto. O que foi posto a descoberto acabou por ser integrado no percurso de visita do Castelo de Moura.

Parte das páginas que se seguem reportam-se a uma contextualização. Território, cidade e castelo estabelecem um diálogo próximo. Por esse motivo se privilegia o período medieval, e uma vez que até ao século XVI o castelo é o centro cívico, político, religioso e militar da cidade. A partir daí, as mutações são significativas, perdendo progressivamente o castelo o papel que detinha na vida da cidade.

Tudo isso é aflorado nas páginas que se seguem. Mais do que fazer uma monografia das escavações pretende-se, com esta síntese, dar uma visão do castelo e da sua cidade. As escavações e os seus resultados não são só um ponto de chegada. Se constituem um ponto de situação a valorizar, e a integrar na reabilitação do sítio, são sobretudo um ponto de partida, no que ao conhecimento e à revitalização do castelo diz respeito.

Os *outputs* deste projeto de investigação, desenvolvido numa zona tradicionalmente considerada como «periférica», não só contribuíram para o enriquecimento do estudo em si, como se revelaram importantes para comprovar, uma vez mais que o património pode ser / deve ser um importante fator de desenvolvimento local e regional. A interação entre produção científica e sociedade civil, não podendo ser o tópico exclusivo de projetos como este, é uma das áreas de intervenção a privilegiar em futuros programas de ação. Parece-nos, em conclusão, ajustado pensar, a partir da experiência aqui colhida, que os caminhos futuros passarão por uma sequência assente em: investigação científica / publicação (científica e de divulgação) / participação ativa em processos de desenvolvimento.

Mais de duas décadas e meia se passaram desde que, no verão de 1989, se avançou com um projeto para o qual não se imaginava o desenvolvimento que viria a ter. O concelho mudou, a cidade também, a paisagem urbana alterou-se, de forma indelével. As escavações arqueológicas do castelo fizeram parte do processo. Tal como virão a ter papel de relevo na construção do futuro do espaço onde a cidade nasceu e a partir do qual foi crescendo.

Refira-se, enfim, que a construção deste livro conheceu sobressaltos que espelham o que têm sido os processos de investigação e de reabilitação do sítio. As escavações arqueológicas deveriam, nesta fase, ter ficado concluídas em 2012. Por razões de ordem operacional, publicou-se em primeiro lugar o catálogo de materiais (entretanto retificado, no que se refere às cronologias das peças 142 a 145, 147, 148 e 158 a 160). Trabalhos de limpeza, realizados em 2013, levaram-nos a alterar o que de início se estabelecera. Elementos iconográficos entretanto identificados (as fotografias aéreas do Castelo de Moura, designadamente), obrigaram a que o formato inicial do livro tivesse de ser alterado. Foram, assim, acrescentados anexos, publicados em suporte digital. O livro foi continuado em 2014 e em 2015, com limitações que foram sendo agravadas pelas funções desempenhadas por dois dos autores. Já no início de 2016, a descoberta de um novo bocal de poço tardo-medieval (Est. P) veio trazer um derradeiro aditamento. Prova derradeira que a História é um processo dinâmico e que o Tempo não pára.

1 O TERRITÓRIO E O CASTELO

Do alto do castelo de Moura entende-se, olhando em volta, a importância estratégica do sítio. Com exceção da direção sul, onde o cerro de São Lourenço corta o horizonte a uns curtos dois quilómetros, em todos os outros sentidos avistam-se terras situadas a várias dezenas de quilómetros. Para oeste, vê-se Beja ao longe, para norte fica a bacia do Guadiana. Mais além, e separando o Alto e o Baixo Alentejo está a massa da serra de Portel, que vai morrer nas escarpas da falha da Vidigueira, que se estende desde Torrão até Moura e Santo Aleixo². Para este e sudeste, a vista perde-se no atual território espanhol e nas serras da Adiça, de Ficalho e da Preguiça. Estamos em plena margem esquerda do Guadiana, bem no coração do sul (fig. II_1).

O castelo está no ponto mais alto da cidade, deitando o olhar sobre as terras em volta, a partir de uma cota que ronda os 200 metros. Estamos perto, a menos de uma légua, da confluência entre o Guadiana e o Ardila, cursos de água de capital importância no território. O Ardila possui, nas imediações de Moura, dois importantes troços com aluviões: na Defesa de São Brás, a norte de Moura, e na confluência com o Guadiana³. O complexo de Moura, provavelmente da idade miocénica, ocupa parte do território e é formado pelo conjunto de três níveis estratigráficos que são, do topo para a base, calcários, depósitos detríticos grosseiros e arenitos⁴. De forma menos significativa, está também presente junto à ribeira de Brenhas, da Toutalga e de São Pedro⁵. Os calcários de Moura, muito semelhantes aos calcários lacustres partianos do Ribatejo⁶, ocupam extensa área do sul do concelho. Moura faz, assim, parte de uma região de solos férteis (figs. II_2 e II_3). A natureza dos solos e as redes hidrográficas do Ardila e do Guadiana, fazem deste território uma zona de grande aptidão agrícola, propícia à horticultura, aos cereais e à olivicultura.

Os minérios, a água⁷ e os terrenos férteis são as chaves de ocupação do território de Moura. Os primeiros foram explorados em épocas antigas à volta da Serra da Preguiça, de tal forma que a reputação das jazidas da região era ainda recordada pelos geógrafos árabes do século X. A água não escasseia nestas terras (figs. II_4 e II_9), marcadas por prolongadas estiagens: o Ardila cruza o nosso território de este para oeste, ao passo que a Ribeira de Toutalga é a fonte de alimentação dos férteis espaços agrícolas que se encontram entre a Serra da Preguiça, a sul, e o Ardila, mais a norte.

No Alto Ardila, e para norte deste curso de água, predominam terrenos xistosos, menos interessantes do ponto de vista agrícola. Mas é também nesses terrenos mais pobres e acidentados que se encontram as jazidas minerais de maior interesse, nomeadamente as de cobre, localizadas na Faixa Piritosa do Alentejo – onde se exploraram ainda, desde época antiga, o chumbo e a prata, admitindo-se mesmo que esta possa ter tido maior importância do que durante muito tempo se admitiu – e entre Ficalho e Moura: as minas de Rui Gomes e de Monte do Judeu têm explorações conhecidas desde épocas pré ou proto-históricas⁸. Em zonas de grande potencial de minerais meta-

² Pimentel, 1994: 49

³ Carvalhosa, 1970: 8-9

⁴ Carvalhosa, 1970: 14

⁵ Costa, 2008: 33

⁶ Carvalhosa, 1970: 15

⁷ V. cap. 2.

⁸ Soares, 2005a: 112

líferos, destaca-se a faixa de Sousel-Barrancos, com presença de cobre, e outra, designada como magnetítico-zincífera, onde estão presentes o zinco, o ferro, o cobre e a prata⁹.

Embora as explorações tenham incidido, em época recente (séculos XIX-XX), no ferro (Orada¹⁰) e nos óxidos de zinco e de ferro (Mina da Preguiça), há referências, em períodos mais antigos, à mineração de prata e de cobre, o qual apresenta teores bastante elevados. Estão confirmadas explorações desde o Calcolítico e, mais tarde, durante a época romana¹¹.

A presença humana é, por isso, uma constante em todos os recantos deste espaço. E se hoje o abandono dos campos é uma realidade, até há três décadas a agricultura pontuava o ritmo do quotidiano. Cada sítio humanizado significa mais do que um ponto no mapa. Corresponde a uma ocupação continuada do local, prolongada por vezes por vários milénios. As principais estações arqueológicas referenciadas dão-nos uma imagem expressiva desta realidade (fig. II_5). Numa tentativa de obter uma perspetiva um pouco mais alargada, elaborou Irisalva Moita um projeto de trabalho¹², com uma cartografagem de sítios assente em bases informativas imprecisas e sem apresentação de pressupostos metodológicos. As lacunas informativas seriam apenas ultrapassadas com o levantamento coordenado, no concelho de Serpa, por Maria da Conceição Lopes¹³.

O crescimento de povoamento que este território conheceu na Proto-História (Idades do Bronze e do Ferro) continuaria no período romano, devido à importância estratégica do caminho que pôs os centros urbanos do Sul de Espanha em contacto com a parte do Portugal romano correspondente ao Alentejo atual. Essa via marcaria, de forma indelével, a evolução histórica deste termo. Até ao período moderno a história do concelho girou em torno de três povoações situadas no seu eixo – Moura, Safara e Santo Aleixo.

⁹ Sobre a importância mineira da região, v. Domergue, 1990: 49-62

¹⁰ Carvalhosa, 1970: 27. Informação sobre exploração na Idade Média – cf. infra, p. 000

¹¹ A mineração pré-romana é testemunhada pela descoberta de 22 machados de pedra – Flores, 1945; Piçarra, 2007: 29-32

¹² Moita, 1965a

¹³ Lopes, 1997

1.1. PRÉ E PROTO-HISTÓRIA

A presença humana no território hoje em dia correspondente ao concelho de Moura remonta, pelo menos, ao Paleolítico Superior. São conhecidas várias referências a recolhas de materiais, aparentemente dessa época, nas margens do Guadiana¹⁴. Apenas há alguns anos, como resultado da minimização dos impactos de Alqueva, houve a oportunidade de realizar escavações arqueológicas em locais enquadráveis nesta cronologia. O padrão de localização dos sítios do Paleolítico indica que a maioria deles se encontra «limitada às plataformas aluvionares e coluvionares dos principais afluentes do Guadiana, mas apenas e só em cotas acima dos respetivos leitos de cheia»¹⁵.

As ocupações mais antigas estão localizadas a norte de Moura, perto do rio Guadiana, em sítios como *Chancudo 1* (Gravetense e Proto-Solutense) e *Chancudo 3* (Magdalenense). Ainda pertencentes ao Paleolítico Superior são os sítios de *Chancudo 2* e *Monte da Ribeira 9*¹⁶. No local de Serros Verdes 3 / Serros Verdes 8 foi detetada indústria lítica Languedocense, mas foram também registadas ocupações calcolítica e romana¹⁷.

Desconhecemos, por enquanto, que possam ter havido trabalhos de mineração na Serra da Adiça durante o final da pré-história. Os dois únicos metais trabalhados durante o Calcolítico e as duas primeiras fases da Idade do Bronze foram o ouro e o cobre¹⁸. Se as pesquisas atuais¹⁹ nos demonstram que existe ouro na Adiça e que tanto a tradição como a toponímia nos remetem para a existência de uma exploração de metais preciosos, que se prolonga até à época islâmica, já o cobre é mais expectável de ser encontrado nos terrenos xistosos de Santo Aleixo e na bacia do Toutalga²⁰.

No entanto, a exploração comprovadamente intensa ocorrida durante os períodos romano, medieval e contemporâneo, poderá ter apagado vestígios de mineração e exaurido as jazidas de ouro e cobre mais superficiais e fáceis de trabalhar. O povoado calcolítico existente na Serra do Álamo²¹ ou, talvez, os monumentos megalíticos hipoteticamente mais tardios como a anta da Preguiça não são, *per si* e no estado do conhecimento que temos hoje sobre eles, indicadores fortes o suficiente para comprovar a existência de recursos mineiros suscetíveis de exploração ou do seu aproveitamento por parte das populações do território, durante o período em questão. Contudo essa possibilidade não pode deixar de ser equacionada.

Podemos ainda mencionar o povoado do Neolítico Final/Calcolítico de Porto Mourão, que tem uma área de dispersão de materiais muito significativa. Foi aí recolhida uma grande quantidade de machados de pedra polida²², havendo ainda a registar um fragmento de um machado em cobre, depositado no Museu Municipal de Moura²³. Na Serra Alta, no setor norte da Serra da Preguiça,

¹⁴ Viana, 1945 e 1946 e Lima, 1943 e 1944

¹⁵ Almeida, 2002: 97-98

¹⁶ Almeida, 2002: 97-98 e <http://arqueologia.igespar.pt> – CNS 13521, 13525, 13524 e 13539

¹⁷ Marques, 2015: 107-108

¹⁸ Soares, 1996

¹⁹ Matos, 2013

²⁰ Matos, 2013

²¹ Soares, 2005b

²² Soares, 1994: 167

²³ Sobre Porto Mourão, ver Duarte, 1945

existe um povoado do Bronze Final, com uma primeira ocupação no Neolítico Final/Calcolítico Inicial²⁴.

Enquadra-se em cronologias do Calcolítico um pequeno ídolo em pedra encontrado na Serra da Preguiça e com paralelos conhecidos na região de Huelva. Próximo do local onde esta peça foi encontrada está o monumento megalítico do *Álamo*²⁵. Trata-se de um período insuficientemente estudado, estando abundantemente referenciados monumentos funerários²⁶, de entre os quais se destaca a *Anta da Negrita*²⁷. Com ocupação no Calcolítico e em época romana está referenciado o sítio de *Serros Verdes 4*, junto à foz do Zebro²⁸.

Os trabalhos de inventariação, feitos no âmbito do projeto de Alqueva, permitiram identificar um apreciável conjunto de sítios, justificando a importância desta temática que se lhe tivesse consagrado um projeto sobre a Pré-História recente, destinado a produzir «novas aproximações interpretativas aos complexos processos das transformações económicas e sociais ocorridas entre o 5.º e o 2.º milénios a.C.»²⁹.

Ao Calcolítico Final poderá pertencer o povoado de *São Bernardo*, a avaliar pelos materiais visíveis à superfície³⁰. São, aparentemente deste sítio, as peças encontradas num suposto esconderijo de fundidor, com datação no final do Calcolítico, publicadas por Octávio da Veiga Ferreira³¹. As margens do Guadiana são bem mais avaras quanto ao fornecimento de informações sobre as Idades do Bronze e do Ferro, propondo-se que uma das explicações para esse facto tenha residido na alteração de estratégias de povoamento, com a escolha de lugares de cotas mais elevadas e melhor protegidos³².

Os monumentos funerários do Bronze do Sudoeste e os povoados do Bronze Final são, até agora, menos abundantes em volta de Moura que noutros territórios situados um pouco mais a sul. A fixação de comunidades agro-metalúrgicas tem sido posta em ligação com a presença do rio Guadiana e dos seus afluentes. Refiram-se, como monumentos funerários conhecidos, os de *Altas Moras*, do *Monte Novo*³³ e do *Monte da Ribeira 2*³⁴. Data do Bronze Final o povoado de *Ratinhos*, tendo esse período uma significativa importância no incremento da circulação de pessoas e metais. Este fenómeno integrar-se-á num surto demográfico importante, ocorrido em todo o Sudoeste Peninsular e detetável pelo aparecimento de um grande número de necrópoles³⁵, relacionadas com zonas de maior potencial económico, agrícola ou mineiro. Do ponto de vista arqueológico, este período encontra-se ainda documentado através da exploração mineira de *Rui Gomes*, da *Mina de Monte*

²⁴ Soares, 2005b: 112

²⁵ Soares, 2005b: 107 e 112

²⁶ Vasconcelos, 1939: 10 e Lima, 1988: 24-49

²⁷ Imóvel de interesse público

²⁸ Silva, 1999: 308; Valera, 2002: 119. Os dados são contraditórios. No site do IGESPAR, a estação arqueológica, com a referência CNS 13556, é apontada como núcleo habitacional da Idade do Bronze / Idade do Ferro.

²⁹ Silva, 1999: 116

³⁰ Bubner, 1979

³¹ Ferreira, 1971

³² Silva, 1999: 116

³³ Soares, 2005a: 113 (fig. 1). Ver também, para Altas Moras, Gamito, 1988

³⁴ Albergaria, 2002: 129

³⁵ Gamito, 1990: 19

*Judeu*³⁶ e dos povoados da *Serra Alta*, *Preguiça*, *Touril* e *Álamo* e das necrópoles de *Borrazeiros*, *Touril* e *Horta do Meio*³⁷. O *Álamo*, localizado em tempos recentes, fica a poucas centenas de metros do sítio onde foi acidentalmente encontrado um dos mais importantes tesouros de peças em ouro do nosso País, constituído por três colares e duas braceletes e que se encontra hoje no Museu Nacional de Arqueologia³⁸, e que se enquadra numa tendência de entesouramento de artefactos³⁹. Provém também desse sítio uma conta em quartzo, igualmente fruto de uma recolha de superfície⁴⁰. Enquadra-se ainda no Bronze Final o povoado da *Serra Alta* que, tal como o *Álamo*, domina um corredor de passagem entre o Chança e o Ardila⁴¹. São também desse período duas espadas pistiliformes de Safara⁴². Ocupações da Idade do Bronze e de época romana, enquadráveis no contexto arqueológico da região, foram constatadas no Algar do Guano-Cova da Adiça⁴³.

O sítio dos Ratinhos, identificado desde a década de 40 do século XX, e onde se conhecia cerâmica brunida, foi escavado entre 2004 e 2007, permitindo uma interpretação global das suas funções e cronologia. Pensa-se que a sua ocupação possa remontar ao século XIII a.C., podendo ter correspondido a um desses grandes povoados fortificado, sede do poder de um chefe guerreiro⁴⁴. Em meados do século IX a.C., construiu-se na «acrópole» um santuário de tipo oriental, onde foram encontrados sete botões em ouro, com origem num depósito ou numa possível ocultação⁴⁵. O sítio foi abandonado perto do final do século VIII a.C.

A Idade do Ferro está abundantemente representada no concelho de Moura. Consideram-se, neste contexto, de particular importância a continuação de tendências antes constatadas. Os recursos económicos da região, designadamente aqueles que se relacionavam com a exploração metalífera (prata, cobre e ferro), tiveram decerto papel determinante na constituição de uma poderosa elite social e económica, cujo papel dirigente é pressentido pela riqueza dos materiais provenientes de sítios como os *Ratinhos*, a *Azougada*, o próprio *Castelo de Moura* (talvez o mais importante de todos) e o *Castelo Velho de Safara*⁴⁶. Desse local e da *Azougada*⁴⁷ provém o espólio recolhido no M.N.A. e no Museu Municipal de Moura⁴⁸. Entre outros locais de elevado potencial pode ainda referir-se o *Castelo das Juntas*, com ocupação nos finais da Idade do Ferro⁴⁹, «sítio pré-romano tardio, com uma cultura material indígena, herdeira de modelos de implantação e construtivos anteriores»⁵⁰.

³⁶ Domergue, 1987: 506-507. Na exploração da Idade do Bronze de Rui Gomes foram encontrados cerca de 20 exemplares de martelos com ranhura horizontal. A ausência de contexto não possibilita qualquer atribuição cronológica.

³⁷ Lima, 1988: 55-57 e Soares, 2005a: 125-128

³⁸ Heleno, 1935; Armbruster, 1995: 25

³⁹ Armbruster, 1993: 26, 78-83 e 138-139

⁴⁰ Gonçalves, 2005: 147

⁴¹ Soares, 2005a: 125-126. Por vezes surge também referido como *Borrazeiros*, pelo facto de estar dentro da herdade com o mesmo nome.

⁴² Silva, 1995: 34

⁴³ Deus, 2015

⁴⁴ Berrocal-Rangel, 2010: 429

⁴⁵ Berrocal-Rangel, 2010: 322 e 325 – fig. 150

⁴⁶ Gamito, 1990: 23-27

⁴⁷ Imóvel de interesse público

⁴⁸ V. Gomes, 1983 e, sobretudo, o trabalho de síntese de Ana Antunes – Antunes, 2009

⁴⁹ Silva, 1999: 327

⁵⁰ Albergaria, 2002: 132

As intervenções de minimização da barragem de Alqueva permitiram identificar outros locais junto ao Guadiana – *Serros Verdes 4, Monte das Candeias 3, Estrela 1, Monte da Pata 1 e Monte do Judeu 6*⁵¹.

As investigações realizadas apontam para «um padrão de povoamento [de] escala eminentemente local», e com uma lógica de continuidade da cultura material constatável no sudoeste ao longo da segunda metade do 1.º milénio a.C. O povoamento parece alicerçar-se numa lógica de «acessibilidade a importantes eixos de circulação (rotas fluviais e rotas terrestres) e de exploração dos recursos agropecuários e minerais disponíveis»⁵²

Da Azougada, onde Fragoso de Lima conduziu algumas prospeções, que não tiveram sequência, são bem conhecidos os *obeloi* em bronze, um fragmento de roda de carro em ferro, de matriz ibérica⁵³. O espólio cerâmico (um cantil circular, uma urna em cerâmica de engobe vermelho, taças, vasos, anforetas etc.) é abundante. Foi, por diversas vezes, exposto no Museu Nacional de Arqueologia⁵⁴, tendo sido objeto de recente dissertação de mestrado. No Museu Municipal de Moura conservam-se um *smiting god* e um prótomo de pantera. O sítio encontra-se datado entre finais do século VI e o primeiro quartel do século IV a.C. Os contactos com o oriente mediterrânico são bem evidentes, o que é visível através da importação de *kylix* áticas de verniz negro e figuras vermelhas, datáveis entre finais do século V a.C. e meados do século IV a.C. Estão também presentes na *Azougada* os vasos de cerâmica ibérica, com barras paralelas pintadas a vermelho, dos quais se recolheram também alguns fragmentos, em contextos de revolvimento, na alcáçova do castelo de Moura. Os trabalhos arqueológicos que, de forma desordenada, foram concretizados na Azougada, na década de 1940, proporcionaram materiais de qualidade, mas não forneceram uma adequada leitura do sítio. As conclusões que têm vindo a ser avançadas, de grande interesse e inequívoco mérito, precisam de uma aferição que o retomar das escavações arqueológicas um dia decerto permitirá.

Os influxos orientalizantes dão lugar, na fase final de ocupação do sítio (a partir de meados do século V a.C.) a um aparente crescimento da influência da Meseta⁵⁵. A função do sítio da Azougada tem sido bastante discutida⁵⁶, tendo-se sugerido que seria um lugar central, onde residia um grupo central dominante⁵⁷. Em trabalho recente é sustentada a ideia de que possa «ter funcionado como pequeno promontório sacro-comercial»⁵⁸. Asseguraria um espaço neutro destinado a acolher transações, naquilo que seria um procedimento usual na Antiguidade e que é, aliás, descrito nas fontes clássicas. A natureza claramente ritual de algum do espólio ali encontrado, como é o caso do *smiting god* e a existência de bens exógenos, de que a cerâmica grega constitui o exemplo mais evidente, parecem sustentar tal perspetiva.

⁵¹ Albergaria, 2002: 130-131

⁵² Albergaria, 2013: 343-344

⁵³ Gamito, 1990: 23-26

⁵⁴ Alarcão, 1996: 241-246

⁵⁵ Antunes, 2009: 23 e 437-452

⁵⁶ Gomes 1983 e Gamito, 1988

⁵⁷ Arruda, 1997: 146

⁵⁸ Antunes, 2009: 440

À Idade do Ferro pertence também a estação arqueológica da Herdade dos Lameirões, também conhecida como *Cabeço Redondo*. O sítio foi destruído em 1990 durante a realização de trabalhos agrícolas, tendo-se procedido à recolha de um significativo número de fragmentos de grandes contentores cerâmicos de armazenamento, aparentemente integráveis no século V a.C. Os materiais acabaram, numa altura em que a Câmara Municipal não tinha técnico qualificado nesta área, por ser misturados com os de outros sítios arqueológicos, o que torna virtualmente impossível o estabelecimento de correspondência com o local de recolha. Apesar das limitações, um projeto de investigação foi posto em marcha por António Monge Soares e por Rui Monge Soares, a partir da primavera de 2011. O sítio acabou por se revelar menos afetado pelas destruições do que seria expectável, tendo sido possível constatar a presença de «um edifício monumental e singular», que a continuação dos trabalhos arqueológicos poderá vir a permitir reconstituir, nas suas diferentes fases construtivas⁵⁹.

Esta zona parece ter sofrido um certo declínio no final da II Idade do Ferro, durante as Guerras Púnicas, retomando a sua importância com a romanização. São poucos os dados existentes sobre o período final da Idade do Ferro (séculos IV-II a.C.). No entanto, a região parece, apesar de tudo, manter a vitalidade que a caracterizou em períodos anteriores. Em locais com ocupação do período Calcolítico, como o *Castelo Velho de Safara* ou a *Mina da Aparis*, está igualmente comprovada a presença humana em períodos mais recentes, nomeadamente na II Idade do Ferro e no período Romano Republicano.

Neste quadro assume particular importância o *Castelo Velho de Safara*, onde são visíveis vestígios de muralhas aflorando à superfície. Situado na confluência do Rio Ardila com a ribeira de Safareja, o sítio foi objeto de prospeções sumárias na década de 80, estando comprovado que ali se praticou a metalurgia da prata⁶⁰. À mesma época pertence um vestígio arqueometalúrgico associado à produção de chumbo⁶¹. As muralhas têm um traçado irregular e que acompanha os acidentes naturais do terreno. A área total do povoado fortificado aproxima-se de 1,6 ha.⁶²

Mais recentemente foi objeto de estudo no âmbito da realização de uma dissertação de mestrado⁶³, provando-se que o sítio foi ocupado entre o Calcolítico Final e o século I da nossa era, apenas conhecendo um hiato no período correspondente à Idade do Bronze⁶⁴. Contudo a fase mais importante de ocupação do povoado parece acontecer após a destruturação do pós-orientalizante no século IV a.C e com a constituição da entidade territorial denominada, pelas fontes clássicas, como *Baeturia Celticorum*. Durante este período encontra-se comprovada a existência de, pelo menos, uma fornalha metalúrgica⁶⁵, o que demonstra de forma cabal o papel de destaque desempenhado pelo *Castelo Velho de Safara*, enquanto centro dedicado à redução e transformação dos minérios

⁵⁹ Soares, 2012: 98

⁶⁰ Soares, 1985: 87-94

⁶¹ Soares, 2005c: 223

⁶² Costa, 2010: 102

⁶³ Costa, 2010

⁶⁴ Costa, 2010: 101

⁶⁵ Soares, 1994: 166-174; Soares, 2005c: 224

abundantes na região: o chumbo e a já referida prata⁶⁶. A cultura material demonstra a existência de ligações ao Mediterrâneo, nomeadamente à área gaditana, através da bacia do Guadiana, provável via de circulação dos objetos⁶⁷.

Foi recentemente colocada em causa a proveniência do *thymiaterion*⁶⁸, durante muito tempo atribuído a este local. Sublinha-se que «teria sido encontrado na década de 1870, durante escavações feitas numa vinha de António de Brito Pimenta, sita em Safara⁶⁹. Rui Soares coloca a possibilidade desta peça ter sido encontrada numa área próxima da aldeia, em sítio ainda inédito e de localização, por ora, desconhecida⁷⁰.

Existe ainda um conjunto de sítios, aparentemente relacionados com a exploração da riqueza mineralógica do território, que parecem possuir longas diacronias de ocupação/exploração, mas que por ausência de escavações arqueológicas se torna impossível avançar com uma caracterização mais pormenorizada. Englobamos neste lote, sítios como os *Borrazeiros* (Bronze Final e Idade do Ferro)⁷¹ e a *Carrasca*, bem como as explorações mineiras da *Botefa*, da *Preguiça* e de *Rui Gomes*⁷². Todos estes locais evidenciam, em épocas posteriores, ocupações cujos detalhes permanecem, por ausência de escavações arqueológicas, desconhecidos. Fragoso de Lima, na sua dissertação de licenciatura, menciona ainda um grupo de sítios da Idade do Ferro, cuja localização é difícil de aferir. A imprecisão da toponímia e a ausência de dados topográficos levantam dúvidas, quase sempre de impossível solução⁷³.

⁶⁶ Costa, 2010: 101

⁶⁷ Costa, 2010: 103

⁶⁸ Sobre a peça, v. Vasconcelos, 1924: 34-35 e Alarcão, 1996: 245

⁶⁹ Soares, 2012: 7

⁷⁰ Soares, 2012: 8

⁷¹ Machados em bronze e vestígios de uma possível necrópole.

⁷² Domergue, 1987: 506-507; Domergue, 1990: 61

⁷³ Lima, 1988: 59-62

1.2. ÉPOCA ROMANA

O concelho de Moura teve, durante o período romano, uma intensa ocupação, da qual chegaram até aos nossos dias inúmeros vestígios. A riqueza em água e a fertilidade de boa parte dos solos do território levaram a que, neste período, a densidade de ocupação se acentuasse. As estações arqueológicas de época romana reconhecidas em todo o concelho dão bem ideia da prosperidade económica, devida certamente ao binómio agricultura/mineração que este termo conheceu entre os séculos I e V d.C.⁷⁴, e mesmo para cá desse período.

Moura situa-se na zona de fronteira entre a Bética e a Lusitânia, facto que se tornará decisivo na disputa que, ao longo de séculos, marcará a vida do território. É provável que este *vicus*, tal como Serpa, pertencesse à *civitas* de *Pax Iulia*. A linha de divisão entre as províncias romanas não seria, assim, coincidente com o Guadiana, situando-se um pouco mais para leste, talvez ao longo do Chança⁷⁵, ou tocasse mesmo o relevo montanhoso de Aroche⁷⁶. Cruzado por diversas vias – que se dirigiam para *Pax Iulia*, *Fines*, *Arucci*, *Turobriga* e *Ebora*⁷⁷ –, a área do concelho conheceu um particular desenvolvimento, centrado em boa medida na exploração de recursos agrícolas e mineiros. A mina de *Rui Gomes* continuou, nesta época, a ser alvo de interesse por parte dos colonizadores, provindo desse local materiais romanos – lucernas e uma moeda do tempo de Cláudio⁷⁸. É também provável que outras minas, localizadas nas proximidades de Santo Aleixo, tenham sido exploradas durante o período romano.

A romanização veio dar uma nova vida a este território. Ganha nesse contexto particular relevo um sítio como o *Castelo das Guerras*, perto do Monte da Miquelina (Santo Aleixo), onde se identificaram *sigillatas* itálicas com marcas de oleiro do século I⁷⁹. Tendo em conta que o sítio também é por vezes conhecido como *Castelo de Safarejinho* é provável que sejam daqui as urnas de incineração e as peças de vidro e de cerâmica que o Pe. Luís Cardoso referiu no século XVIII e que lhe estariam associadas⁸⁰. Na mesma fonte, são mencionados o castelo de *Fagilde*, a este de Santo Aleixo⁸¹, e um outro, sobre a ribeira de Safareja, para oeste⁸². Para norte, «em hum penhasco despenhado sobre o rio de Mortigam está outro castello em lugar tão eminente, que causa espanto a sua altura; no meyo tem huma cisterna toda lavrada toda ao picao e aberta em rocha viva»⁸³. É ainda de assinalar, na mesma zona, o conjunto de sítios da Idade do Ferro que foram romanizados e cuja primeira referência devemos a Fragoso de Lima, ainda que os dados avançados por este arqueólogo careçam

⁷⁴ Alarcão, 1990b: 39

⁷⁵ Alarcão, 1990a: 325

⁷⁶ Torres, 1992b: 189-190 e 200 (fig. 16)

⁷⁷ Alarcão, 1990b: 36

⁷⁸ Flores, 1945; Lima, 1981: 332-336; Domergue, 1987: 506-507; Domergue, 1990: 61, com referência aos sítios de Corujeira e Monte Judeu

⁷⁹ Caeiro, 1976-1977 e Lopes: 1990: 76-77

⁸⁰ Páscoa, 2003: 73; Alarcão, 1990b: 37

⁸¹ Páscoa, 2003: 74; Lima, 1988: 60

⁸² Páscoa, 2003: 73

⁸³ Páscoa, 2003: 74; Lima, 1988: 60

de rigor topográfico e necessitem de confirmação: *Castelejos, Atalaia do Convento da Tomina, Castelo da Bezerra de Ouro* etc.⁸⁴.

Os ricos terrenos localizados junto à ribeira de Toutalga, perto da mina de *Rui Gomes*⁸⁵, e à ribeira de São Pedro (cerca da atual povoação do Sobral da Adiça) tiveram, na época romana, uma vida económica intensa. Aí se localizaram certamente as principais *villae* que abasteciam os principais núcleos de povoamento. A importância da localização e a riqueza dos achados arqueológicos levam a pensar que locais como *Porto Mourão, Tapada, São Cristovão, Montes Juntos, Pintador, Parradas, Poupana, Carrasca, Borrazeiros*⁸⁶, *Metum*⁸⁷, *São Pedro da Adiça* e *Zambujeiro* possam ter correspondido a algumas dessas *villæ*⁸⁸. Um aldeamento mineiro pode ter-se implantado no sítio de *Touril*⁸⁹. São também referidos vestígios de fundição de metais nas margens da Ribeira de Vale Navarro⁹⁰. Continuam por decifrar as tabuinhas de madeira encontradas em 1914 na Mina da Preguiça (Anexo A – Est. C). Foram recolhidas durante trabalhos de limpeza de antigas galerias abandonadas, e num contexto onde surgiu um candil de cobre classificado como romano. De acordo com a memória redigida na altura por Ed. Schetter «as tabuinhas estavam revestidas de qualquer emboço sobre o qual apareciam, gravadas, numerosas inscrições... mouras ao que me parece»⁹¹. As placas, que não são em língua árabe, permanecem por decifrar. Poderiam conter algum tipo de informação, eventualmente uma listagem, referente à exploração do local. Podem, eventualmente, ter cronologia mais recente do que a apontada na memória conservada na Academia das Ciências.

A presença romana apresenta manchas bem definidas de ocupação. Uma delas situa-se a sudoeste da Amareleja, num conjunto que engloba o *Seixo Branco* (jarrinha de provável cronologia tardo-romana⁹²), *Vale Tamujo, Garrochais de Vale Navarro* (habitação, numismas e eventual necrópole) e *Sesmarias da Volta* (necrópole)⁹³. Todos estes sítios têm uma evidente proximidade com o Ardila. Os mais importantes localizam-se, contudo, nas imediações da ribeira de Toutalga dando expressão a uma ocupação do território que se fez sobretudo ao longo do vale da ribeira e perto do caminho que ligava Moura a Aroche. Foi aí que se recolheram algumas das peças de epigrafia encontradas no concelho de Moura: uma estela (século I), em *Montes Juntos*, e uma ara (século II), no *Monte do Zambujeiro*, perto de Santo Aleixo⁹⁴. Supõe-se que seja proveniente de *Montalvo* a cupa, reutilizada como peso de lagar que integra a coleção do Museu de Moura. Neste sítio recolheram-se fragmentos de *sigillatas* claras A e C⁹⁵. Há ainda notícias de peças de epigrafia em Santo Amador (embora as inscrições ali referenciadas sejam eventualmente provenientes de *Vilar da Poupana*), na *Carrasca*

⁸⁴ Lima, 1988: 59-62

⁸⁵ Achado de moedas da época de Cláudio – Domergue, 1987: 506-507, que sublinha também a importância da mineração antiga Mina de Monte Judeu (Santo Amador) e da Corujeira (Coroadá)

⁸⁶ Fragmentos arquitetónicos dos séculos I-II.

⁸⁷ Fuste de coluna.

⁸⁸ Alarcão, 1990b: 36-37

⁸⁹ Lima, 1981: 429

⁹⁰ Lobato, 1961: 20

⁹¹ A.C.L, Ms. Azul, 913

⁹² Cf. infra – p. 23

⁹³ Lobato, 1961: 20-22

⁹⁴ Encarnação, 1990a: 54-55 e Encarnação, 1990b: 67

⁹⁵ Lopes, 2003b: 46

(sugerindo a existência de uma *villa*) e na *Coroadá* (hipotético marco miliário). Junto à via para Serpa, no *Monte da Tapada*, foi recolhida uma ara de finais do século I⁹⁶. Menos importante se revela a ocupação nas margens do Guadiana, onde apenas pequenos sítios, caracterizados pela presença de materiais cerâmicos de construção, definindo pequenos núcleos de habitação⁹⁷.

O padrão de ocupação escapa-nos, o mesmo sucedendo quanto ao modelo de exploração dos solos. Com exceção dos trabalhos promovidos pela EDIA, não foram realizadas escavações arqueológicas sistemáticas em sítios romanos. Nenhuma *villa* foi, até à data, objeto de investigação. No limite norte do concelho, em áreas acidentadas de solos menos férteis, tem vindo a ser estudado um sistema de povoamento assente em pequenas unidades agrícolas, designadas como «casais». Estão sobretudo relacionadas com a produção agrícola e pecuária, e ainda com atividades artesanais de extração e transformação dos metais, e são definidas como unidades de exploração «de tipo familiar, com modesta área construída [e com] menor quantidade e qualidade de materiais que as *villæ*»⁹⁸.

São menos abundantes os sítios referentes à Antiguidade Tardia, testemunhando uma continuidade de ocupação do território, em termos cujos contornos precisos desconhecemos. Os registos são, quase sempre, de caráter funerário. Há necrópoles referenciadas no *Seixo Branco*⁹⁹, no *Monte dos Bravos*, onde se recolheu uma bilha trilobada proveniente de uma sepultura¹⁰⁰, e no *Monte das Farias 2*, com zona funerária identificada, com cronologia em torno dos séculos IV-V¹⁰¹

Ao mesmo período de reportará a ocupação de São Pedro da Adiça, nas imediações da Serra da Adiça, junto à Ribeira de São Pedro. O único reconhecimento ali feito permitiu a identificação de materiais à superfície que podem ser atribuídos à época islâmica ou, pelo menos, a um período de transição. Independentemente da época exata de ocupação do sítio pensa-se que a mesma não será anterior ao final do século IV¹⁰². A presença em São Pedro da Adiça de duas impostas (inicialmente datadas em torno dos séculos IV/V, mas cuja cronologia deverá ser revista e colocada em torno do século VII ou mesmo depois disso¹⁰³) aponta para a ocupação do sítio até um período tardio e/ou de transição. Esta ideia é confirmada pela recolha em toda a área à volta da atual ermida de telhas cuja tipologia permite a sua inclusão já no período islâmico, o que leva a pensar na manutenção da vida útil do sítio até ao século X¹⁰⁴. Segundo J. Fragoso de Lima, que visitou o sítio e aí recolheu cerâmicas, «define, de maneira geral, este tipo de teja curva la presencia de orna-

⁹⁶ Lima, 1988: 87-98

⁹⁷ Silva, 1999: 119

⁹⁸ Lopes, 2013: 22

⁹⁹ Lopes, 1990: 82 (fig. 22)

¹⁰⁰ Lima, 1981: 276 e Lopes, 1990: 81-82 (fig. 18)

¹⁰¹ Lopes, 2013: 34-35

¹⁰² Lima, 1963a: 9

¹⁰³ Macias, 1990: 86-88 (séculos IV-V); Real, 1998: 47 (depois do século VIII); Rego, 2003: 71 (séculos VI-VII). Uma proposta em torno dos séculos VI-VII é também avançada em relação a uma placa de Beja, tipologicamente próxima das da Adiça – Correia, 1993: 44

¹⁰⁴ As conclusões, mais recentes, de James Boone vão no mesmo sentido, baseando-se numa análise feita a partir da recolha de telhas: «the use of finger-impressed zig-zag begins in the Late Roman period and before the Muslim invasion, continues throughout the Islamic period, and ceases with the Christian conquest of the area» – Boone, 2001: 112-113. Telhas de Alcaria Longa em Macias, 2005b: 173 (fig. II.166)

mentación incisa a lo largo de su cara exterior (...). En algunos casos, los bordes laterales de dichas piezas cerámicas se presentan con cortes redondeados. Los citados ornamentos de la cara exterior los constituyen surcos sinuosos, algunos, por lo menos, al parecer, producidos con movimientos digitales»¹⁰⁵. Uma datação compatível, portanto, com o período em que as minas de Tūṭāliqa estavam em plena laboração.

Se se aceitar uma cronologia à volta do século VII para as peças de arquitetura da Adiça podemos admitir que, tal como se registou noutros locais (*Montinho das Laranjeiras* – Alcoutim por exemplo), a zona pagã da *villa* se tenha sacralizado¹⁰⁶. Contudo, nada de concreto sabemos sobre os detalhes de ocupação deste espaço ao longo de um período tão dilatado de tempo.

À Alta Idade Média pertence ainda o pequeno povoado da *Botefa*, embora o tipo de estruturas ali identificado não exclua a possibilidade de uma ocupação que se pode ter prolongado até à Reconquista¹⁰⁷. Ainda com um enquadramento cronológico em torno dos séculos IV-V temos a referência à destruída necrópole da *Herdade de Palhais*, no Sobral da Adiça, da qual resta, como único elemento, um jarro trilobado¹⁰⁸.

Sítios deste período com ocupações muito prolongadas, por vezes intermitentes, estão referenciados na zona norte do concelho: *Serra Brava 7* (século III; uma placa de cinturão dos séculos VII-VIII; materiais dos séculos XV-XVI)¹⁰⁹, *Monte das Candeias 1* (com materiais entre os séculos I e XVII)¹¹⁰ e *Altas Moras 7* (ocupação iniciada no século I e que se prolongou até ao século XIX)¹¹¹.

¹⁰⁵ Lima, 1963a: 11. Ver também os achados em Cid Almeida I – Santos, 2013: 52

¹⁰⁶ Macias, 2005a: 161

¹⁰⁷ Informação pessoal de Miguel Rego, a quem agradecemos. O sítio é mencionado na documentação medieval.

¹⁰⁸ Soares, 1971-1975

¹⁰⁹ Marques, 2015: 127-128

¹¹⁰ Marques, 2015: 126-127

¹¹¹ Marques, 2015: 125-126

1.3. ÉPOCA ISLÂMICA

O termo de Moura integrou-se, entre os séculos V e XIII, num vasto território que dependia de Beja, o qual abrangia de Aroche (a este) até Mértola (a sul) e do rio Guadiana (a oeste) até à zona onde se viria a localizar Mourão (a norte). A manutenção, em todo o período visigótico, de laços e relações comerciais que tinham a sua raiz no mundo romano, prosseguiria para além do século VIII. No período islâmico, a povoação é ainda considerada por Ibn al-Faradi como «castelo da cora de Beja»¹¹², afirmação que demonstra a continuação da dependência de Moura face à antiga sede do convento pacense.

Na Quinta de Frades, junto à fértil várzea do Ardila encontrou-se em tempos uma lápide funerária em árabe¹¹³, cujo paradeiro atual se desconhece, e que aponta para a existência da necrópole de uma alcária¹¹⁴. A existência de uma pequena exploração agrícola nesta zona fértil e aprazível parece-nos mais lógica que a presença de uma aldeia¹¹⁵. Nessa mesma zona terão sido recolhidas cerâmicas do período islâmico, embora não tenhamos a seu respeito qualquer outra informação. Conserva-se no Museu Municipal de Moura um candil dali proveniente e datado dos séculos X-XI¹¹⁶. Outro sítio importante é *Cid Almeida 1*, com ocupação confirmada no período califal¹¹⁷.

A atividade comercial desta zona teve, durante esse período, particular importância no que se refere à exploração de metais preciosos. No termo de Moura fazia-se, em plena época califal, a mineração da prata, atividade que, segundo al-Rāzī, era praticada no sítio de *Totalica*, onde haveria «uma mina de mui boa prata e mui branca», a qual era explorada em segredo pelos seus habitantes¹¹⁸.

Esta provável fortaleza localizava-se, por certo, perto das margens da ribeira de Toutalga (possivelmente entre as povoações de Santo Aleixo, Ficalho e Sobral)¹¹⁹, numa região onde a mineração teve particular importância no período romano¹²⁰. É provável que a atividade mineira tenha continuado até ao final do período islâmico. Com o início do califado, o controle dos locais de exploração deve ter passado, gradualmente, a ser controlado a partir de Córdoba.

Questão crucial é saber quem controlava tais fontes de rendimento. São, afinal, as minas de prata que justificam as movimentações político-militares que têm lugar no final do emirado e nas quais o castelo de Moura pode ter jogado um papel importante. Clãs de origem local, com raízes no mundo tardo-antigo, controlavam o território¹²¹.

¹¹² Lopes, 1911: 67. Ibn al-Faradi viveu entre 351 H./962 d.C. e 403 H./1013 d.C.

¹¹³ Lima, 1942; Lima, 1943

¹¹⁴ Não se trataria de uma situação única. Conhecemos a existência dos fuqahā' de origem rural que se queriam fazer enterrar na sua alcária natal – Guichard, 1991: 363-364

¹¹⁵ Uma situação idêntica pode ter ocorrido em Mértola, nos terrenos onde mais tarde se viria a construir o Convento de São Francisco – Macias, 2005a: 238

¹¹⁶ Silva, 2000: 343. V. fig. II_33, em tudo semelhante aos candis encontrados no Castelo de Moura (figs. II_32, 34 e 35).

¹¹⁷ Marques, 2015: 127

¹¹⁸ Alemany Bolufer, 1920: 137; Coelho, 1972: 38. Yāqūt refere-a como aldeia – Yāqūt, 1974: 227

¹¹⁹ Possivelmente num sítio da Serra da Adiça, entre as localidades de Sobral, Ficalho e Santo Aleixo – Torres, 1992b: 194

¹²⁰ Flores, 1945

¹²¹ Cf. infra – p. 50-51

É possível que tenha sido a prosperidade do sítio de Ṭūṭāliqa que criou condições para membros da sua comunidade se porem em contacto com os centros de produção intelectual da época: foi o caso do gramático ʿAbd Allāh b. Fāraj al-Ṭūṭāliqī, falecido no mês de rajab do ano 386 H. / 997 d.C.¹²². Em meados do século XI é mandado erigir um minarete no castelo de Moura¹²³. A iniciativa de al-Muʿtaḍid deve ser lida no contexto político da época e não como simples ato de devoção. Ou seja, a construção da torre parece-nos, em primeiro lugar, sublinhar a autoridade sobre um território marcado pela irrequietude e uma marca de apropriação sobre os importantes recursos mineiros da região.

Aparentemente, as importantes minas de prata de Ṭūṭāliqa¹²⁴ dependiam dos Banū Ṭūṭāliqī¹²⁵, mas nada permite afirmá-lo de modo definitivo. As questões sem resposta são substanciais: quem explorava as minas e como eram organizados os locais de exploração? O facto de serem exploradas «secretamente», como afirmava al-Rāzī¹²⁶, confere algum sentido à ideia que estas minas eram controladas por uma família¹²⁷. Neste caso, não poderemos pensar que a sua exploração era confiada a pequenas comunidades autónomas? Continuamos sem saber, e nesse domínio apenas a arqueologia poderá dar respostas, qual o tipo de povoamento da região. Ao domínio dos povoados mineiros pertence a alcaria de São Pedro da Adiça, construída sobre uma jazida.

A despeito das referências históricas aos Banū Ṭūṭāliqī, são escassos os elementos arqueológicos deste período. Mencionem-se as moedas encontradas no século XIX dentro da povoação de Safara¹²⁸ e outras em prata, recolhidas nos anos 40 do século XX, no sítio de *Possanque* (Herdade dos Machados)¹²⁹. Nas imediações da Amareleja foram também encontradas moedas do período islâmico, desconhecendo-se o local preciso do achado que pode ter correspondido a uma alcaria¹³⁰.

¹²² Yāqūt, 1974: 227

¹²³ Nykl, 1940: 402-403; Nykl, 1946: 181; Barceló, 1987: 413

¹²⁴ Sobre a identificação de Ṭūṭāliqa (na região de Santo Aleixo, Moura), ver Torres, 1992b: 194

¹²⁵ Picard, 2000: 44

¹²⁶ Al-Rāzī, 1953: 88

¹²⁷ Macias, 2005a: 46-55

¹²⁸ Matta, 1982: 55

¹²⁹ Lima, 1943

¹³⁰ Lobato, 1961: 27

1.4. ÉPOCA CRISTÃ MEDIEVAL

Moura atravessou entre a reconquista e a sua integração plena na coroa portuguesa, ocorrida nos finais do século XIII, um período conturbado de disputas, cujas consequências se estenderiam, no caso do território fronteiriço da importante zona agrícola e pecuária da Contenda até aos finais do século XIX¹³¹. Numa interpretação histórico-geográfica sugeria-se que a polémica em torno da definição das fronteiras era o resultado da polarização de importantes centros regionais como Beja e Sevilha, cujos efeitos se faziam sentir de forma particular na zona de separação dos dois territórios, o corredor da *sierra* (Aroche, Cortegana, Almonaster e Aracena) e a área de Moura¹³². De algum modo, é essa tensão que justifica a integração de Moura no território de Sevilha, em 1253¹³³, ou a entrega, por Afonso X, das vilas de Moura e de Serpa a D. Riombal, em 1259¹³⁴. Dessas disputas constituem expressivo testemunho os documentos assinados nos quais se confirmavam e voltavam a confirmar as linhas de demarcação e se procuravam delimitar territórios. No outro lado da fronteira recentemente desenhada, as preocupações eram idênticas, e o *concejo* de Sevilha sublinhava a necessidade de fortificar a linha de separação entre os dois reinos¹³⁵. Vários locais surgem mencionados na documentação: uns são identificáveis com sítios da atualidade, como San Vereiximo¹³⁶, outros como a Negrita, são topograficamente identificáveis, mas os núcleos de povoamento existentes desapareceram. Doutras ainda, como a corte de Fagildy¹³⁷, desconhece-se o sítio onde se localizavam.

As relações do concelho desenvolver-se-iam, de forma privilegiada, em dois sentidos: por um lado a Coroa¹³⁸, à qual Moura pertencia; por outro, o concelho de Serpa, com o qual existia desde 1278 um contrato de irmandade¹³⁹. Ato de gemação «avant la lettre», a irmandade destes territórios vizinhos traduzir-se-ia, ao longo dos séculos, em ajudas mútuas, expressas tanto no abastecimento de bens alimentares, como em auxílios financeiros ou ainda na defesa mútua.

Aparentemente, e de acordo com um texto dos inícios do século XIV, as decisões comuns eram tomadas no extremo dos dois territórios, onde hoje se situa a aldeia de Pias¹⁴⁰. Em 1317 era autorizado o comércio livre entre as duas povoações, desde que feito pelos seus moradores. A carta determinava ainda que quando um dos concelhos tivesse necessidade podia ir ao outro comprar o que precisasse.

Essa possibilidade levaria a abusos: em 1437, o concelho de Moura queixa-se do de Serpa, por este não deixar que aí se fosse comprar pão, o que ia contra o que estava determinado. Respondiam

¹³¹ Meneses, 1889

¹³² García, 1983: 14 e 28

¹³³ González Jiménez, 1991: 83

¹³⁴ González Jiménez, 1991: 243

¹³⁵ García Fitz, 1992: 27

¹³⁶ Corresponde a Santo Aleixo.

¹³⁷ Documento de 1332 – Rego, 1968: 591

¹³⁸ A jurisdição de Moura pertenceu, desde sempre, à Coroa. Tal facto, atestado pelos diversos forais que à localidade foram outorgados, não excluiu a entrega das rendas e direitos da cidade a diversos elementos da nobreza (cf. supra). De acordo com um documento da Chancelaria de D. Dinis Moura seria sempre da Coroa, não podendo pertencer nem a Rainha, nem a Infante, nem a Ricomem nem a outrem – A.N.T.T., Chancelaria de D. Dinis, liv. 2, fol 117v. e Livro 1 de Odiana, fols. 80v-81.

¹³⁹ A.H.M.M., Tombo da Vila de Moura, II, fols. 59-60v.

¹⁴⁰ A.H.M.M., Tombo da Vila de Moura, I, fol. 120

os de Serpa que os vizinhos de Moura trouxessem «racordaçom» do concelho de Moura, por haver gente de Moura que ia a Serpa buscar cereais e depois os iam vender a outras partes¹⁴¹.

A Reconquista marcou o início de um processo de disputa entre os reinos de Portugal e Castela em torno da margem esquerda do Guadiana. A integração definitiva deste espaço na coroa portuguesa teria lugar em 1295, ano em que a importância de Moura neste contexto sub-regional leva D. Dinis a conceder foral à cidade¹⁴². Começou pouco depois a tomar forma a primeira grande campanha de obras no Castelo de Moura: em 1320 a Ordem de Avis doou a D. Dinis um terço das igrejas de Moura e Serpa para o «refazimento e mantimento dos alcaçeres dos ditos castellos», embora a obra tenha sido concretizada apenas algumas décadas mais tarde¹⁴³. No mesmo esquema defensivo se integrava ainda a Atalaia Magra, torre do século XIV¹⁴⁴, localizada junto ao caminho para Aroche, a curta distância de Moura e destinada a avisar os habitantes do castelo em relação a eventuais ataques vindos de Castela. São conhecidas outras vias que ligavam Moura a povoações próximas: para além da de Aroche podemos mencionar os caminhos para Serpa, para Beja e Évora e para Mourão.

Em meados do século XIII, instalou-se em Moura a Ordem do Carmo, a qual se afirmou progressivamente, tanto do ponto de vista espiritual como económico: os carmelitas estariam, durante a Baixa Idade Média e todo o período moderno, entre os principais proprietários agrícolas de Moura.

A história de Moura iria, a partir dos inícios do século XIV, ficar intimamente ligada ao território da *Contenda*, terras de uso comum de povoações portuguesas e castelhanas: Moura, Noudar, Encinasola e Aroche disfrutaram, assim, durante vários séculos de um espaço cujo usufruto daria origem a inúmeras quezílias e inquirições¹⁴⁵. Dessas disputas constituem expressivo testemunho os numerosos documentos assinados nos quais se confirmavam e voltavam a confirmar as linhas de demarcação e se procurava delimitar um território.

A partir de meados do século XIV a cidade polariza o território à sua volta. O castelo, símbolo do poder da realeza, é o centro físico e simbólico em torno do qual tudo gira. Um documento de finais do século XV alude a «fortalezas e torres e casas fortes que se fizeram nas guerras e *despois dellas* e que se derribaram por bem da capitulação das pazes»¹⁴⁶. Dentre esse rol de fortificações (localizadas ao longo da raia do Alentejo e Algarve) duas reportam-se à zona de Moura e localizam-se sobre a ribeira de Mortigão e na Contenda, em zonas de criação de gado.

Parece tratar-se de um fenómeno eminentemente regional, que pode ter sido a expressão do desejo de autonomia da nobreza local, sem particulares consequências a longo prazo. O nome dos seus construtores – Diogo Nunes Pereira, Rui Lourenço Ravasqueiro, Martim Afonso de Mello, João Martins etc. – nunca surge associado aos atos políticos da Coroa nem fazem certamente parte da grande nobreza nacional¹⁴⁷.

¹⁴¹ A.H.M.M., Tombo da Vila de Moura, I, fols. 122-122v.

¹⁴² Valente, 1991

¹⁴³ Macias, 1986: 254. Cf. cap. 4.

¹⁴⁴ Imóvel de interesse público

¹⁴⁵ V., sobre os problemas da Reconquista de Moura, Garcia, 1986: 63-68

¹⁴⁶ Pereira, 1887: 170-171 – sublinhado nosso

¹⁴⁷ Excetua-se o caso de Martim Afonso de Mello, cuja família surge ligada à ida a Ceuta, em 1438 – cf. Sousa, 1991: 120 e 446. O nome de Martim Afonso de Mello é ainda mencionado como guarda-mor e membro do conselho de D. Afonso V – Pereira, 1887: 58.

Estas investidas dos poderes instituídos localmente não eram, naturalmente, bem vistas pela Coroa. O exemplo mais evidente é do episódio que envolveu o *Castelo do Murtigão*, edificado no local hoje conhecido como Volta do Castelo.

A construção da fortaleza do Murtigão, por iniciativa de Lopo Vaz de Castello Branco, alcaide de Moura, mereceria uma queixa de D. Beatriz junto do rei: a obra fora feita por um castelhano, Fernam Mexia, em conluio com o alcaide-mor «sem lhe ser pera ello requerido licemça alguma nem consentimento a qual fortelleza por assy ser feita comtra seu prazer (...) lhe pertemcia e nenhuma pessoa a nam deuja nem podia justamente teer sem lhe della fazer preito e menagem»¹⁴⁸. D. João II, ainda príncipe, acabou por mandar matar o alcaide nesse ano de 1478¹⁴⁹, por suspeitar que este o traíra, tendo a torre sido demolida. Não são reconhecíveis no local quaisquer vestígios e aqui só a arqueologia, uma vez mais, poderá um dia dar respostas. O cargo de alcaide-mor seria de seguida entregue a D. Pedro d'Eça, homem de confiança do rei (é um dos fidalgos que participa no assassinato do Duque de Viseu em 1484)¹⁵⁰.

Nas duas últimas décadas de Quatrocentos os principais privilégios referentes a Moura (designadamente os direitos da mouraria e judiaria, foros das casas reguengas e passagem do celeiro) estão na posse desse alcaide, passando posteriormente para a de seu filho Rodrigo d'Eça¹⁵¹.

A estrutura e a organização demográfica do concelho parecem sedimentar-se a partir de inícios do século XVI¹⁵². O numeramento de 1527 aponta para a existência de 876 fogos (3504 habitantes, por estimativa) na cerca e arrabaldes, 273 fogos fora das localidades (1092 habitantes), 175 fogos em Santo Aleixo (700 habitantes), 182 fogos em Safara (728 habitantes), 55 fogos na Amareleja (220 habitantes) e 31 fogos na Póvoa (124 habitantes)¹⁵³. Uma realidade não muito diferente é-nos relatada num documento de 1580: 1200 vizinhos (4800 habitantes) para Moura, 180 vizinhos (720 habitantes) para Santo Aleixo, 300 vizinhos (1200 habitantes) para Safara, 70 vizinhos (280 habitantes) para a Amareleja e 30 vizinhos (120 habitantes) para a Póvoa¹⁵⁴. Nas Memórias Paroquiais de 1758 a distribuição da população começa a organizar-se de forma um pouco diferente: Moura tinha 4230 habitantes¹⁵⁵, Santo Aleixo 737¹⁵⁶, Amareleja 731¹⁵⁷, Safara 614¹⁵⁸, Sobral 526¹⁵⁹, Póvoa 426¹⁶⁰, Santo Amador 250¹⁶¹.

¹⁴⁸ A.N.T.T., Liv. 2 de Místicos, fol. 51

¹⁴⁹ Resende, 1798: 24

¹⁵⁰ Resende, 1798: 80

¹⁵¹ A.N.T.T., Chancelaria de D. João II, Liv. 7, fols. 101v-102

¹⁵² Com exceção dos cortes no final do XIX, que implicaram a cedência de território em benefício do concelho de Serpa.

¹⁵³ Collaço, 1931: 35

¹⁵⁴ A.C.L., Ms. Série Vermelha, 520, fols 40-41v.

¹⁵⁵ Páscoa, 2003: 34 e 45

¹⁵⁶ Páscoa, 2003: 74

¹⁵⁷ Páscoa, 2003: 19

¹⁵⁸ Páscoa, 2003: 67

¹⁵⁹ Páscoa, 2003: 83

¹⁶⁰ Páscoa, 2003: 64

¹⁶¹ Páscoa, 2003: 78

1.5. VIAS

Afastada dos principais centros de decisão, em Moura não passava nenhuma das grandes vias do sul. A rede de caminhos era marcadamente «secundária», mas colocava a cidade em contacto direto com Beja e com Évora. Importa, por isso, contextualizar Moura na realidade regional e tentar perceber de que forma este local se integrava na rede de caminhos antigos.

1.5.1. AS ESTRADAS DO TERRITÓRIO DE BEJA

O território de Beja organiza-se, tal como em época romana e até ao século XIII, em torno de eixos que se cruzam na própria cidade. À volta desses caminhos organizou-se toda uma região, desde os terrenos da margem esquerda do Guadiana, onde pontificava Aroche, secundada por Moura, Serpa, Noudar e Țūṭāliqa (na região de Santo Aleixo), até ao alto Sado ou ribeira de São Romão¹⁶². São duas as vias fundamentais, conhecidas desde há muito e com percursos bem definidos:

- a) a que unia Évora a Beja, a antiga *Pax Julia*, à cidade portuária de *Myrtilis*/Mértola e daí mais para sul até à foz do Guadiana.
- b) uma outra cruzava o território no sentido de oeste para este (de *Salacia*/Alcácer do Sal até *Arucci*/Aroche e mais para além, até Sevilha), ligando o Guadalquivir às regiões mais ocidentais da Península¹⁶³.

São basicamente estes os caminhos referidos pelos velhos itinerários do Mundo Antigo – com destaque para o de Antonino e para o do Anónimo de Ravenna¹⁶⁴. Em particular os que se cartografaram a partir do primeiro¹⁶⁵ são, com pequenas modificações, os mesmos que pudémos constatar para o período islâmico. Ainda em funcionamento em pleno século XIII davam uma importância acrescida a Beja. Controlar a cidade equivalia a organizar um espaço político mais ou menos autónomo e deter o domínio sobre o sistema de ligações que articulava boa parte do sudoeste da Península. É uma trama de conexões, traçados e infra-estruturas da época romana que passou para o período islâmico e mesmo para épocas mais recentes sem grandes alterações¹⁶⁶.

Outras vias marcaram o território no período islâmico. Nunca tiveram o relevo que os caminhos principais atingiram mas nem por isso deixaram de desempenhar um papel importante na história do Țarb. Parece-nos, por essa razão, justificável e necessária a abordagem doutros caminhos: os que cruzavam os territórios meridionais passando a serra em direção à costa (quer pelo antigo traçado da via romana que atravessava a serra de Monchique, quer por outros caminhos secundários, mas de grande importância estratégica) e o que ligava a zona mais a sul da *kūra* ao Andévalo.

¹⁶² Torres, 1992a: 189-190

¹⁶³ Torres, 1992b: 391: V. as justificações apresentadas em Fernandes, 1991: 33-34

¹⁶⁴ Roldán Hervás, 1975: 77-80 e 122-123

¹⁶⁵ Roldán Hervás, 1975: lam. III e Alarcão, 1983: 73 (fig. 5)

¹⁶⁶ Fernandes, 1991: 33-34

ENTRE ALCÁCER DO SAL E AROCHE (POR BEJA)

Estrada importante desde a época romana (era a via XXI do Itinerário de Antonino), punha em contacto a Costa Ocidental, *Pax Iulia* e *Hispalis*. Por ela se processava um incessante tráfego de gente que se dirigia da região de *Olisipo* para ir trabalhar nas minas onubenses¹⁶⁷-, mantendo-se como eixo fundamental do sudoeste peninsular em época islâmica.

Entre Alcácer do Sal e Beja, o traçado proposto baseia-se no velho caminho romano, para o qual é indicado um trajeto a norte do Sado (evitando assim o escolho da Serra de Grândola e uma travessia mais acidentada), passando por Torrão, Odivelas, Peroguarda (local de um antigo santuário) e Beringel¹⁶⁸. Não há qualquer razão para sugerir um traçado diferente em época islâmica, apesar da completa falta de informação sobre este tema. Abel Viana sublinhava o alinhamento de pontos, orientados no sentido leste-oeste – Corte Piornos, em Quintos, Beja, Trigaches, em Beringel, e Alfundão, «*em que se regista o aparecimento de objectos relacionados com o culto cristão no final da época romana e decurso da visigótica*»¹⁶⁹. Esta linha corresponde, afinal, ao traçado que a antiga via tinha e junto à qual se situavam os principais núcleos de povoamento¹⁷⁰.

Para o percurso a partir de Beja e em direção a oriente dispomos de mais elementos. Ainda em época tardia é expressamente referido pelo texto de al-Idrīsī, que nos dá as seguintes distâncias: «*de Aroche a Serpa hay veinticinco millas, a la ciudad de Beja hay doce millas*»¹⁷¹. Nem mais nem menos que o clássico e bem conhecido trajeto.

O caminho era feito por Beja/Serpa/Aroche, sendo talvez dessa via o marco miliário romano da Corte do Alho¹⁷². A via terrestre que ligava Beja, Serpa e Aroche tinha nesta localidade um ponto fundamental do seu itinerário. Em Ficalho, por muitos identificado com *Fines*, há dúvidas no que se refere à ocupação na época islâmica, embora no que se reporte à Antiguidade Tardia tenhamos dados seguros sobre uma intensa ocupação da zona, na qual estão referenciadas importantes áreas de habitat e de inumação¹⁷³. As escavações realizadas por Monge Soares ao longo da última década junto à Igreja Velha de Ficalho comprovam a presença humana neste local desde o Neolítico Final, com uma interrupção entre o século VIII e os séculos XII/XIII¹⁷⁴.

Num estudo recente propõe-se um sugestivo traçado para os terrenos da margem esquerda do Guadiana, que ligaria *Fines* a *Serpa* passando pelo traçado mais curto e que cruza no seu caminho um importante conjunto de estações romanas¹⁷⁵. Desses sítios apenas um, a *Cidade das Rosas*, foi alvo

¹⁶⁷ Ruiz Acevedo, 1998: 79. Ver a curiosa lápide funerária de um olisiponense falecido na zona de Villanueva de los Castillejos – González Fernández, 1989: 122-124

¹⁶⁸ Alarcão, 1983: 73 (fig. 5) e 87; Encarnação, 1984b: mapa 4; Lopes, 2003a: 81 ou 000

¹⁶⁹ Viana, 1954: 12. Ver também a listagem de materiais da Antiguidade Tardia de Alfundão – Viana, 1954: 11 e est. II: 9, 11 e 12; Almeida, 1987a: 103-104 e Almeida, 1987b: PIL 28 A

¹⁷⁰ Junto a Beringel é conhecida a estação romana de «Ponte de Lisboa», com ocupação até ao período islâmico – Viana, 1949: 177 e 180. Conceição Lopes considera que Abel Viana terá confundido o sítio arqueológico da Herdade da Misericórdia, com ocupação islâmica, com o do Porto de Lisboa, onde há apenas vestígios romanos – Lopes, 2003b: 100 (cat. 540) e 25 (cat. 68), respetivamente.

¹⁷¹ Al-Idrīsī, 1989: 84

¹⁷² Lima, 1950: 575; Lopes, 1997

¹⁷³ Soares, 1997: 30 (fig. 7)

¹⁷⁴ Dias, 1987c; Soares, 1992: 122-125; Lopes, 1997: 90

¹⁷⁵ Coelheiras/Abóbada/Figueiras/Meirinho/Lage/Maria da Guarda/Cidade das Rosas/Santa Justa – Lopes, 1997: 141

de trabalhos arqueológicos sistemáticos, sendo então constatada a sua ocupação até ao século XI¹⁷⁶; num outro, a Abóbada, é desde há muito conhecido um importante conjunto de materiais da Alta Idade Média¹⁷⁷. Não há, também neste caso, qualquer razão de ordem lógica ou topográfica para propôr traçados diferentes nos períodos romano e islâmico.

Moura situava-se, como dissémos no início, um pouco à margem desta lógica regional. As menções a caminhos são pouco frequentes e pouco claras. Há, por exemplo, uma referência a uma azinhaga do concelho, em 1425, na qual se manda aos que entestam com a azinhaga que a limpem «em guissa que per ella posam hiir e vijnr bestas carregadas como de senpre ssoya a seer»¹⁷⁸.

No século XIII haveria um traçado de vias principais, em certa medida decalcado do percurso dos caminhos mais antigos. Aponta-se a existência de duas grandes rotas, que colocavam o Alentejo em contacto com a antiga capital bética: Beja / Serpa / Aroche / Aracena / Santa Olalla / Sevilha e Évora / Mourão / Noudar / Encinasola / Cumbres Mayores / Santa Olalla / Sevilha¹⁷⁹. Eixos viários fundamentais na região, tendo Beja como ponto central, ainda estariam em funcionamento no século XIII¹⁸⁰.

As ligações de Moura com outros sítios ficaram presentes na toponímia da cidade (Rua de Serpa, Rua de Aroche) e em nomes de sítios junto ao Guadiana, como o Porto de Évora. Um texto de meados do século XIII refere expressamente, e com algum detalhe, esta ligação. Numa carta de doação de uma propriedade a João Peres de Aboim, em 1258, menciona-se o «portum qui vocatur de Ameeyra de Moura»¹⁸¹, sendo também citado a «viam que vadit de Moura pro ad Elboram»¹⁸². Outro caminho é mencionado a propósito da demarcação de Monsaraz: «alçamos outro padron por marco e por couto que sta so a ccarreira que uay de Monsaraz pera Moura (...) indo pela uea dessa agua de Azanbugeira como uay entrar em Vdigebe a sobrela carreira que uay de Moura pera Euora»¹⁸³.

Apesar de ainda mal estudados, não cabe dúvida que os caminhos principais a saírem da cidade seriam quatro (fig. II_5): para este em direção a Aroche; para oeste, para Beja, passando pela barca do Guadiana¹⁸⁴; para noroeste, a caminho de Évora; para sul, ligando Moura com Serpa e com a principal via da região. A estrada para Mourão já existia no século XV. É mencionada expressamente, o mesmo sucedendo ao Porto de Cofete, ponto de passagem que nos parece coincidir com o atual Porto de Mourão¹⁸⁵.

¹⁷⁶ Retuerce Velasco, 1986: 85 e 91-92

¹⁷⁷ Almeida, 1987a: 272 e 282-286 e Almeida, 1987d: PLA 26/BAS 1 e PÉ-ALT 1; Lopes, 1997: 78

¹⁷⁸ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 6, doc. 44

¹⁷⁹ García Fitz, 1992: 29 (mapa 1)

¹⁸⁰ Fernandes, 1991: 33-34

¹⁸¹ Azevedo, 1906-1910: 4

¹⁸² Azevedo, 1906-1910: 4

¹⁸³ Azevedo, 1906-1910: 24

¹⁸⁴ Em uso até 1980.

¹⁸⁵ Dias, 1998: 87

Junto ao caminho de Aroche (a mais importante via do ponto de vista estratégico) foi edificada, provavelmente nos inícios do século XIV, uma torre de vigia – conhecida como Atalaia Magra – que controlava um vasto espaço em seu redor e mantinha contacto visual com o Castelo de Moura (figs. II_6 e II_7). A atalaia tem planta circular (4 m de diâmetro por 12 m de altura) e uma estrutura em alvenaria de pedra de pequenas dimensões. O acesso faz-se por uma porta em arco quebrado moldurado, rasgada a 1,10 m do chão, do lado sul. A torre tem dois pisos, o primeiro coberto por abóbada em pedra; uma escada em caracol, igualmente em pedra, estabelece a comunicação com a parte superior, que não tem cobertura¹⁸⁶. A tipologia construtiva da torre – o aparelho, a planta circular e a escada helicoidal – aponta para uma construção do século XIV e que pode ser contemporânea das campanhas de obras no castelo da cidade.

Importante «serviço público» era ainda a barca de passagem do Guadiana (em uso até há cerca de 20 anos), bem como o batel do Ardila. Tanto um como outro constituíram propriedade régia ao longo de toda a Baixa Idade Média¹⁸⁷.

¹⁸⁶ Mendonça, 1994

¹⁸⁷ Dias, 1965: 84

2 O CASTELO ENTRE A PROTO-HISTÓRIA E O PERÍODO ISLÂMICO: DADOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS

Moura localiza-se na margem esquerda do Guadiana, estando distanciada cerca de 4 km deste rio e a distância ainda mais curta do Ardila, afluente do anterior. Um e outro estão rodeados por terrenos férteis (figs. II_2 a 4 e II_8). O ponto mais alto da cidade é ocupado pelo castelo, da qual constituiu o primeiro núcleo de povoamento e cujos territórios em volta domina na perfeição, em virtude da sua localização estratégica, encaixada em posição interfluvial, entre o Rio Brenhas, afluente do Ardila, a nascente, e a ribeira das Lavadeiras¹⁸⁸, a poente, que desemboca no Brenhas a norte da cidade. Há declives acentuados em direção aos dois cursos de água. O castelo (38° 08' 29" latitude norte e 07° 27' 00" longitude oeste de Greenwich¹⁸⁹), implantado num cerro de calcários lacustres miocénicos tem um comprimento máximo de 200 metros, atingindo no seu ponto mais largo os 120 metros, alongando-se no sentido nordeste-sudoeste. Este espaço geometricamente irregular corresponde, sensivelmente, a uma área com cerca de 23000 m² (figs. II_10 e II_36). A cota de terreno no interior da fortificação ronda os 200 metros acima do nível do mar, sendo os declives em torno da fortaleza, e em direção aos dois cursos de água acima referidos, bastante acentuados entre norte e sueste, atingindo-se nessas zonas cotas inferiores a 100 metros. Na plataforma mais aplanada, a sul do castelo e contígua a este, desenvolver-se-ia a maior parte do povoado medieval pós-reconquista.

Os recursos hidrológicos da região de Moura são apreciáveis, com destaque para as águas minero-medicinais da Santa Comba e das Três Bicas¹⁹⁰, cujas nascentes se situam no castelo de Moura. A abundância de água no interior do castelo, facto insólito por estarmos num dos pontos mais altos de um território marcado pela escassa pluviosidade, foi decisiva para a fixação das pessoas. A água ganha, assim, acrescida importância e por isso a sua presença no interior do castelo é sistematicamente referida nos textos. Tal facto, pouco vulgar numa região marcada por prolongados períodos de estiagem (e com uma média de precipitação anual que não ultrapassa os 600 mm), mereceu a referência dos escritores e cartógrafos que de Moura se ocuparam, desde Duarte Darmas, nos inícios do século XVI, até ao Conde de Lippe, nos finais do século XVIII¹⁹¹. Mesmo os tratados de arquitetura militar, como o de Luís Serrão Pimentel, lhe fazem referência. A explicação para as fontes de água no interior do castelo encontra-se sintetizada num estudo recente sobre o aquífero Moura-Ficalho, o grande reservatório subterrâneo da região. Diz-se, de forma explícita, que «o limite norte do aquífero é constituído pela falha do castelo (...), que se comporta como uma barreira de muito baixa condutividade hidráulica horizontal, originando fluxos verticais significativos através da rede de fraturas (recarga subterrânea do aquífero dos Calcários de Moura e emergências termais de Santa Comba e Três Bicas)»¹⁹², acrescentando-se ainda serem razões de ordem geológica «a estar na origem das nascentes termais antes referidas (cerca de 21°/22° na emergência) e da recarga subterrânea do aquífero dos Calcários de Moura»¹⁹³ (figs. II_9 e II_11).

¹⁸⁸ Na atualidade o nome mais corrente é Rio da Roda.

¹⁸⁹ CMP, folha 501

¹⁹⁰ Carvalhosa, 1970: 27

¹⁹¹ Almeida, 1943; Pimentel, 1680: 324; Pascoal, 1991: 56 e GEAM, 3042/2-21A-105

¹⁹² Costa, 2008: 55-56

¹⁹³ Costa, 2008: 56

As duas ribeiras que circundam Moura (as de Brenhas e Lavadeiras) têm junto a si uma estreita mas fértil faixa de terreno, utilizada como local privilegiado para abastecimento do povoado, pelo menos a partir do período islâmico. Terreno ponteadado de hortas, com abundantes árvores de fruto, constituía um ponto fundamental para a subsistência de Moura e manteve importância económica na vida da cidade. A persistência desta tradição manteve-se ao longo dos séculos e é particularmente evidente na documentação escrita da Baixa Idade Média.

Vários pequenos caminhos e uma via principal cruzavam este espaço, o qual estava ainda servido por uma ponte¹⁹⁴. A zona de confluência das ribeiras de Brenhas e Lavadeiras, junto a essa ponte, era também um local onde se faziam muitas vezes construir azenhas e lagares¹⁹⁵. Alguns deles são edificados por iniciativa régia: em 1326 são doadas a Vicente Gil umas «sessegas velhas d'azenhas» para aí serem feitos dois moinhos correntes. Quando fossem feitos pagaria a metade, deprendendo-se que isso se reportaria ao foro¹⁹⁶.

¹⁹⁴ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, liv. 8, fol. 98

¹⁹⁵ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, liv. 8, fols. 44 e 73v.

¹⁹⁶ A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso IV, liv. 3, fol. 7

2.1. PRÉ E PROTO-HISTÓRIA

O Castelo de Moura situa-se numa zona bastante povoada durante o Bronze Final e a Idade do Ferro. Os povoados mais importantes situam-se junto aos rios Ardila e Guadiana, o que mostra a importância das vias fluviais na dinâmica de povoamento. O castelo de Moura, situado a curta distância daqueles cursos de água, domina a sua zona de confluência e tem uma importância estratégica que se acentuará a partir da Idade do Ferro. Não sabemos se havia uma articulação entre povoados como a Azougada e Moura, embora tal pareça provável.

A ocupação do sítio é anterior ao período romano, tendo as intervenções arqueológicas dirigidas por Jorge Pinho Monteiro em 1980 e em 1981 atestado a presença de níveis da Idade do Ferro. Trabalhos recentes e ainda inéditos, conduzidos por José Gonçalo Valente, vieram revelar uma importante ocupação da primeira metade do século IV a.C., com a presença de cerâmicas pintada e ática em apreciáveis quantidades¹⁹⁷.

A densidade de ocupações da alcáçova é pressentida na diversidade de materiais que os trabalhos arqueológicos têm proporcionado. Os elementos recolhidos espriam-se ao longo de mais de 25 séculos, num registo que não permite a apresentação de propostas seguras para períodos pré-medievais, mas que possibilita uma leitura sobre as ligações mantidas entre os habitantes do castelo e outros sítios do mundo mediterrânico. Embora esse período continue cheio de interrogações, a riqueza da região de Moura ao longo de todo o primeiro milénio antes de Cristo dá-nos uma imagem da ocupação que a região teve e da importância que os minérios tiveram nessa evolução¹⁹⁸. A pujança da ocupação na Idade do Ferro, que vai a par da importância de sítios como o *Castelo Velho de Safara* ou do *Castro da Azougada*, está também manifestada na presença, ainda que esparsa de fragmentos de cerâmicas áticas ou ibéricas, com horizonte temporal que recua até aos séculos V a.C. (Castro) e até à primeira metade do século IV a.C. (Castelo Velho).

Tem sido sublinhada como particularmente relevante neste contexto a ocupação de Moura, situada a cerca de 4 km da Azougada. Dotado de condições de implantação que caracterizam estes sítios de habitat, com uma localização destacada, que lhe proporciona boas condições de visibilidade, importantes na defesa e no controle do território¹⁹⁹, o cerro do castelo é ocupado no século IV a.C., para, aparentemente, não mais ser abandonado²⁰⁰. Vão de encontro a essa cronologia, por exemplo, os dois pendentes, um em forma de lanceta, o outro esferóide, encontrados por Wanda Rodrigues e Rodrigues, em local não especificado do castelo, e publicados por Frago de Lima, que os enquadrou na Idade do Ferro²⁰¹.

As sondagens realizadas em 1989/90 e, de forma mais sistemática, os trabalhos arqueológicos na alcáçova, a partir de 2003, ilustram as ocupações posteriores aos séculos XII/XIII, mas são insuficientes para fornecer detalhes no que diz respeito a ocupações mais antigas. Os materiais

¹⁹⁷ Materiais inéditos, a apresentar autonomamente.

¹⁹⁸ Gamito, 1990

¹⁹⁹ Antunes, 2009: 447, citando trabalho inédito de J. Albergaria

²⁰⁰ Não pode excluir-se a possibilidade de um hiato entre a segunda metade do século IV a.C. e o final do século III a.C.

²⁰¹ Lima, 1963b

das escavações realizadas por Jorge Pinho Monteiro e outros arqueólogos em 1980 e 1981 estão ainda, e a despeito da sua importância, inéditos. Essas sondagens realizadas por Pinho Monteiro e as investigações que ao longo dos últimos anos temos realizado sobre o Castelo de Moura, permitem concluir que não se conhecem, de momento, artefactos anteriores à Idade do Ferro no castelo de Moura. Ao invés, a pujança da ocupação do sítio neste período tem vindo a ser confirmada, estando essa informação ainda a ser processada.

Jorge Pinho Monteiro afirmou ter encontrado na barbacã «preenchida com entulhos provenientes do interior do recinto amuralhado, (...) materiais de cronologia calcolítica ou do Neolítico final, facto que aponta para a existência de ocupações desta época»²⁰². Desconhecemos o paradeiro destes materiais. Nenhum elemento recolhido durante os trabalhos arqueológicos permite confirmar tais cronologias.

Os trabalhos arqueológicos realizados no Castelo de Moura em 1980 e 1981²⁰³ deram uma importante base de trabalho para investigações futuras. Forneceram elementos sobre a estratigrafia do sítio em duas sondagens, uma realizada no interior da alcáçova cristã, outra junto à chamada torre de Salúquia, numa sequência estratigráfica que compreendeu, neste último caso 17 níveis.

Retome-se o essencial do trabalho de Pinho Monteiro, a partir dos seus relatórios de escavação:

Apenas na escavação realizada junto à torre de Salúquia (fig. III_1) se atingiram os níveis mais antigos²⁰⁴. Ao nível 6 foi atribuída cronologia romana (século II d.C.), ao passo que os 7 a 10 se enquadraram na Idade do Ferro. O nível 16 forneceu uma fíbula anular hispânica, ao passo que no 17 se encontrou um fragmento de cerâmica grega, de verniz negro, com figuras vermelhas. Pinho Monteiro concluiu: «os materiais indicam, assim, contextos dos séculos III/II para os níveis 7-15 (...). Os níveis 16-17 podem ser atribuídos, com base na fíbula e no fragmento de cerâmica grega, aos séculos V/IV a.C. (...)»²⁰⁵. Os trabalhos foram interrompidos à cota de - 4,87 m. Esta sondagem foi mais tarde entulhada, uma vez que escavações efetuadas, sem qualquer controle, em meados da década de 80, ameaçavam a integridade da torre de Salúquia.

Os vasos cerâmicos mostram perfis característicos deste período e, entre os objetos metálicos, assinala-se um fecho de cinturão romboidal em bronze com rebites em ferro na base, dois olhais e um garfo, variante do tipo Acebuchal, peça que pode ser datada nos séculos V-IV a.C. e que está hoje nas reservas do Museu Municipal. É referido por Almagro-Gorbea, o qual afirma provir do Castro da Azougada²⁰⁶. Informações fornecidas na Biblioteca Municipal por Pinho Monteiro, indicam, no entanto, que foi encontrado no Castelo. Os dados avançados por Pinho Monteiro merecem alguma atenção, uma vez que, segundo um dos nós²⁰⁷ constatou, não existe nada, até ao momento, que indi-

²⁰² Monteiro, 1981

²⁰³ O prematuro falecimento de Jorge Pinho Monteiro, em 1982, ditou o fim deste projeto.

²⁰⁴ Escavação referenciada como Z. I/Q. 22 nos relatórios de Pinho Monteiro.

²⁰⁵ Monteiro, 1981

²⁰⁶ Almagro-Gorbea, 1977

²⁰⁷ José Gonçalo Valente, nas escavações realizadas no exterior da alcáçova.

que uma ocupação que possa apontar para o século V a.C. Saliente-se, em especial, a ausência de fragmentos de taça «Cástulo», o fósil diretor mais comum nos arqueossítios com esta cronologia²⁰⁸.

Trabalhos mais recentes têm vindo a confirmar a importância da Idade do Ferro neste local: peças importantes foram recolhidas em lixeiras, cronologicamente coerentes, sobrepondo-se a níveis de habitat²⁰⁹ ou em níveis arqueológicos de enchimento, junto a materiais do século XVIII²¹⁰. A cerâmica ática e um fragmento cerâmico com escrita do sudoeste esgrafitada (fig. II_12) – facto que deve ser sublinhado pelo seu ineditismo – conferem consistência à importância da ocupação do sítio.

Uma segunda sondagem, realizada por Jorge Pinho Monteiro na alcáçova, embora tivesse chegado a uma cota mais profunda em relação ao solo atual (-5,04 m), atingiu apenas os níveis islâmicos. A identificação feita por Pinho Monteiro levanta apenas a hipótese («apareceu um pavimento de ladrilhos assente sobre argamassa muito grosseira com grande quantidade de tijolo. O nível subjacente deve corresponder a uma camada de desmoronamento de uma grande construção, pois entregou grandes pedras em posição de derrube. É precisamente este o nível aonde começa a sair com maior frequência cerâmica árabe (de diferentes épocas), juntamente com cerâmica alto-medieval e alguns fragmentos de *terra sigillata*. É possível que corresponda ao período da reconquista do castelo (séculos XII/XIII), hipótese que terá de ser comprovada em futuras ampliações e escavações em área»²¹¹), mas os trabalhos realizados em anos mais recentes e o conhecimento adquirido no decurso das duas últimas décadas permitem afirmar que Pinho Monteiro identificou estruturas do bairro almoáda da alcáçova de Moura. Ambas as intervenções permitiram aferir a extraordinária potência arqueológica e a ininterrupta ocupação do sítio.

²⁰⁸ Cerca de 200 fragmentos de cerâmica grega referenciados até ao momento.

²⁰⁹ Escavações de José Gonçalo Valente, no exterior da alcáçova.

²¹⁰ Escavações de Santiago Macias, na alcáçova.

²¹¹ Monteiro, 1981

2.2. ÉPOCA ROMANA

A presença de importantes vestígios dos períodos romano e e da Antiguidade Tardia têm uma expressão menos significativa do que seria de esperar na escavação de Jorge Pinho Monteiro, ainda que eles os assinala e apesar de estarem presentes na epigrafia e fragmentos arquitetónicos recolhidos em Moura e nas suas imediações²¹².

A romanização conheceu particular expressão nos terrenos em volta do castelo. Uma cartografia dos vestígios arqueológicos, recolhidos fortuitamente na área urbana da cidade permite atestar a densidade da ocupação e a existência de necrópoles periurbanas, das quais temos apenas informação epigráfica (fig. II_13).

Na atual área urbana os dados disponíveis resultam de achados ocasionais ou de observações ou dados recolhidos, há dezenas de anos, por José Fragoso de Lima. Só pontualmente temos localizações precisas. Tal não acontece, por exemplo, nas referências aos enterramentos nas Comuas ou na Salúquia²¹³. A probabilidade de existência de uma necrópole na Santa Justa mantém-se no domínio das hipóteses.

A recolha de duas aras, há cerca de 30 anos, na esquina da Rua da República (ara de final do século I²¹⁴) e junto ao edifício dos Quartéis (ara da segunda metade do século II²¹⁵) parece apontar para a existência de um espaço funerário (figs. II_14 e II_15). Em alternativa, poderemos estar em presença de peças deslocadas do seu local de origem, o qual não deveria ficar muito distante.

A ocupação romana na região teve um dos seus principais núcleos no perímetro do Castelo de Moura, local onde, ocasionalmente, se têm encontrado materiais que testemunham a importância dessa presença. No Museu de Arte Sacra de Moura conserva-se um capitel, recolhido no castelo em meados do século XX (fig. II_16). Desconhecem-se o local preciso e as circunstâncias da recolha da peça.

Recentemente foi descoberta, no castelo da cidade, em escavações dirigidas por um de nós, uma placa de meados do século I²¹⁶, consagrada a Marco Numísio (?) Calvício e a seu filho, Lúcio Numísio (?) Apro. A dedicante era Emília Ânula, mulher de um e mãe de outro. Associava-se à homenagem Marco Numísio (?) Máximo, filho de Marco e irmão de Lúcio (fig. V_8). A homenagem funerária deveria coroar a entrada de um mausoléu²¹⁷. No mesmo local, e reutilizada na esquina de um edifício de época islâmica, foi recuperada uma ara, da segunda metade do século I, dedicada a Ceplca (?) Maria pelo seu filho, o liberto Meilo (fig. V_9)²¹⁸.

No castelo propriamente dito, a romanização está atestada pelo surgimento, em contextos arqueológicos de época medieval e moderna, de alguma cerâmica de cronologia imperial. As condições específicas de ocupação do castelo e uma densa sobreposição de ocupações não permitiram, até agora, a identificação de níveis do período romano. Têm sido recolhidos fragmentos de tégulas

²¹² Macias, 1990

²¹³ Lima, 1988: 67-68

²¹⁴ Encarnação, 1990a: 53-54 e Encarnação, 1990b:67-68

²¹⁵ Alfenim, 1988, Encarnação, 1990a: 48-49 e Encarnação, 1990b: 69-70

²¹⁶ José Gonçalo Valente

²¹⁷ Encarnação, 2012

²¹⁸ Encarnação, 2013

e, com pouca frequência, algumas sigillatas, com destaque para o fundo de um exemplar produzido, durante o reinado de Augusto, em Arezzo (fig. V_4)²¹⁹.

A concentração de fragmentos arquitetónicos de alguma qualidade no castelo permite-nos ainda supôr a existência de uma encenação de espaços ligados ao aparelho do poder – «numa cidade modesta, que não era capital de *civitas*, não haveria grande forum, nem teatro ou anfiteatro; mas podemos perfeitamente admitir a existência de um templo com seu recinto ou até de um pequeno *forum* adaptado à vida administrativa local»²²⁰, o qual faria sentir o seu peso através das construções aí erguidas, numa ocupação que se prolongou para além do fim do Império²²¹.

Os materiais cerâmicos identificados têm uma cronologia que não chega à Antiguidade Tardia. Isto está em clara contradição com os materiais arquitetónicos de cronologia alto-medieval referenciados no castelo. A continuidade de ocupação do sítio entre os séculos V e VIII é-nos confirmada pela presença de fragmentos arquitetónicos no local, que terão pertencido a um edifício religioso (figs. II_17 a II_23). Estas peças, pertencentes a tipologias bem conhecidas na antiga Lusitânia²²², demonstram, também, a relativa importância do castelo, bem como manutenção de uma rede de contactos ao nível regional ao longo de toda a Alta Idade Média. Na ausência de estratos ou estruturas atribuíveis aquele período sublinhamos a presença de materiais arquitetónicos que são provenientes, quase sem exceção, de recolhas de superfície. É exceção a placa ou cancela (Anexo A – Est. B), recolhida nas escavações arqueológicas do PRT [12]. Datada do século VII, pertenceu a um edifício religioso, cuja localização precisa se desconhece.

Do período pré-islâmico temos ainda uma possível necrópole da Alta Idade Média junto à Igreja de São João Batista. Um pouco a norte deste templo encontraram-se, nos entulhos do jardim, três moedas em ouro visigóticas (uma delas seria um triente de Recesvinto – 653-672 –, cunhado em Sevilha) e sepulturas²²³. Embora os elementos sejam escassos – as descrições são pouco precisas e carecem de elementos gráficos – é possível considerar a presença de uma antiga necrópole cristã naquele sítio, junto à principal saída da fortaleza e nas imediações de uma igreja extra-muros²²⁴.

A recente descoberta de dois fragmentos de *dolia* na cidade²²⁵ veio lançar novas pistas sobre a existência de espaços religiosos, e sobre o nome da localidade, na Alta Idade Média. Vieram estas peças juntar-se a outras duas, encontradas acidentalmente junto ao castelo, nos inícios da década de 90 do século passado descobertas em Moura, de forma acidental, durante os trabalhos de construção do centro paroquial. Como traço comum a todas elas regista-se a inscrição «Eclesiae Sancte Mariae Lacantensis in Agripi» (figs. II_24 a II_27). A primeira referência a estas estampilhas foi a de Abel Viana, em 1955. Num texto sobre a «estação romana do Monte da Salsa» (Brinches, Serpa), menciona a cristianização do estabelecimento balnear e do templo da villa, baseando-se no aparecimento de *dolia* muito grandes, com a inscrição ECLESIECEMARIE / LACANTENSIAAGRIPI, que leu

²¹⁹ Fundo de uma *sigillata* itálica com o texto: Heracla oleiro escravo de P. Cornelius

²²⁰ Alarcão, 1990b: 34

²²¹ Macias, 1990: 85

²²² Macias, 1990: 85-92

²²³ Lima, 1988: 105

²²⁴ Como é sabido, o nome de São João Batista surge com frequência associado à iniciação cristã.

²²⁵ Um numa escavação de acompanhamento de obra na Primeira Rua da Mouraria, o outro nas reservas do Museu Municipal.

como «Ecclesiae Sanctae Mariae / Lacantensia Agripi»²²⁶. Abel Viana refere expressamente «mais três fragmentos com iguais legendas (...) O caseiro deu-os a várias pessoas»²²⁷

A peça seria republicada por Fernando de Almeida no seu estudo sobre o chamado período visigótico²²⁸, não se avançando com qualquer hipótese adicional para explicar o significado da inscrição, para além da que Abel Viana antes fornecera.

Foi preciso esperar mais de trinta anos até Alicia Canto se voltar a debruçar sobre estes fragmentos cerâmicos. Menciona, a respeito dos de Moura, «una inscripción inédita y nueva lectura de otra. Se conservan en la galería cubierta trasera del Museu de Moura. Dos fragmentos de dolia de gran tamaño, ambos con un mismo sello impreso dentro de una cartela doble rectangular. Aparecieron durante unos trabajos urbanos, en las calles próximas al castillo»²²⁹. As peças datam do século VI, comentando, a respeito das mesmas, Alicia Canto: «aunque un sello parecido ya se conocía en Brinches (vid. *infra* n.º 1141), el hallazgo de una serie de estos *dolia in situ*, (en la zona alta de Moura y adyacente al castillo), puede llevar a pensar que éstos fueran producidos aquí, y que el topónimo *Lacalt* que designa a la iglesia fuera el nombre de la Moura romana. *Agripi* sería un microtopónimo, el nombre del lugar o barrio concreto donde la iglesia se ubicaría»²³⁰. Continuava por explicar a razão de ser da existência de uma igreja de Santa Maria Lacantensis ou a localização do sítio, *Lacant* ou *Lacanta*²³¹, onde a mesma teria estado implantada. O surgimento de mais uma peça, num contexto de lixeira, no bairro da Mouraria, em Moura, e a localização de um novo fragmento nas reservas do Museu de Moura, faz subir para cinco o número destas inscrições. Quatro delas estão em Moura, o que nos obriga a questionar as razões de tão invulgar concentração de peças nesta zona e a procurar uma explicação para a localização do topónimo²³².

As leituras e interpretação propostas por Alicia Canto não são consensuais. Numa breve nota publicada na *Hispania Epigraphica*, Isabel Velázquez assinala que «la hipótesis resulta posible y debe tenerse en cuenta, aunque no está exenta de problemas. No me atrevería, a través de las fotos publicadas, a afirmar que se lee un inicio *LACALTEN* – para la palabra que la autora propone como *Lacaltens(is)*, ya que la segunda *L* podría ser el inicio de *N*, quizá en nexo con *T*, pues el espacio entre el astil de la supuesta *L* y el travesaño de la *T* parece ancho. Me inclinaría a pensar, en ese caso, en una lectura simple *Lacaltensi*. Que *Agripi* pueda ser un microtopónimo es factible, aunque no está documentado»²³³. Em todo o caso, importa sublinhar a importância do achado, tanto pela presença de um local de culto importante, seguramente no perímetro da cidade atual, como pelo facto de, pela primeira vez, podermos discutir e tentar solucionar o nome antigo do sítio.

²²⁶ Inscrição dentro de retângulo com 0,24 m × 0,08 m – Viana, 1955: 4 e est. IV, n.º 48

²²⁷ Viana, 1955: 5

²²⁸ Almeida, 1962: 232

²²⁹ Canto, 1997: 156

²³⁰ Canto, 1997: 156

²³¹ A proposta de Alicia Canto resulta, aparentemente, de um lapso de leitura. Segundo proposta de Manuela Alves Dias (mail de 13.05.2015) «o segundo A tem uma perna vertical a mais que tem sido interpretada como um L, (que para o ser tinha que ter uma perna horizontal que não está lá embora tivesse espaço) trata-se de um nexo AN, em que o N está representado pela tal haste encostada ao A. do que resulta a leitura Lacantensiae e não Lacaltensiae».

²³² Cf. discussão, neste capítulo, sobre a questão toponímica.

²³³ Velázquez, 2001: 397-398

2.3. ÉPOCA ISLÂMICA

A ocupação de Moura, no período islâmico, apresenta um padrão próximo ao da maioria dos sítios do sul. As informações e as fontes escritas sobre os períodos emiral e califal são quase inexistentes. Os elementos arqueológicos resumem-se a algumas peças cerâmicas ou a escassos numismas, recolhidos, sem contexto identificável, por amadores. Os elementos arquitetónicos não são, antes de meados do século XII, detetáveis.

Há elementos que comprovam o povoamento das imediações do castelo em época islâmica. Em volta da fortificação localizavam-se alguns pequenos núcleos habitacionais cuja organização e importância demográfica se desconhece. Não sendo provável a existência de grandes alcarias a escassas centenas de metros do castelo, supomos que os vestígios arqueológicos surgidos na zona de Santa Clara e na Rua do Sete-e-Meio (fig. II_13) apontem para a possível presença de explorações agrícolas de pequena dimensão, em volta das quais se organizariam, no máximo, duas ou três famílias²³⁴. Os materiais cerâmicos recolhidos – uma jarrinha, dos séculos X-XI, uma bilha e um prato, dos séculos XI-XII, de meados do século XI têm paralelos conhecidos no Ğarb (figs. II_28 a 30)²³⁵. Na Avenida do Carmo foi recolhido um candil (fig. II_31), não nos sendo possível estabelecer qualquer ligação com a necrópole que existiu nas imediações. No bairro do Sete e Meio registou-se ainda um achado numismático do tempo de Hišām II²³⁶.

O povoado intra-muros ocupava, em época islâmica, todo o cerro do castelo (fig. II_36). Na área que as muralhas definiam – admitamos, à partida, a existência de estruturas fortificadas pré-almóadas – habitavam poucas centenas de pessoas²³⁷. Parece-nos difícil aplicar, de forma rígida, o clássico cálculo do número de habitantes defendido por Leopoldo Torres Balbás, que nos levaria a um total de 830 moradores na área intra-muros²³⁸. Não temos a certeza sobre o modelo de ocupação urbana, nem sabemos que eventuais variações poderá ter tido ao longo do período islâmico. Se aplicarmos as margens de erro admitidas pelo próprio Torres Balbás poderemos ter entre 415 e 555 habitantes²³⁹.

A sua muralha defendia uma área intra-muros onde aparentemente não havia qualquer hierarquização de espaços, à semelhança do que se verifica, por exemplo, em Portel, Castro da Cola ou Serpa²⁴⁰. Dessa fortificação de época islâmica – cujo perímetro seria sensivelmente de 500 metros – pouco chegou até nós. Destacam-se os restos da cortina almóada que deve sobrepôr-se a uma anterior fortificação de tipo comunitário e, no interior da fortificação, o castelo de tipo senhorial com a torre de menagem de finais do século XIV ou inícios do XV (fig. II_36).

²³⁴ Uma alcaria no período islâmico não contaria, em média, com mais de 4 a 10 fogos, o que nos faz pensar num número mais reduzido de pessoas a viver nos locais em torno do castelo de Moura. Cf., a esse respeito, Bazzana, 1983: 164, com dados referentes à região valenciana.

²³⁵ Gómez Martínez, 2004: tipologia de la cerámica islámica de Mértola, V e VI

²³⁶ Finais do século X – v. Lima, 1988: 106

²³⁷ Foram, antes das escavações arqueológicas, recolhidos alguns candis no perímetro do castelo – figs. II_32, II_34 e II_35.

²³⁸ Torres Balbás, 1955: 53

²³⁹ O desvio sugerido para um de nós para Mértola cifrou-se em 40% – ver argumentação e proposta em Macias, 2005a: 203-204

²⁴⁰ Torres, 1992b: 196

Acompanhando um movimento generalizado de realização de obras militares que se estendeu a todo o Çarb na segunda metade do século XII, o alcácer de Moura parece ter sido sensivelmente fortificado nessa altura, época em que datamos o amuralhamento em taipa que rodeou todo o castelo.

Dessas muralhas em taipa, que outrora rodearam Moura conserva-se hoje apenas um torreão quadrangular, na área sudeste da fortificação (fig. II_37) e os restos de um outro, na zona norte (fig. II_38). Desse período chegou ainda a memória de uma torre, pequeno recinto, sítio de alojamento de uma guarnição ou parte de fortificação denominada «celoquia»²⁴¹ –, que uma lenda romântica e a memória popular transformaram no nome da suposta derradeira alcaideça. O seu noivo chamar-se-ia Brafama²⁴². Na *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, menciona-se uma porta *çollorquia*, no castelo de Monsaraz²⁴³, cujo nome nos remete para a existência de uma estrutura fortificada islâmica de tipo comunitário²⁴⁴. Na nossa toponímia militar esta persistência da memória oral está também patente em Silves, onde a torre maior da cidadela ou alcáçova ainda hoje é conhecida pelo nome de «torre celoquia»²⁴⁵.

Sobre a atual porta de entrada no castelo situa-se um grande torre em taipa: com 13 m de comprimento, 7,60 m de largura na face principal e 6,70 m na posterior, apresenta um formato ligeiramente trapezoidal, o qual se deve, possivelmente, ao facto de ter sido adossada a uma cortina pré-existente. Esta torre apresenta ainda na face principal, virada à igreja de São João Batista, restos das típicas pinturas a cal imitando grandes silhares, processo decorativo utilizado sobretudo no período pós-califal (fig. II_37). Contíguo à torre, subsiste um pequeno troço em taipa, com 11,9 m de comprimento e 1,55 m de largura, sendo a espessura do respetivo parapeito de 0,55 m (fig. II_40). A sua parte superior encontra-se entulhada, sendo ainda visíveis os merlões que em tempos a coroavam.

Junto à muralha norte do castelo, o anteparo ainda aí existente – dividido em dois troços, um com 14,80 m, o outro com 8,10 m –, pode ter sido construído em época cristã, se bem que seja lícito supôr a existência de uma estrutura semelhante em época anterior. Junto a este pequeno troço de muralha encontram-se vestígios de uma torre em taipa, bastante arruinada. A sua destruição terá provavelmente sido provocada pela devastação dos muros do castelo em meados do século XIX, aquando da transformação das taipas nitrificadas em salitre para fabrico de pólvora²⁴⁶. Quanto à torre maior apenas foi poupada por se temerem os efeitos da demolição, trabalho que poderia pôr em causa o edifício da Câmara Municipal, situado imediatamente abaixo da enorme estrutura²⁴⁷.

²⁴¹ Guichard, 1980: 708 e Guichard, 1983: 92

²⁴² Não pode deixar de notar-se a coincidência com a existência, em 1344, de um alcaide dos mouros forros da cidade chamado Brafame – Marques, 1992: 322-323

²⁴³ Corresponde ao sítio islâmico de Sharish – Picard, 2000: 157

²⁴⁴ «que emtemdia que o Alcaide sahiria a ellas [vacas] pella porta que chamam Çollorquia – Lopes, 1915: 256

²⁴⁵ Gomes, 1988: 50 (fig. II.1). Ver, a respeito da função da «celoquia», Guichard, 1990: 220

²⁴⁶ Cordeiro, 1854: 17-19

²⁴⁷ Cordeiro, 1854: 46 – cf. cap. 5.

2.3.1. A MESQUITA

Na ausência de uma intervenção arqueológica que possa, de momento, confirmar esta proposta, as razões que podem ser aduzidas em defesa da proposta de implantação da mesquita são, sobretudo, de carácter topográfico e toponímico. Há dois sítios prováveis para a sua localização: o sítio da igreja de Santa Maria do Castelo – onde, a partir de meados do século XVI esteve o Convento de Nossa Senhora da Assunção – ou na zona da igreja de Santiago, que se sobrepôs a estruturas islâmicas²⁴⁸.

1) A inscrição que se pode ver numa fonte do castelo da cidade (fig. II_41) e que assinala a construção do minarete de uma mesquita por ordem de al-Mu^ctaḍid billāh, em meados do século XI (datação provável – 444 H./1052 d.C.)²⁴⁹.

Leitura da inscrição:

*Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso,
Esta torre foi mandada erigir por al-Mu^ctaḍid bi^lllāh
[Al-Manṣ]ūr bi-faḍli^lllāhi Abū ‘Amrin*

2) O nome de «Santa Maria» dado à igreja do período pós-Reconquista e frequentemente atribuído a antigas mesquitas cristianizadas. Para além dos exemplos de Mértola²⁵⁰ e de Tavira²⁵¹, no Ḡarb, são citados os casos de Badajoz²⁵², de Ronda²⁵³ e da mesquita aljama de Granada²⁵⁴. Em segundo lugar, a persistência de ocupação do local com um imóvel religioso constitui uma característica comum a outras cidades do Sul peninsular. Sintomaticamente, o nome dado à igreja após a Reconquista (Santa Maria do Castelo) aparece com frequência associado a mesquitas convertidas ao cristianismo e nas quais se pretendia exorcizar o peso da religião islâmica – citem-se os casos de Badajoz²⁵⁵, Puerto de Santa Maria²⁵⁶, Ronda²⁵⁷, da mesquita real da Alhambra²⁵⁸, de Almeria²⁵⁹ e de Alcalá de Guadaíra (Sevilha).

3) O facto de o ponto central da fortificação ter sido ocupado pela Igreja de Santa Maria do Castelo (a lápide comemorativa da construção do minarete situa-se a uma escassa dezena de metros daquele local, o que pode constituir um importante indício). A mesma argumentação é válida para a igreja de Santiago, que estava implantada ainda mais perto do local da lápide.

²⁴⁸ Cf. cap. 4.

²⁴⁹ Nykl, 1940: 401-403 e Nykl, 1946: 181. Julian Ribera foi o primeiro, em 1913, a identificar a lápide como sendo de um minarete – Machado, 1973: 50-51

²⁵⁰ Boiça, 1998: 33

²⁵¹ Macías, 1998: 213-214

²⁵² Torres Balbás, 1941: 191 e 1943: 467-469

²⁵³ Torres Balbás, 1944: 379

²⁵⁴ Torres Balbás, 1945b: 415

²⁵⁵ Torres Balbás, 1941: 191-198 e 1943: 466-470

²⁵⁶ Torres Balbás, 1942: 417-437

²⁵⁷ Torres Balbás, 1944: 449-481

²⁵⁸ Torres Balbás, 1945a: 196-214

²⁵⁹ Torres Balbás, 1953: 412-430 e Ewert, 1971: 391-460

4) Os muros laterais da igreja do Convento estão orientados a sudeste (c. 130°), mas esse facto por si só não é determinante. As oscilações, em termos de orientação, são imensas e atravessam várias épocas. Mesmo na chamada «tendência sudeste», há variações entre 129° e 141°²⁶⁰. A tendência cordovesa abrange um leque entre os 146° e os 160°²⁶¹. Se considerarmos uma edificação dentro do século XI temos a tendência cordovesa como maioritária, o que se enquadra em Moura. Admitimos a possibilidade da construção das sucessivas igrejas ter respeitado o alinhamento de anteriores construções, cujas estruturas podem ter servido de alicerce a todas as edificações posteriores.

5) Outra hipótese que é lícito colocar é a da coincidência topográfica entre a mesquita e a igreja de Santiago, ainda em curso de escavação. Não tanto pela sobreposição de muros mas, sobretudo, pela existência de muros de dimensões importantes – um deles integrando uma arca romana – em áreas subjacentes à igreja²⁶². De um lado e do outro da rua do período islâmico há construções que poderão estar ligadas a esse espaço religioso.

6) Uma estrutura existente no interior do edifício onde se encontra a lápide fundacional do minarete parece-nos ter cronologia posterior: na parede noroeste está encastrada verticalmente uma pilastra, com 0,15 m de diâmetro e 1,12 m de altura (fig. II_42). Da base da mesma arrancam dois degraus, pertencentes a uma escadaria, da qual não temos mais elementos. Os degraus têm de largura 0,55 m, mas não temos a certeza de que fossem essas as medidas originais. Podemos discutir a função desta escada. Mas as hipóteses não são muitas, devendo esta estrutura integrar um antigo acesso à água, o que é coerente com o poço em mármore existente no local. O conjunto é anterior à construção do edifício, datável nos séculos XVII-XVIII e posterior às estruturas islâmicas, pelo que o podemos situar, ainda que de forma provisória, em torno dos séculos XV-XVI.

2.3.2. A MAQBARA

Moura contava ainda com uma *maqbara*²⁶³, localizada fora do povoado e da qual se encontraram há alguns anos vestígios importantes. Nas suas imediações têm sido recolhidas, sem qualquer contexto arqueológico, diversas epígrafes, as quais estão conservadas no Museu Municipal de Moura²⁶⁴.

Localizada acidentalmente em 1970, a *maqbara* de Moura situava-se a sudoeste do castelo, junto do início da antiga estrada para Évora. Os únicos registos que chegaram até nós são um desenho feito na altura, e onde são apresentadas nove sepulturas com as respetivas medidas e a orientação que apresentavam, e breves referências surgidas na imprensa da época (fig. II_43).

²⁶⁰ Rius, 2000: 112-113

²⁶¹ Rius, 2000: 117-118

²⁶² V. página 40

²⁶³ Cemitério

²⁶⁴ Borges, 1992

O comprimento não ultrapassa 1,70 m, ao passo que a largura é de 0,35 m, medidas habituais noutras necrópoles islâmicas do al-Andalus.

As inumações estavam orientadas SO-NE (com a cabeça 240° a sudoeste) e o seu ritual de inumação foi descrito na imprensa da época – o único registo escrito de que temos conhecimento – como «violento», expressão que atribuímos ao facto de enterramentos em decúbito lateral não serem habituais aos olhos de quem fez a observação²⁶⁵. O enquadramento cronológico foi, segundo se escreveu na altura, avançado por José Fragoso de Lima: «datou de finais da época visigótica ou princípios da época muçulmana e constituído, provavelmente, por elementos árabes»²⁶⁶.

Deste local provirão quatro inscrições (sem relação com as inumações acima referidas). Conhece-se ainda a referência a duas outras lápides, hoje desaparecidas²⁶⁷. A lápide mais antiga do cemitério, embora não tenha sido possível proceder à sua leitura, data dos finais do século XI (fig. II_44)²⁶⁸. Das restantes apenas uma apresenta uma data precisa 769 H./1368 d.C., havendo ainda outra com dupla inscrição: numa das faces lê-se apenas a profissão de fé no Islão, ao passo que a outra apresenta a frase «não há vencedor senão Deus e não há força e não há poder senão em Deus» (figs. II_45 e II_46), frase que começa a ser utilizada pela dinastia nasrida a partir de meados do século XIII e que foi usada pela primeira vez após o regresso de Muḥammad ibn Yūsuf ibn Nāṣir al-^cAḥmar a Granada, a seguir à rendição de Sevilha (1248). Tal facto permitiu datar esta lápide de finais da centúria ou mesmo do século XIV²⁶⁹.

O uso deste lema, com um relevo semelhante à aclamação da fé tradicional, é significativo nas comunidades mouras situadas em território cristão, o que de alguma maneira demonstra a influência e, provavelmente, até as estreitas relações mantidas com a comunidade granadina.

Exemplo característico é a do castelo do Alandroal, no início do século XIV, que começa com o lema dos reis de Granada em árabe transcrito em letras latinas e termina já em português «por quem ele for, esse vencerá, eu mouro Calvo fui mestre de fazer este castelo de Landroal»²⁷⁰. Ou seja, a datação das lápides oscila entre o século XI e meados do século XIV, sendo que duas das inscrições são já posteriores à reconquista da cidade.

Encontradas de forma ocasional perto da zona das sepulturas estas lápides foram um instrumento indispensável na localização do *almocavar*²⁷¹ da cidade. Um facto importante é a proximidade entre a mouraria e o cemitério islâmico. Não foi caso único esta coabitação forçada entre os espaços funerários e as comunidades mouras, empurradas pelos novos senhores das cidades para cima das necrópoles. A situação que encontramos em Moura foi a mesma que se tentou pôr em prática em Elvas, quando, sob o pretexto de uma excessiva proximidade entre os cemitérios cristão e muçulmano, se procurou levar o *almocavar* para mais perto da mouraria²⁷².

²⁶⁵ Borges, 1992: 66-67

²⁶⁶ Diário do Alentejo, 7.8.1970: 1

²⁶⁷ Lima, 1944 e Borges, 1992: 67

²⁶⁸ M.M.M. – n.º inventário 222/EPI 12 – Borges, 1992: 67

²⁶⁹ Borges, 1992: 68

²⁷⁰ Vasconcelos, 1916: 177-179; Espanca, 1978: 7 e Borges, 1992: 68

²⁷¹ Sobre a presença do topónimo «almocavar» no território português ver Ferreira, 1985: 568-569

²⁷² Correia, 1999: 343

O único indivíduo identificado na necrópole islâmica de Moura é um *Abū al-Walid Ismaʿīl b. Abī ʿAbd Allāh al-Anṣārī* (fig. II_47), que seria eventualmente membro de uma família várias vezes citada no Ġarb (está presente na epigrafia de Mértola em meados do século X e em Beja no século XII²⁷³), a qual estaria relacionada por laços de parentesco com os Banū Wazīr²⁷⁴.

Refira-se, também, que o exercício da escrita e a encomenda de lápides em árabe pressupunha, certamente, a existência de uma pequena elite económica e cultural que, mesmo após a Reconquista, continuam a manter laços com o reino de Granada, e mesmo com outros territórios mais distantes da Península Ibérica. A manutenção desses contactos dá sentido a uma certa autonomia de que essa comunidade dispunha. E que se traduzem na presença, nos contextos arqueológicos da Mouraria, de materiais de importação provenientes das oficinas do Levante peninsular²⁷⁵.

²⁷³ Borges 1992 e Borges, 2001: 181-182

²⁷⁴ Fernandes, 2000: 116 e 137. A família Banū Anṣārī, muito numerosa no Ândalus, não tem linhagem que lhe corresponda em Medina, de onde era teoricamente originária, o que leva a pensar num processo de legitimação social, através da procura de antepassados de prestígio – Terés, 1957: 339. Ver também Velho, 1966: 25

²⁷⁵ Gaspar, no prelo

2.4. EM TORNO DA TOPONÍMIA

Os quatro fragmentos de dolia existentes em Moura permitem relançar o debate em torno da toponímia local e a colocação de hipóteses sobre o nome antigo da cidade. Moura conta-se no grupo dos sítios para os quais não dispomos de dados no que à época romana diz respeito. A hipótese de uma correspondência entre Nova Civitas Arucitana e Moura foi desmontada, há anos e de forma definitiva, por José d'Encarnação²⁷⁶. As peças descobertas na Rua de Arouche, na Primeira Rua da Mouraria e nas reservas do Museu Municipal referem, como vimos, a existência de uma *Ecclesia Santa Maria Lacantensis*. Ou seja, de uma igreja consagrada a Santa Maria, numa localidade denominada *Lacant* ou *Lacanta*. A concentração de peças num só sítio permite supôr que o nome romano ou tardo-romano de Moura seria esse. A hipótese é plausível, mas deixa outra questão em aberto, o da sua modificação dentro do período islâmico. A ligação entre Julūmaniya e Moura é um equívoco que remonta ao século XIX e que não será aqui tida em conta. Se aceitarmos como válido o texto de Ibn al-Faradi e a proposta que, a partir dele, faz David Lopes, fazendo corresponder a islâmica *Mūra* com a atual *Moura*²⁷⁷, ligação hoje aceite de forma generalizada, temos uma base de trabalho para a toponímia posterior ao século XI. Continua por saber o nome da localidade em épocas anteriores.

O nome alto-medieval de Lacant vem abrir novas possibilidades de explicação para a localização do topónimo islâmico Laqant, do qual está próximo foneticamente e para o qual se têm esboçado várias teorias. As referências a Laqant surgem, quase sempre, com a exceção do oriental Yāqūt, em textos antigos, reportando-se a acontecimentos cuja cronologia não ultrapassa o período califal²⁷⁸.

O que nos dizem as fontes sobre Laqant?

Um primeiro dado tem a ver com a inclusão do sítio nas negociações que tiveram lugar no primeiro momento da islamização. Vários testemunhos, quer islâmicos quer cristãos, sublinham o caráter relativamente pacífico da «conquista» do Ğarb, nomeadamente no que toca à existência de negociações que terão caracterizado a islamização de uma parte importante do território a norte do Tejo²⁷⁹. A existência dos tratados que permitiram situações como essa foi relatada por Muḥammad al-Wazīr al-Ghassanī no século XVII, a partir de um texto de Ibn Muzayn, autor andaluz do século XI²⁸⁰.

A enumeração das fontes islâmicas, omissas quanto a locais precisos, ajuda-nos a delimitar o âmbito territorial no qual nos movemos. Ibn ʿIḍārī refere, pouco depois de meados do século VIII uma revolta, que teria tido lugar em Beja ou em Laqant e que teria sido conduzida por ʿAlā b. Muḡhīṭ al-Yaḥṣubī²⁸¹. No final do século VIII, ao mencionar-se uma campanha militar conduzida por Abū Ayyūb Sulaymān, refere-se a retirada que este teria feito para o «país de Firrīš e Laqant»²⁸². Os textos diferem um tanto sobre o início da revolta. Ibn al-ʿAṭīr, retomando a interpretação do *Fath al-Andalus* escreveu: «(...)ʿAlā b. Muḡhīṭ al-Yaḥṣubī passou da Ifrīqiya à cidade de Beja, no al-Andalus, onde arvorou a cor negra dos Abássidas e fez fazer a *ḥuṭba* em nome de al-Manṣūr. Numerosos aderentes

²⁷⁶ Encarnação, 1989: 159-161 e Encarnação, 1990b: 70-71

²⁷⁷ Lopes, 1911: 67

²⁷⁸ A exceção é o oriental Yāqūt, que escreveu no século XIII.

²⁷⁹ Picard, 2000: 22-23. Ver os pactos referentes a Laqant, Mérida e Lisboa – Chalmeta, 1994: 214 e 219

²⁸⁰ Picard, 1986: 65 (nota 2)

²⁸¹ Picard, 2000: 30

²⁸² Ibn Ḥayyān, 2001: 20

se lhe juntaram rapidamente»²⁸³. A mesma suposta origem norte-africana viria a ser retomada por outros autores²⁸⁴, embora a veracidade desta informação mereça grandes reservas. Segundo outra versão, a do *Behdjat en-nefs*, al-^cAlā ter-se-ia revoltado num local chamado Laqant, pertencente à *kūra* de Mérida²⁸⁵, tendo depois marchado sobre Beja e tornado-se senhor de todo o oeste da Península²⁸⁶. A localização não é segura, fazendo-se coincidir Laqant com a zona de Fuente de Cantos, perto de Mérida e Firrīš com Castillo del Hierro, nas serranias a oriente de Sevilha. A argumentação quanto à primeira proposta é mais consistente, tendo em conta a micro-toponímia da região, onde surgem nomes como o da ribeira de Cantalgallo ou a herdade de Gallicanta. Propõe-se mesmo que a origem para o nome esteja em Lacunimurgi, nome referido por Plínio e que poderia, depois, ter-se alterado²⁸⁷. Chega-se a admitir a possibilidade de Laqant se situar no termo municipal de Fregenal de la Sierra, o que torna o sítio relativamente próximo de Moura (cerca de 70 quilómetros)²⁸⁸.

Os documentos da Baixa Idade Média (em particular ao longo dos séculos XIV e XV), num período em que se torna necessário definir de forma mais precisa a divisão entre Portugal e Castela, começam a assinalar novos pontos de referência. Por exemplo, mencionam de modo sistemático a ribeira de Alcarache como limite dos novíssimos termos de Mourão e de Villanueva del Fresno²⁸⁹. Ainda que esta zona semi-desértica e controlada por isoladas comunidades de pastores pouco interesse pudesse suscitar em época islâmica não há dúvida que marcava o final do território de Beja e o começo de uma outra área de influência. Foi, afinal, desta região que saíram movimentos tão importantes como o que terá tido origem em Laqant²⁹⁰, referido expressamente como fazendo parte do «canton de Beja»²⁹¹. Esta região juntou-se a Sulaymān b. Martīn em 219/835 para fomentar uma revolta que assolou toda a *kūra* de Beja²⁹². A importância estratégica de Laqant leva os *Madjous*, na invasão de 229/844 a enviar destacamentos para este sítio, bem como para Firrish, Moron e Córdoba²⁹³.

Nesta zona, cerca de 50 quilómetros a leste de Beja, e no limite oriental da *kūra*, as ligações familiares e a componente *mullawad* continuam a marcar presença preponderante. Ibn Ḥayyān assinala a revolta de Fāraj b. Ḥayr al-Ṭūṭāliqī, que se rebelou em 234/848-849 contra o emir ^cAbd al-Raḥmān II a partir de *Aroche* e de *Dnhkt*, topónimo não identificado²⁹⁴. Trata-se, decerto, de uma insuficiência de leitura e a referência diz respeito a Laqant e não a Dnhkt²⁹⁵. Vencido pelas tropas do

²⁸³ Versão retomada mais tarde por Ibn al-^cAṭīr, 1901: 106 e por Ibn Ḥaldūn, 1946: 150

²⁸⁴ Al-Nuwayrī, 1915: 226; Al-Maqqarī, 1843: 80; Molina, 1983: 122

²⁸⁵ Ver Hernández Jiménez, 1961: 69. Sobre a localização de Laqant, ver: Roldán Castro, 1993: 107 e 150 (nota 303), baseada em Lafuente y Alcántara, 1867: 91-93. Sobre a proximidade entre Mérida e Laqant v. Ibn al-Qūṭīya, 1926: 7 e Lafuente y Alcántara, 1867: 93. Hernández Jiménez menciona, a partir de Plínio, Lacunimurgi e topónimos, na mesma região, como Cantalgallo e Gallicanta – Hernández Jiménez, 1961: 111 e 112 (nota 1). A importância estratégica que Laqant tinha na segunda metade do século IX leva Ibn Marwān a atacá-la – Ibn Ḥaldūn, 1947: 157. Em finais do século X a região de Laqant ainda era referida como uma das *kuwar* ocidentais – al-Rāzī, 1967: 128

²⁸⁶ Ibn Ḥaldūn, 1904: 81-82

²⁸⁷ Hernández Jiménez, 1961: 69 e 111-112

²⁸⁸ Hernández Jiménez, 1960: 368

²⁸⁹ Visconde de Santarém, 1842: 1, 11, 115-116

²⁹⁰ Movimento de al-^cAlā b. Mughīṭ al-Yaḥsubī – Picard, 2000: 30. Laqant foi, tal como Firrīš, um sítio importante do território ocidental do al-Andalus – Ibn Ḥayyān, 2001: 20

²⁹¹ Ibn Ḥaldūn, 1904: 82

²⁹² Ibn Ḥayyān, 2001: 299-302

²⁹³ Dozy, 1881: 260

²⁹⁴ Sidarus, 1988-1993: 17.

²⁹⁵ Cf. infra, p. 51 e Anexos, p. 126.

emir, põe-se ao serviço deste e é nomeado para diversos cargos, nomeadamente o de governador de Beja. O sobrinho ou sobrinho-neto desta personagem, °Abd al-Malik b. Abī I-Jawwād, terá um papel importante na região no final do século IX²⁹⁶. Bakr b. Salama ²⁹⁷, rebelde na região do Ġarb e descendente de Fāraj b. Ḥayr al-Ṭūṭāliqī, tinha também aparentemente uma relação com Ibn Maslama al-Aruṣi. Teria levado socorro em 284/897 aos *muwalladūn* de Mont-Maior na província de Niebla²⁹⁸.

É ainda o sítio de Laqant que °Abd al-Raḥmān III coloca sob o comando de °Abd al-Malik b. al-°ĀṣṬ²⁹⁹, jurisdição que passaria, anos depois, para Abd al-Raḥmān b. Muḥammad b. al-Nazzām, juntamente com Firrīš, Llano de los Pedroches, Miknāsa e B.tr.l.š ³⁰⁰.

Perto do final do século X, Laqant era ainda referida como *kūra*: «en el jumada de este año [362 h., ou seja, entre outubro de 972 e outubro de 973), salió el ṣaḥib al-radd °Abd al-Malik ibn Ibn al-Mundīr Ibn Sa°Td a las coras occidentales – que son: Ferris, Laqant, Sevilla, Niebla, Carmona, Morón, Ecija y Sidonia – en visita de inspección (...)»³⁰¹. Pela mesma época, e numa história da conquista da Península, é feita a seguinte referência explícita quando se fala da rota seguida pelas tropas: «después de Sevilla se fué a Lacant (es decir) a un lugar que se llamó «el desfiladero de Musa» en las cercanías de Lacant, en dirección a Mérida»³⁰².

Yāqūt nos séculos XII-XIII, refere ainda o nome da localidade, mas a verdade é que nunca visitou o ocidente, sendo as suas informações fruto de dados recolhidos junto de outros autores. Sobre Laqant diz que «es el nombre de dos castillos (*ḥuṣūn*) pertenecientes a Mérida, en al-Andalus: Laqant la Mayor (Laqant al-kubra) y Laqant la Menor (Laqant al-sugra) y están situados de modo que se miran frente a frente»³⁰³.

Os textos escritos parecem apontar para uma localização algures a oriente do castelo de Moura. A importância da nossa cidade no início do período islâmico também parece, à partida, pouco compatível com tantas e tão detalhadas menções. No entanto, o mesmo argumento é válido, mais ainda, para Fuente de Cantos.

O problema de localização de Laqant ganha outra dimensão, se considerarmos o facto desta última estar perto da zona de passagem entre Mérida e Sevilha. Moura nunca pertenceu ao território de Mérida, mas está numa zona de disputa entre Beja e Sevilha. São também importante as ligações persistentes entre Aroche e Moura. E, uma vez mais, entre estes dois sítios e Beja. São conhecidas as ligações antigas entre a zona de Moura e o eixo viário que ligava Mérida a Sevilha. O caminho entre Beja e Sevilha passava a curta distância da nossa cidade e seria, decerto, um meio privilegiado do contacto com a zona costeira meridional.

A mutação do nome, ocorrida presumivelmente nos século X-XI, tal como sucedeu noutros sítios do Ġarb, como Ocsónoba, justificaria o esquecimento do nome antigo e a «criação» de um novo topónimo.

²⁹⁶ Picard, 2000: 44

²⁹⁷ García Sanjuán sugere que Bakr b. Salama e Bakr b. Maslama são uma só pessoa – García Sanjuán, 2002: 69

²⁹⁸ Sidarus, 1988-1993: 17

²⁹⁹ Ibn Ḥāyyan, 1981: 184

³⁰⁰ Ibn Ḥāyyan, 1981: 267

³⁰¹ Al-Rāzī, 1967: 128

³⁰² Ibn al-Qutiya, 1926: 7

³⁰³ Yāqūt, 1974: 272

3 O CASTELO, O ESPAÇO PERIURBANO E A CIDADE MEDIEVAL

Conquistada no verão de 1232, a zona de Moura foi alvo de disputas que envolveram também a soberania sobre as terras do Algarve e que o tratado de Alcanices pretendeu encerrar. Se bem que os castelhanos se tenham tentado fixar na margem esquerda do Guadiana em meados do século XIII, essa tentativa não foi convincente nem efetiva: em 1255 com esse território na posse de Castela, é D. Afonso III de Portugal quem concede foral a Aroche³⁰⁴. Em 1287, sendo Moura ainda da pertença dos castelhanos, é a vez de D. Dinis aí aforar um terreno, o que quer dizer que o fim das hostilidades em 1295 e a passagem das terras de além-Guadiana para a Coroa portuguesa vêm apenas confirmar uma situação de facto³⁰⁵.

A inclusão deste território sob a alçada dos monarcas portugueses é acompanhado por um conjunto de situações, que dão uma ideia das mudanças ocorridas. Uma parte importante da história e da economia da cidade passa pelo processo de redistribuição de terras e, desse modo, pelas relações entre os novos senhores da cidade e a comunidade muçulmana, antiga proprietária fundiária.

Registe-se, em primeiro lugar, a apropriação dos terrenos mais férteis pelos novos senhores (não necessariamente pela coroa – o primeiro documento que refere a várzea do Ardila data de 1285 e menciona como posse régia a «mha herdade que chamam de Moura a qual foy de Salamam»). As primeiras doações partem de monarcas castelhanos. Como a que D. Sancho fez a Gomes Garcia, abade de Valhadolid, em 1286, doando-lhe a várzea do Ardila e as azenhas de Porto Mourão e da Abóbada³⁰⁶.

A zona mais apetecida deste espaço era a que se localizava para lá do ponto de confluência das ribeiras da Roda e do Brenhas, assim como toda a fértil veiga junto ao Ardila. Esta última, composta por terras de calcários lacustres pulvurentos, que dão solos fundos e fáceis de trabalhar³⁰⁷, constituiu um território particularmente visado, tendo sido alvo de investidas sucessivas por parte de diferentes interesses.

Anos mais tarde, e em simultâneo com a inclusão de Moura em Portugal, D. Dinis adquiriria a maior parte dessa várzea a D. Maria Garcia (moradora em Sevilha) por 9000 maravedis de moeda branca³⁰⁸. Para além de um extenso terreno, o rei ficou ainda na posse das azenhas de Porto Mourão e da Abóbada. Todo o vasto território mencionado na documentação permaneceria na posse da Coroa ao longo da Baixa Idade Média, constituindo o principal bem fundiário do rei no termo de Moura.

Os membros da minoria muçulmana, que da posição de proprietários passaram à de rendeiros, começaram por pagar um quarto da produção de foro, tendo D. Afonso III subido esse valor para a metade do que ali se produzia, valor que D. Dinis baixa para aquilo que de início se pagava³⁰⁹. O monarca depressa se arrependeu, no entanto, da decisão tomada. Anos mais tarde encontramos já os locatários a pagar exações mais pesadas: segundo um documento de 1312

³⁰⁴ Garcia, 1983: 7-8

³⁰⁵ Chancelaria de D. Dinis, liv. 1, fol. 192

³⁰⁶ A.N.T.T., Leitura Nova, Extras, fol. 192

³⁰⁷ Ribeiro, 1970: 82

³⁰⁸ A.N.T.T., Liv. 2 de Reis, fols. 22v.-23v.

³⁰⁹ A.N.T.T., Chancelaria de D. Dinis, liv. 1, fol. 150

«aforo pera todo senpre a Çoleima alfaqui³¹⁰ dos mouros e a Maffomede filho de Braffome d'Arouchi e a Braffome (aluaize?) e a Maffomade filho d'Aly Pinto e a Maffomade seu jrmãao e a Maffomade Gago e a Maffomade Money filho de Braffome de Serpa e a Çaffarrom seu jrmãao e a Braffome filho d'Aly Pinto e a Adela Boydorro e a Braffome Almaleph e a todos os sucessores a várzea do Ardila»³¹¹

A renda era substancial: metade do pão e de todos os outros produtos provenientes da Várzea do Ardila, taxa acrescida da dízima do que ficasse (ou seja, 55% da produção total). Seriam ainda obrigados ao pagamento de 20 libras por 40 courelas³¹². Embora não tenhamos números concretos sobre a exploração dos terrenos, a riqueza da várzea permite supor um rápido processo de enriquecimento por parte dos novos proprietários.

Terrenos dessa várzea foram ainda sendo aforados, ao longo do século XIV, a vários agricultores: em 1322, Baçias Eanes toma cargo de uma vinha com um campo na várzea do Ardila. O foro correspondia a metade da produção «en saluo na mha adega de Moura» e cinco libras d'alça em cada ano³¹³. Em 1344, D. Afonso IV aforou uma azenha e um moinho na ribeira de Ardila a Braffome, alcaide dos mouros forros da cidade, e a um Vicente Carpenteiro³¹⁴. Em 1372 D. Fernando doa o reguengo da várzea do Ardila a André Fernandes, embora o documento não mencione dados sobre este último personagem nem se saiba em que condições ocorreu a doação nem sobre a amplitude da mesma³¹⁵. É, no entanto, improvável que a doação abrangesse toda a várzea. Nos inícios do século XVI a várzea do Ardila pertencia ainda à Coroa, embora as exações tivessem baixado dos 50% do que ali se produzia (cobrados aos mouros nos inícios do século XIV) para uns bem mais aceitáveis 20 a 25%³¹⁶.

As dimensões das propriedades da várzea do Ardila são normalmente omissas. Os dados, quando existem, são tardios, como no caso da referência a um cerrado no Sesmo de Lavadeira, em 1537, pelo qual se pagava 720 reais e 2 galinhas de foro e que tinha as seguintes medidas: da parte do norte 53 varas, da parte do levante 47 varas, da parte do sul 42 varas e da parte do poente 30 varas «de vara marcadas de medir pano de cimquo palmos vara»³¹⁷, terreno que corresponde a cerca de 0,5 hectares. São também raras as referências aos preços dos terrenos: um documento de 1388 menciona chãos com oliveiras, vendidos por 40 libras³¹⁸.

Em 1404 D. João deu de foro a azenha da Abóbada a Estevão Martins e Catelina Vicente e a outra pessoa que eles nomeassem por 12 libras de moeda antiga em cada ano³¹⁹. Esse aforamento seria confirmado em 1418 nas seguintes condições: por ela teria que pagar, ele e os seus sucessores, 12 libras de boa moeda em cada ano. O foreiro era obrigado a proceder à manutenção da azenha (casa e açude). A referência expressa ao derrubamento da azenha por «enchimento d'ágoa» deixa

³¹⁰ Autoridade político-religiosa

³¹¹ A.N.T.T., Chancelaria de D. Dinis, liv. 4, fol. 63 e liv. 6 de Odiana, fols. 132-133

³¹² A.N.T.T., Chancelaria de D. Dinis, liv. 4, fol. 63 e liv. 6 de Odiana, fols. 132-133

³¹³ A.N.T.T., Chancelaria de D. Dinis, liv. 4, fol. 94

³¹⁴ A.N.T.T., Leitura Nova, liv. 8 de Odiana, fols. 69v-70

³¹⁵ A.N.T.T., Chancelaria de D. Fernando, liv. 1, fol. 114v.

³¹⁶ Dias, 1965: 84

³¹⁷ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, liv. 8, fols. 73v.-74

³¹⁸ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 6, doc. 31

³¹⁹ A.N.T.T., Chancelaria de D. João I, liv. 3, fol. 63

perceber que esta eventualidade podia ocorrer com alguma frequência. As oscilações sazonais do nível do rio, comuns nestes cursos de água de curso sub-tropical, causavam amiúde estragos, pela violência que a corrente atingia. Os aforamentos prosseguem ao longo dos tempos. Azenhas e pisões têm papel de destaque na documentação³²⁰.

Há a referência a uma pedreira (cuja atividade se prolongou por vários séculos) na zona de Moura, perto do Brenhas, numa zona de hortas, vinhas e olivais³²¹. As vinhas dessa área estavam, por vezes, numa situação de semi-abandono – uma delas, aí localizada, estava muito despovoada e devia ser corrigida:

«em tal gujsa que o que he despovoado assi no baçello como na vinha velha seja bem perfeitamente pouado de çepas, mjrgulhões e faça per tal modo que o dicto baçello junte com a dicta ujnha velha»³²².

As minas, que outrora haviam garantido a fortuna do território, quase desaparecem na Baixa Idade Média. Ou, pelo menos, não encontramos delas grande traços na documentação escrita. Uma das raras referências à atividade mineira surge em 1390, quando Beatriz Gonçalves de Moura recebe, em doação, a igreja da Orada e as ferrarias que estão junto dela³²³. Trata-se, segundo se depreende da leitura do documento, de uma concessão dada à família, que D. João I entende prolongar. Na mesma zona, há ainda a menção a «huum apeyro de ferrarya», na Amoreira³²⁴.

Outras zonas eram também importantes locais agrícolas, sendo a sua valia bem patente nas múltiplas referências que lhes são feitas em toda a documentação medieval: referimo-nos ao barranco de Torrejais, à horta da Pipa, às margens do Ardila (junto ao caminho para Safara) e à zona da Barrada, junto à ribeira de Toutalga³²⁵. Os dois primeiros espaços, localizados nos terrenos limítrofes da cidade faziam certamente parte das zonas onde iam agricultores trabalhar quotidianamente. As duas seguintes pertencerão a outro tipo de realidade, dependendo os terrenos junto a Safara desta localidade.

Com raras exceções, os beneficiados na distribuição de terras parecem ser – se tivermos em conta a ausência de referências à grande nobreza nacional – proprietários rurais ou membros da pequena nobreza local, os quais iniciam então uma lenta mas firme ascensão social. As escassas informações existentes, e com caráter mais sistemático, circunscrevem-se ao Convento do Carmo de Moura, entidade que assume, a partir da sua fixação em Moura, um papel crucial na economia e na sociedade da cidade. Pressente-se a importância desta comunidade monástica – cujo funcionamento interno se desconhece – através das sucessivas doações que têm o Convento como alvo.

A coroa estabelece, nos inícios do século XIV, um acordo com os muçulmanos da cidade sobre a várzea do Ardila, a qual constitui a mais fértil faixa de terreno. Essas obrigações constituíam, como se depreende, um pesado fardo fiscal para a população. Muitos desses terrenos acabaram por ser abandonados e retomados por foreiros não muçulmanos («outras pessoas que nom erom da gee-

³²⁰ A.N.T.T., Chancelaria de D. Duarte, Liv. 4, fol. 171 v.

³²¹ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, liv. 8, fols. 49-49v.; maço 6, doc. 44 e maço 1, doc. 1

³²² A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, liv. 8, fol. 104v.

³²³ Dias, 2005a: 47-48

³²⁴ A.N.T.T., Livro dos herdamentos e doações do Mosteiro de Leça, Col. Costa Basto, n.º 4, fol. 71

³²⁵ Sítio mencionado na documentação das Chancelarias: coutada a Constança Afonso, no ano de 1396 – Dias, 2005b: 239-240

raçom daquelles»), sendo tomadas pelo almoxarife e tentando-se que fossem entregues depois a outros, sendo o foro mais baixo³²⁶. No entanto, nem assim as pessoas se interessavam, pelo que, em 1436, determinou a Coroa – particularmente lesada pelos abandonos – que, nos termos do que fora acordado com D. Dinis, deviam os sucessores dos que deixavam as terras vagas retomá-las e pagar o foro³²⁷. As terras podiam também ser distribuídas «por rateio» pelos outros mouros. A situação mantinha-se, porém, em 1451: as terras de mouros eram postas em sesmaria e abandonadas quando estavam a render, por se pedir por elas dois dízimos e não apenas um, como pretendia o concelho³²⁸.

Os mouros de Moura obtêm de D. Pedro I vários privilégios: como eram homens lavradores podiam trabalhar no campo sem as suas aljubas e albornozes, os quais eram obrigados a trazer quando andassem na vila – as roupas tinham um crescente no peito³²⁹. Em 1475, a comarca de mouros de Moura recebe o privilégio de não ter os seus bens contados durante 5 anos, informação que é transmitida ao coudel de Moura³³⁰.

A escassez de dados em relação a muçulmanos e a judeus não permite avançar muitas hipóteses. No entanto, parece haver uma certa especificidade na ocupação das zonas da Várzea do Ardila (ocupada por mouros) e Torrejais, onde aparentemente há uma maior concentração de judeus. São mencionados nesse local chãos na posse de Sallamon Fayam, Mosse Lobo, Abrão Vaz³³¹, Çarraluo e Isaque Lazaro³³².

A crença religiosa ou o grupo étnico-religioso a que se pertencia era por vezes determinante no acesso à exploração da terra. Em 1432, Sallamon Fayam (judeu) é desapossado de um pedaço de terra pelo Convento do Carmo, por julgarem os frades que o chão estaria melhor entregue a outro foreiro, Estevão Anes, por este «seer christão»³³³.

A conversão deve ter sido um fenómeno relativamente rápido. Na referência a uma casa na Rua do Cabo da Mouraria, em 1537, todas as confrontações referem nomes cristãos³³⁴. Nalguns casos inclusivamente, dois mouros forros (João Rodrigues e Isabel d'Eça) são citados como tal, embora sejam apresentados pelos nomes de batismo³³⁵.

Embora a principal propriedade régia em Moura fosse constituída pela Várzea do Ardila outros interesses eram igualmente tidos em linha de conta. Em 1340, o almoxarife Miguel da Serra, representante de D. Afonso IV em Moura, procede à compra de parte de duas casas (1/3 de cada uma delas) na Mouraria. As casas, vendidas respetivamente por 45 e 75 soldos, mostram bem o interesse da Coroa por outros bens que não a posse das terras³³⁶. Por outro lado, esta compra parece confirmar um princípio mais ou menos generalizado de «compartimentação» das casas existentes no sul³³⁷.

³²⁶ A.N.T.T., liv. 6 de Odiana, fol. 132

³²⁷ A.N.T.T., liv. 6 de Odiana, fol. 132v.

³²⁸ A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fol. 58v.

³²⁹ Marques, 1984: 143

³³⁰ A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, liv. 30, fol. 103

³³¹ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, liv. 8, fol. 99v.

³³² A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, liv. 8, fol. 103

³³³ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, liv. 8, fol. 98v.

³³⁴ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, liv. 8, fol. 74

³³⁵ A.D.B., Convento do Castelo de Moura, Escrituras, maço 6, doc. 3

³³⁶ A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso IV, liv. 4, fol. 54

³³⁷ A espacialidade das casas meridionais, desconhecida pelos cristãos do Norte, levou a que muitas delas fossem fragmentadas em várias unidades. Cada uma destas era posteriormente utilizada de forma autónoma. Cf., sobre esse tema, Torres, 1993

3.1. ARRABALDES E CRESCIMENTO URBANO

Até à Reconquista, cidade e castelo confundem-se. A partir daí, quase se ignoram. O espaço intra-muros conhece períodos de decadência, num processo lento mas sem retorno, ao passo que os terrenos à sua volta são ocupados por uma vila, que cresce à medida que novos habitantes tiram partido da fertilidade dos terrenos em volta da urbe. E se uma parte da resposta para o crescimento de Moura está nas terras, é preciso também olhar para a cidade e para o seu processo de transformação ao longo dos séculos.

O crescimento urbano foi-se esboçando pouco a pouco: a importância do povoado intra-muros vai decrescendo à medida que os anos passam. Em 1361 é passada carta de privilégio aos moradores da cerca de Moura, na qual lhes era dada paridade em relação aos moradores do arrabalde, em questões de representatividade judicial, sendo ainda dispensados de irem prestar serviço militar no Algarve. Era ainda dada licença de construção no prazo de um ano a todos aqueles que quisessem disfrutar de tais privilégios, o que pressupõe um certo abandono daquela área da cidade. A preocupação em manter vivo o castelo era evidente. Atividades comerciais são para ali deslocadas: as vendas de produtos deveriam fazer-se na cerca e não na praça da igreja de São João. De igual modo, as feiras passariam a ter lugar intra-muros³³⁸.

A falta de povoamento parece ter-se estendido a toda a cidade nos inícios do século XIV. Um documento de 1331 menciona a existência de casas abandonadas tanto no castelo como no arrabalde. Propunha-se inclusivamente que, caso a situação se mantivesse, fossem entregues a sesmeiros³³⁹. A iniciativa parece ter resultado, pelo menos de forma parcial. É isso o que se infere da leitura de documentos da centúria seguinte, omissos em relação à existência de casas abandonadas e que mencionam a presença no castelo de vários moradores, os quais pertenciam, nalguns casos, a uma classe de lavradores relativamente abastados: é esse o caso de André Vaz, escudeiro e agricultor, que morava na cerca de Moura. Deixa uma parte da sua casa para que nela «viva sempre hua pessoa pobre e de graça por amor de Deus»³⁴⁰.

Por seu turno, as confrontações constantes num documento mais tardio, datado de 1438, e no qual se mencionam vários moradores – Gil Lourenço e sua mulher, Fernão Pires e Vasco Martins Ruivo³⁴¹ –, não referem casas abandonadas, confrontando as habitações com outros prédios habitados no interior da cerca, o que dá justamente uma ideia de continuação da zona como espaço habitacional³⁴².

Logo a seguir à reconquista, Moura começara a estender-se para fora das muralhas, em duas direções diferenciadas e em dois momentos diferentes (figs. I_1, I_2 e II_48). Os dois arrabaldes de Moura parecem ter uma cronologia ligeiramente distinta: a cidade começa por ter apenas um arra-

³³⁸ Marques, 1984: 259

³³⁹ A.H.M.M., Tombo da Vila de Moura, II, fol. 12

³⁴⁰ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, liv. 8, fols. 23 e 110v.

³⁴¹ Este Vasco Martins Ruivo surge referenciado como proprietário de uma horta, num documento de 1425, na zona do Brenhas – A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 6, doc. 44

³⁴² A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 6, doc. 52

balde, a Mouraria, onde se instalou a população que até essa data habitara no interior do castelo. Moura tem uma das cerca de duas dezenas de comunas de mouros existentes em Portugal nessa época³⁴³. Pouco depois, começou a ganhar forma um bairro em torno da igreja de São João, e ao longo da via para Aroche, seguindo o velho caminho, já utilizado em época romana.

Uma proposta um tanto diferente para o desenvolvimento subsequente desta zona da cidade foi apresentada por Luísa Trindade, que sustenta o crescimento de Moura em direção a sul, organizando-se os quarteirões de forma perpendicular em relação à Rua Longa: «o povoado cresceu para leste do castelo, organizando-se o casario de cada lado da Rua de Aroche que, como o topónimo indica, seguia em decalque a via que levava aquela localidade (...). O desenvolvimento desta zona, que inicialmente e à exceção do facto de não ser murada, se assemelhava a qualquer núcleo de fundação, obrigaria à multiplicação de vias paralelas, tecido que, em 1427, era designado como Arrabalde Novo (...) Já no século XVI, o prolongamento deste bairro para sul é feito através do prolongamento das travessas que atuam como limite de expansão, mantendo-se a unidade morfológica»³⁴⁴.

A constituição da Mouraria, que albergaria no seu interior algumas centenas de habitantes, resultou da expulsão dos antigos habitantes da cidade do perímetro amuralhado e da sua reinstalação num terreno a sudoeste do castelo, contíguo à *maqbara* da cidade³⁴⁵. Parte da população de Moura concentra-se então nas diversas ruas, travessas e largos da Mouraria, em vias cujo nome antigo permaneceu na documentação (como as ruas de Aly Pinto ou do Cabo da Mouraria, por exemplo) mas cuja memória se perdeu, impossibilitando a sua identificação física. A dimensão da Mouraria, com uma área muito próxima do espaço intra-muros, deixa antever a permanência em Moura da maior parte da população muçulmana, a qual terá mesmo, e a avaliar pela extensão do bairro em meados do século XVII³⁴⁶, crescido ao longo de toda a Baixa Idade Média.

Os muçulmanos da cidade não habitavam, no entanto, exclusivamente a Mouraria. O concelho chega a queixar-se ao rei da invasão de que outras zonas da cidade eram alvo. A decisão do rei é bastante interessante, por dar ideia de uma relativa tolerância ainda então praticada com os muçulmanos. Ou seja, os mouros da cidade eram forçados a viver na Mouraria caso aí existissem casas vagas. Não se verificando essa condição poderiam habitar outros locais da cidade.

«Outrosim dizedes que nessa villa ha Moiraria apartada e que alguns moiros vem morar antre vos. Sobre isto tenho por bem e mando que se tantas casas ha na dita moiraria que morem em ellas e façede-os em ellas morar e doutra guisa mando que os nom constranjades»³⁴⁷.

³⁴³ Ferro, 1982: 83

³⁴⁴ Trindade, 2009: 208-209

³⁴⁵ Borges, 1992

³⁴⁶ Mattos, 1941

³⁴⁷ A.H.M.M., Tombo da Vila de Moura, II, fol. 11v.

Temos uma descrição tardia de uma casa da Mouraria, em meados do século XVI, a qual aponta para a existência de uma habitação de razoáveis dimensões – cerca de 77 m² –, composta por uma casa dianteira (6 varas por 2,5 – 18,1 m²³⁴⁸), duas câmaras (medindo uma 4,5 varas por 2,5 – 13,6 m² – e a outra 3 varas por 2,5 – 9 m²) e um quintal com 8 varas por 4 (42,5 m²)³⁴⁹:

«tres cassas da porta adentro e huum quymtall (...) e a cassa dianteira ha de llonguo da rua tem de comprido seys varas e tem de larguo duas varas e meea e hua camara tem quatro varas e meea de llonguo e de larguo tem duas varas e meea e a outra camara tem de llonguo tres varas e de larguo duas he meea e o quymtall tem de llonguo oyto varas e de larguo tem quatro varas de vara marcada de medir pano de cimquo palmos a vara»³⁵⁰.

As dimensões são superiores às dos núcleos urbanos de maior importância, como Lisboa, Évora ou Tomar³⁵¹.

As casas eram abastecidas de água por um poço, o qual se situava no quintal ou, noutros casos, dentro das próprias habitações, não sendo raros os casos de aproveitamento de um mesmo poço por vários vizinhos. Esse esquema organizativo subsiste, ainda hoje, em muitas estruturas habitacionais do Centro Histórico de Moura.

Neste bairro foi resistindo uma população de hortelãos e artesãos de que nos dão testemunho os documentos da Baixa Idade Média³⁵². A organização do habitat, tal como nos surge descrito nessa documentação – e de acordo com vestígios arquitetónicos ainda presentes em muitas delas – nada tem a ver com a tradição urbana mediterrânica de casas organizadas em torno de um pátio central. A lenta mas inexorável assimilação destas populações levou à alteração dos seus hábitos ancestrais e a uma progressiva adaptação dos conversos a formas arquitetónicas importadas do norte e estranhas ao mundo meridional.

Da ocupação mais antiga da Mouraria chegaram até nós apenas ténues vestígios dispersos. Os elementos da presença dessa população são apenas residuais, estando presente no traçado das ruas ou no bocal de poço, manufaturado no século XIV ou XV, que integrava uma das habitações e que ainda hoje existe no Largo da Mouraria³⁵³. Mais recentemente, outro poço, com idêntica cronologia e um conjunto de luxuosa cerâmica mudéjar de importação (figs. II_49 a II_54), que serão objeto de publicação autónoma, vieram dar novos contornos ao contexto sócio-económico do bairro. Uma dessas peças (fig. II_51) pertence ao chamado estilo Pula e é datável de meados do século XIV. Duas outras (figs. II_52 e II_53) são procedentes de oficinas valencianas, dentro da chamada cerâmica verde e negra, com cronologias enquadráveis entre meados e finais do século XIV. O conjunto

³⁴⁸ A vara equivale a 1,1 m, ao passo que o côvado mede 0,70 m.

³⁴⁹ Esta casa pertencia à capela de João Rodrigues (Convento do Carmo de Moura) e estava aforada em fatiota por 100 reis por ano – A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, liv. 8, fl. 74. Estas tipologias são reconhecíveis em casas da zona mais antiga da cidade – figs. II_59 e II_60. Registe-se ainda que não há, neste caso, qualquer referência a um sótão ou celeiro

³⁵⁰ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, liv. 8, fol. 74

³⁵¹ Conde, 1997: 249-250

³⁵² Macias, 1993: 150-151

³⁵³ Macias, 1993: 145 (fig. 33)

pode, portanto, datar-se na segunda metade do século XIV. Ou seja, em vez de termos apenas um grupo de hortelãos e de artesãos de vida frugal, a comunidade incluiria elementos mais abastados, e que se destacariam na sociedade local. Parte do bairro desapareceu, em meados do século XVII, quando se construíram as novas muralhas da cidade, que implicaram o sacrifício de um elevado número de habitações e a reconfiguração da planimetria da cidade³⁵⁴.

O castelo vai perdendo importância como local de habitação. O povoado expandia-se para os terrenos a leste do castelo. Um novo bairro começa desde cedo a tomar forma nessa zona, organizando-se os espaços habitacionais junto à igreja de São João Batista. A via dorsal desta zona era constituída pela Rua de Arouche, a qual foi erguida ao longo da estrada que ligava Moura aquela localidade espanhola. Nas imediações dessa via se foi construindo a malha urbana medieval da cidade: as ruas da Romeira, do Espírito Santo, Capinha Rota e Longa organizam-se paralelamente a essa importante via, sendo referidas em toda a documentação escrita medieval como importantes zonas habitacionais.

Esta zona, geograficamente afastada do primeiro bairro extra-muros (o da Mouraria), é designada num documento de 1427 como «arrabalde novo»³⁵⁵. Nessa primeira referência são citadas duas covas de ter pão (as quais são doadas ao Convento do Carmo de Moura), sem qualquer dado sobre a sua localização precisa³⁵⁶.

Saliente-se que as ruas de Moura mantêm, ainda hoje, a toponímia medieval. Constituem exceção as ruas das Tendas (que tem atualmente o nome de Conselheiro Augusto de Castro) e Longa (que tomou, já neste século, a denominação de Santana e Costa). A rede viária da Mouraria, por seu turno, perdeu há várias centúrias os antigos nomes em favor de uma classificação ordinal (Primeira, Segunda e Terceira Ruas da Mouraria).

Uma cartografia precisa das áreas ocupadas e a distribuição social dessa ocupação não é, infelizmente, possível dado o caráter disperso e lacunar da documentação. Embora não seja possível a apresentação de dados estatísticos sobre as zonas habitadas por diferentes classes sociais³⁵⁷, verifica-se, a avaliar pelo fundo de testamentos do Convento do Carmo de Moura, que os proprietários de terras residem normalmente nas Ruas Longa e de Arouche e, mais raramente, na Praça (cf. *infra*).

A Praça detém, desde então, um papel central na vida da cidade. Isso fica claro se tivermos em conta as preocupações que, no século XVI, lhe são dedicadas. Na verdade, este espaço da cidade não é exatamente uma praça, mas antes um vasto terreiro, que circunda a sul o castelo, acompanhando o traçado das muralhas. Estas localizavam-se onde estão os edifícios do Mercado Municipal, da Câmara e da Biblioteca.

³⁵⁴ Macias, 2006: 16-17

³⁵⁵ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 6, doc. 18

³⁵⁶ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 6, doc. 29

³⁵⁷ Os escassos elementos existentes sobre a habitação na Moura da Baixa Idade Média não permitem a construção de séries estatísticas sobre a evolução do respetivo custo, nem permitem avançar dados precisos e generalizados sobre as características do habitat.

Os documentos escritos são escassos, mas a malha urbana conta-nos, por vezes, a história dos sítios. Uma passagem do segundo volume do Tombo da Vila de Moura veio lançar luz sobre um aspeto pouco conhecido do urbanismo da nossa terra, clarificando a razão de ser da linha recortada da praça, ou a pouca regularidade da sua planta. O documento, de 1575, é claro: «a praça da vila era tão estreita que parecia mais rua que praça»³⁵⁸. Decidiu-se então que deveria ser alargada. Os métodos eram expeditos. Compraram-se casas para serem demolidas, estabelecendo-se um limite de 300 000 réis³⁵⁹ para tais aquisições. Seriam nomeados dois avaliadores «sem suspeita», sendo um deles designado pelos proprietários. Um terceiro faria o desempate, caso fosse necessário. A engenharia financeira era pouco complexa. As verbas viriam da renda de um baldio do concelho e de 50 000 réis que o Convento do Carmo desembolsara para compra de um terreno municipal. Determinava-se ainda que, quando a obra de alargamento estivesse terminada, «*se mude pera ella a feira da ditta vila*»³⁶⁰.

As zonas mais espaçosas em frente à Câmara e ao Mercado devem ter correspondido às áreas demolidas. Ou seja, o quarteirão que termina(va) nas esquinas das ruas do Morgadinho³⁶¹ e das Tendas devia prolongar-se mais alguns metros, conforme se propõe na planta em anexo. De igual modo, deveria existir outro quarteirão na zona em frente dos Paços do Concelho. A falta de simetria que hoje constatamos aparece-nos, assim, corrigida, nesta hipótese de trabalho. O desenho é uma aproximação, sem possibilidade de verificação concreta (fig. II_62). É pouco provável que os fundos documentais nos possam adiantar muito mais ou clarificar as zonas de penumbra.

A importância dos terrenos fronteiriços, e em ligação estreita com o eixo viário acima referido, continua a ser determinante. Em 1542 Portugal e Espanha assinam uma concordata sobre os terrenos da Contenda, definindo os termos em que se processaria o aproveitamento económico desta zona e de que forma se iriam gerir os terrenos para apascentamento comum³⁶². A resolução definitiva deste problema, que se arrastava desde os inícios do século XIV ficaria adiada por mais três séculos e meio.

No século XVI, Moura estendia-se, nos seus limites este, sul e oeste pela Mouraria, Rua do Burgueto (atual Rua José Godinho Cunha), e por onde se situam hoje as ruas da República e Dr. Garcia Peres. A norte, e para além do castelo, pouco haveria a registar (para além da presença do Convento do Carmo). O desenho de Duarte Darmas mostra-nos esse aglomerado urbano, não amuralhado, tal como era nos inícios de Quinhentos.

Por essa altura teve lugar a remodelação da Igreja de São João Batista, situando-se também na mesma época (1512) a concessão de *foral novo* à vila³⁶³. Em 1525 é atribuído a Moura, por D. João III, o título de «notável vila».

³⁵⁸ A.H.M.M, Tombo da Vila de Moura, II, fol. 201

³⁵⁹ 1,5 euros, na moeda dos nossos dias.

³⁶⁰ A.H.M.M, Tombo da Vila de Moura, II, fol. 201v.

³⁶¹ Atual Miguel Bombarda.

³⁶² Meneses, 1889: 37-84

³⁶³ Bacalhau, 2012

No princípio do século XVI, a população do concelho de Moura deveria rondar os 6500 habitantes. O crescimento do aglomerado urbano foi, em todo o caso, bastante sensível. Em 1527 Moura era, com os seus 876 fogos da cerca e arrabaldes, um dos principais povoados do sul de Portugal³⁶⁴ e contaria perto de 3500 pessoas³⁶⁵, proporção que indica bem a forma como polarizava do ponto de vista demográfico o território sob a sua jurisdição. Fora de qualquer povoação viveriam 1000 pessoas, seguindo-se, em termos de importância, Santo Aleixo e Safara (cerca de 700 habitantes cada) e, a distância considerável, Amareleja e Póvoa (perto de 250)³⁶⁶. Verifica-se assim a permanência do eixo Moura/Safara/Santo Aleixo (que corresponde à antiga via romana e medieval) como factor predominante das comunicações e do desenvolvimento até ao período moderno. Um texto de 1580, já acima citado, aponta para 1200 vizinhos (4800 habitantes) em Moura, 180 vizinhos (720 habitantes) em Santo Aleixo, 300 vizinhos (1200 habitantes) em Safara, 70 vizinhos (280 habitantes) em Amareleja e 30 vizinhos (120 habitantes) na Póvoa³⁶⁷.

Em volta da vila foi também edificado um conjunto de atalaias (Porto Mourão, Gorda, Alvarinho, Casinha e Coutada) que formavam um verdadeiro anel de proteção ao aglomerado urbano. O facto de neste período particularmente conturbado se ter dedicado uma particular atenção a Moura (em detrimento das restantes povoações do seu termo, nas quais quase não há notícia de qualquer construção militar neste período) diz bem do papel polarizador de Moura face às povoações em torno de si, as quais tinham um papel meramente secundário.

³⁶⁴ Collaço, 1931: 35

³⁶⁵ Galego, 1982: 14

³⁶⁶ Collaço, 1931: 35

³⁶⁷ A.C.L., Ms. Série Vermelha, 520, fol. 40

3.2. AS CASAS DA CIDADE

As tipologias habitacionais pré-modernas são as que acima referimos. Os elementos escritos são, contudo, algo tardios (datam já do século XVI) e não abundam os exemplos com referências expressas à medida das habitações. Excetuam-se os dados recolhidos no Tombo das Capelas do Convento do Carmo:

«huua cassa gramde diamteira que tem dezoto couados em comprido he homze em llarguo com sua chimine e duas camaras sobradadas e duas terreas e mais os sootãaos das camaras sobradadas e huua estrebaria de vimte e huum couados de llomguo e sete e meo de llarguo e huum quyntall com seu poço d'agoa e com huua laramjeira e huum limoeiro»³⁶⁸

A área da casa dianteira e da estrebaria ultrapassavam, em conjunto, os 174 m². A casa tinha ao longo da rua 14 varas de comprido e pela travessa da praça 15 varas, por detrás 14 varas e entes-tando com a casa de Rui Fernandes de Sequeira 15 varas³⁶⁹, medidas que correspondem a uma casa de grandes dimensões – 254,1 m² – e que pertencia a um rico cavaleiro da cidade.

Junto a esta casa situava-se uma outra, pertencente à mesma capela e aforada a Rui Fernandes de Sequeira por 300 réis anuais. Desta habitação temos apenas as medidas exteriores – 15 varas por 4 (72,6 m²) – e a listagem das casas com as quais confrontava.

Havia, ainda na mesma zona, uma estrebaria, a qual media 11 varas por 4 (48 m²) e pagava de foro ao ano 54 reais, assim como uma adega que media 9 varas por 4 (43 m²)³⁷⁰.

Todos estes imóveis se situavam perto da cadeia de Moura, numa zona onde as confrontações de propriedades referem as casas de dois cristãos novos: Fernam de Vargas e Lourenço d'Azeede. Se tivermos em conta a existência de uma comuna judaica em Moura³⁷¹ e a probabilidade de a mesma se encontrar confinada a um espaço mais ou menos limitado, a presença das habitações destes cristãos novos poderá deixar supôr uma certa concentração de habitações dos membros desta minoria nesta zona de Moura³⁷².

Os dados referentes ao habitat anteriores a esta data são escassos e insuficientes para termos uma ideia, ainda que imprecisa, em relação a tópicos fundamentais como preços de terrenos, dimensões das casas ou tipologias construtivas³⁷³. Do mesmo modo, e se excluirmos as informações referentes à localização espacial da Mouraria e Judiaria, não é possível avançar com uma análise bem fundamentada sobre a distribuição social das zonas habitadas. Vejamos os únicos dados disponíveis, ordenados cronologicamente:

³⁶⁸ As casas descritas no documento pertenciam a João Rodrigues, cavaleiro, estavam integradas nos bens da sua capela e destinavam-se a casa de habitação dos administradores da capela. A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, liv. 8, fol. 66

³⁶⁹ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, liv. 8, fol. 79

³⁷⁰ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, liv. 8, fols. 79v.-80

³⁷¹ Ferro, 1982: 83

³⁷² A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, liv. 8, fols. 79-79v.

³⁷³ V., a esse respeito, a tipologia proposta por Beirante, 1995: 121-128

Em 1413, foram aforadas umas casas em Moura, propriedade régia, a Pero Afonso e a seus descendentes para todo o sempre pelo foro de 50 soldos da moeda antiga³⁷⁴. Por seu turno, o testamento de André Vaz, redigido em 1428, determina que a cavaliçã da sua casa, localizada no castelo, seja apartada do resto da casa para aí morar um pobre para sempre³⁷⁵.

Em 1458 são doadas casas em Moura, no arrabalde, a Estevão Anes e Gomes Anes. As casas – «deusadas todas çarradamente com seu quymtall» – são doadas a estes irmãos, mercadores, pela sua mãe, Maria Rodrigues, por uma dívida que para com eles tinha (9000 reais brancos a Gomes e 8000 reais brancos a Estevão), a qual fora contraída após a morte de seu marido João Rodrigues, também mercador³⁷⁶.

Um outro texto refere o preço de venda de umas casas na praça, em 1491, o qual era de 7000 reais brancos de 6 ceitis o real³⁷⁷.

Em 1494 é mencionada a casa de Martim Lourenço Tenreiro na Rua Longa:

*«casa toda dijanteira e ho çillejro com seu quinham de estrebarja»*³⁷⁸.

Finalmente, em 1532 há uma referência a uma habitação no castelo:

*«casas de morada que estam na dita villa ao terreiro sobre a fonte do castello e as estrabaryas que estam a jlharga dellas»*³⁷⁹

Os terrenos circundantes do Castelo de Moura estavam, porém, longe de estar totalmente ocupados por construções. Os espaços a norte do castelo, zona onde viria a ser edificado o Convento do Carmo, tinham vastas áreas não edificadas, ocupadas por hortas e currais: um documento do convento refere expressamente a *«augua que saya da pipa e vinha do alçar do castello da dicta villa e hia regar os curraes d'arredor»*³⁸⁰.

³⁷⁴ A.N.T.T., Chancelaria de D. João I, liv. 3, fol. 167v.

³⁷⁵ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, liv. 8, fol. 110

³⁷⁶ A.N.T.T., Livro 6 de Odiana, fols. 94v.-95

³⁷⁷ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, liv. 8, fol. 12v.

³⁷⁸ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 1, doc. 22

³⁷⁹ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, liv. 8, fol. 38v.

³⁸⁰ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, liv. 8, fol. 106

3.3. IGREJAS E CEMITÉRIOS

Moura teve, após a reconquista, seis igrejas: as duas mais antigas eram as de Santa Maria do Castelo, implantada sobre a antiga mesquita ou perto dela, e a de São João Batista, local de culto que remontaria provavelmente ao período paleocristão³⁸¹. São ambas citadas num documento de 1334³⁸². A igreja de Santiago, outrora existente no castelo, é mencionada num documento de 1436³⁸³, junto a várias ruas públicas. Ainda existia em 1563, sendo mencionada num documento de venda de terrenos³⁸⁴. Foi recentemente localizada, durante a realização de trabalhos arqueológicos. A demolida igreja de São Martinho situava-se na esquina da Avenida do Carmo e da Estrada da Amareleja, no local onde está o vértice do baluarte do meio-baluarte do castelo³⁸⁵. À cidade medieval pertencem ainda as igrejas do Espírito Santo, que funcionava como hospital, e a do Carmo, edificada sobre uma antiga capela de Santa Ana (fig. II_55).

Esta última era, na sua versão inicial, um edifício integrável na tipologia do gótico alentejano. Um dos desenhos de Duarte Darmas permite-nos reconhecer um imóvel de volumetria maciça, com três contrafortes cilíndricos rematados por pináculos. O portal, de recorte gótico, era encimado por uma rosácea. A igreja, de três naves, com a central sobre-elevada e duas laterais mais baixas, tinha a iluminação interior assegurada por um clerestório (fig. II_57).

A igreja de Santa Maria do Castelo daria lugar, na segunda metade do século XVI, ao Convento de Nossa Senhora da Assunção. A construção deste conjunto teve início em 1562, incorporando partes de obras mais antigas da matriz³⁸⁶.

A vila medieval contava, para além das zonas de culto, com quatro cemitérios: um muçulmano e três cristãos. O mais antigo espaço de inumação posterior à Reconquista situou-se no interior do castelo e foi utilizado a partir da segunda metade do século XIII³⁸⁷. Não conhecemos a data do seu abandono, devendo a mesma situar-se na primeira metade do século XVI, quando a igreja de São João Batista adquire, em definitivo, a primazia.

O mais importante cemitério cristão, localizado junto à principal porta de entrada do castelo, manteve durante longos séculos uma tradição de utilização para diferentes finalidades: era nesse local que tinha lugar a feira anual de Moura e o local constituiria, pela sua privilegiada posição, ponto de encontro da população.

Outro espaço funerário situava-se junto ao Convento do Carmo, cujo interior da igreja era utilizado para o enterramento de membros mais importantes da comunidade: em 1428, André Vaz pedia para ser sepultado na Capela de São Pedro, e que tivesse lápide com «letras caudas»³⁸⁸.

³⁸¹ A localização da igreja, numa zona extra-muros, o nome do santo (frequentemente ligado a antigos martíria) e diversos achados do período paleocristão ocorridos nas imediações parecem apontar nesse sentido.

³⁸² Segurado, 1929: 58

³⁸³ Dias, 1998: 87

³⁸⁴ A.D.B, Convento do Castelo de Moura, maço, 1, doc. 7. O documento refere ainda a «casa de Santiago», deixando entender a existência de anexos.

³⁸⁵ Mais conhecido como Muralha da Vista Alegre.

³⁸⁶ Segurado, 1929: 59

³⁸⁷ Cf. supra página 000

³⁸⁸ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, liv. 8, fol. 109

A necrópole muçulmana, por seu turno, localizava-se na zona da atual Rua do Sequeiro (cf. *supra*) e, embora a última lápide conhecida date de 1368, é muito provável que este espaço funerário tenha estado em uso certamente até à conversão forçada dessa minoria étnica, ocorrida em finais do século XV.

Sobre a eventual localização da sinagoga nada se sabe. A existência de um local de culto da minoria muçulmana foi recentemente atestada através de um manuscrito do século XVI, identificado por Octávio Patrício³⁸⁹. O texto refere, de forma explícita, a existência de uma mesquita na Mouraria. Num testamento, mandado fazer por Maria Gomes da Mouraria, são deixadas à Misericórdia «casas que partem com o çapateiro e com a mesquita»³⁹⁰. O documento é totalmente omissivo quanto a outras confrontações ou no que se refere a nomes de ruas. A presença de pequenos oratórios, ou mesmo de mesquitas, nos bairros habitados pela minoria muçulmana, não é inédita. O caso mais conhecido, e o melhor estudado, é o de Lisboa, sobre o qual os nossos colegas Mário Viana e Luís Filipe Oliveira se debruçaram³⁹¹. A localização da mesquita é mais difícil de decidir. A leitura do parcelário urbano – e se consideramos alguma estabilidade na forma de organização do bairro – deixa em aberto duas ou três possibilidades. Deixamos, como hipótese de trabalho, a possível localização da mesquita na esquina do Largo e da Travessa (fig. II_56). Por ser diferente, em termos de planimetria, das restantes parcelas do bairro, por ser um espaço central da mouraria e por apresentar uma orientação – 150° a sudeste – coerente com a que têm os espaços de oração do ocidente muçulmano.

³⁸⁹ Patrício, 2013

³⁹⁰ A.H.M.M., Santa Casa da Misericórdia, docs. avulsos

³⁹¹ Oliveira, 1993: 194

3.4. A ÁGUA NA CIDADE MEDIEVAL

A água que supria as necessidades domésticas da população de Moura provinha, em grande parte, de dentro do castelo. Os locais onde o líquido era recolhido coincidiam com os sítios onde hoje se situam as Fontes das Três Bicas e da Santa Comba. Esta última é perfeitamente reconhecível no desenho de Duarte Darmas (fig. II_58), com uma configuração que não é muita diferente da atual (cuja construção data de 1891).

A abundância de água é-nos referida, de modo expressivo, num texto setecentista: «tem dentro uma fonte de água nativa, incapaz de a cortar o inimigo, e de tanta abundância, que sustenta todos os moradores e guarnição, e dos sobejos se regam muitas hortas e se enchem dois tanques que estão nas duas pontas da Praça além de outras que tem a dita vila, que além desta, em cada casa poço de água»³⁹². No mesmo sentido vai a descrição das várias fontes existentes dentro do castelo, mencionadas nas Memórias Paroquiais³⁹³.

O abastecimento de água, em zona marcada por tão prolongadas estiagens, constituía com frequência motivo de desavenças: em 1418, há uma disputa entre um agricultor, Joham Dominguez Carrom, e o mosteiro, devido a uma água que saía do alcácer pela Pipa e ia regar os currais em redor³⁹⁴. Em 1450, é atribuído ao Convento do Carmo o direito de ter a água da Pipa três dias por semana (terças, quintas e sábados), para dar satisfação às necessidades do Convento – para as crastas e privadas, nomeadamente. Os restantes dias caberiam a outros utilizadores, que empregariam as águas na rega das suas hortas, onde se mencionam figueiras e outras árvores não especificadas. Na elaboração do documento participam o juiz, repartidores e oficiais do concelho³⁹⁵.

O clero teria também um papel de relevo na resolução de todo o tipo de conflitos a nível local. O espaço sagrado era mesmo um lugar de eleição para a resolução de vários problemas: em 1457 a disputa sobre as águas do chafariz que saía no arrabalde novo (atual bica das Três Bicas) é resolvida por um documento redigido na porta pequena de São João³⁹⁶.

A posse da água constituía ainda um usufruto de que os detentores podiam dispor em pleno passando por vezes a água de uns detentores para outros: Mendo Anes de Pino, escudeiro, passou a ter, durante uma noite por semana, da água que estava na posse de um João Lourenço *anadal*³⁹⁷.

É provável que Moura tivesse um edifício de banhos público: um texto de 1457 refere a água que vinha do castelo e ia regar as «aruores dos banhos della» uma vez por semana³⁹⁸. A disputa leva o concelho a intervir de novo e a estabelecer as seguintes quotas:

Por o convento ter «*ter grande crasta e majs aruores (...) que aja a dicta augua Alvaro Gonçaves pera as aruores dos banhos*» de 2.^a feira de manhã até 5.^a de manhã; de 5.^a a 6.^a de manhã a água

³⁹² Pascoal, 1991: 56

³⁹³ Páscoa, 2003: 52 – Excerto no Anexo D (doc. 10)

³⁹⁴ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 6, doc. 54

³⁹⁵ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, liv. 8, fols. 45-46

³⁹⁶ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 6, doc. 18

³⁹⁷ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, liv. 8, fol. 48v.

³⁹⁸ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 6, doc. 18. A sua localização deveria ser, aproximadamente a das atuais termas, junto à muralha este do castelo

caberia ao convento; de 6.^a até sábado de novo a Alvaro Gonçalves; finalmente, daí até 2.^a de novo o convento.

A coima para o não cumprimento destas normas era de 3 libras da moeda velha ou 150 da moeda então corrente. Em caso de roubo de água a outrem a pena seria de 60 soldos que revertiam para o prejudicado, ao passo que o vazamento do chafariz era punido com 60 soldos, pagos ao concelho³⁹⁹.

De forma evidente, os hábitos ancestrais da civilização mediterrânica mantinham-se bem vivos na Moura quatrocentista. Aparentemente, o local dispunha de árvores, que eram regadas por turnos, sistema praticado em zonas onde a aridez obriga a gerir a água de forma cuidada.

Os banhos públicos, edifício com larga tradição em toda a bacia do Mediterrâneo, terão assim persistido em Moura pelo menos até ao século XV⁴⁰⁰. Prática condenada pela Igreja, que alegava serem os banhos um local propício à devassidão, foram com o correr do tempo progressivamente desaparecendo⁴⁰¹. Não se conhecem em Moura documentos mais tardios que façam referência a este hábito.

A presença da água na paisagem da cidade manter-se-ia. Dispomos de algumas coloridas descrições que nos dão conta, em épocas mais recentes, da abundância de água:

«(...) das bicas da Praça sobra muita quantidade de agoa da que s'encaminha para o lanjal (sic) das almas que esta junto à muralha, e nella se gasta a que he preciza para se regarem as arvores, e por ser em muita abundancia se nam aproveyta toda, e a que sobra se consome na muralha com prejuizo desta e de algumas muralhas que estão no mesmo sitio: e as supplicantes tem necessidade das mesma agoa para a sua Horta da Chamine que fica extramuros desta villa, e na muralha esta hum cano aberto pello qual em algum tempo corrião as taes agoas que sobravão e he utilidade, nam só particular das suplicantes mas tambem do comum do povo; para o que he conveniente que haja hortas com frutas e hortaliças em abundancia para mayor conveniencia dos moradores e por esta cauza recorrem a Vossas Mercês para que se dignem de lhes concederem licença para poderem uzar das ditas agoas nos dias e horas que lhes forem repartidas sem detrimento do laranjal das almas (...)»⁴⁰²

Outros espaços e edifícios completavam a cidade medieval. A relação do espaço intra-muros com as zonas à sua volta modifica-se ao longo dos anos. A cadeia de Moura, dependente do alcaide, estava inicialmente instalada dentro do perímetro do castelo. No entanto, as fugas dos presos (alguns deles autores de «gramdes malleficios») traziam sérios problemas de segurança, o que levou à mudança da cadeia para outro local, em 1452. A cadeia foi então transferida para o arrabalde e instalada no mesmo quarteirão onde, nos finais do século XVI, se edificaria o complexo da Misericórdia (fig. II_55).

³⁹⁹ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 6, doc. 18

⁴⁰⁰ Em Évora, por exemplo, são conhecidos três banhos públicos no antigo arrabalde de Alconchel – cf. Beirante, 1995: 399

⁴⁰¹ Marques, 1987b: 90

⁴⁰² A.D.B., Convento do Castelo de Moura, maço 7, doc. 58

O concelho devia, porém, pagar à sua custa uma boa casa forte, onde o carcereiro morasse, ficando também a gestão da cadeia a partir daí a cargo do município. O carcereiro seria pago pelo alcaide, como se o edifício estivesse no castelo⁴⁰³. Esta decisão de D. Afonso V seria confirmada, em 1485, por D. João II⁴⁰⁴.

Embora não haja nenhum documento que mencione em concreto a localização desse imóvel, dispomos de fontes de informação indiretas a seu respeito: o edifício entestava nas traseiras da casa de um João Rodrigues, cavaleiro. Esta situava-se, por seu turno, na esquina da Rua Longa com a «travessa pública que vai para a praça» (atual Travessa da Misericórdia)⁴⁰⁵.

A albergaria de Moura localizava-se no Convento do Espírito Santo, situado no arrabalde novo da cidade. Conhece-se apenas uma referência a este hospital: surge no testamento de André Vaz, proprietário rural, o qual deixou à instituição, em 1428, dois novilhos, uma casa no arrabalde e camas de roupa⁴⁰⁶.

⁴⁰³ A.H.M.M., Tombo da Vila de Moura, II, fol. 19

⁴⁰⁴ A.N.T.T., Livro 4 de Odiana, fols. 188v.-189

⁴⁰⁵ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, liv. 8, fol. 66

⁴⁰⁶ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, liv. 8, fol. 108

4 O CASTELO: ESTRUTURAS DEFENSIVAS DA BAIXA IDADE MÉDIA, URBANISMO E ARQUEOLOGIA

Uma tradição antiga, fundada num documento escrito, atribui a D. Dinis a (re)construção do castelo de Moura. A argumentação, feita a partir de tal base, é frágil e peca por simplista. A existência de uma fortificação anterior, da segunda metade do século XII d.C., está atestada pela presença de duas torres e por relatos oitocentistas, que narram a destruição da maior parte das muralhas almóadas.

É ainda mal conhecido o percurso do castelo de Moura entre a Reconquista e o século XIV. A ocupação urbana sofreu alterações, conforme constatamos, por exemplo, pela utilização de uma rua islâmica como área funerária. Tal como sucedeu em Mértola, onde as casas e as ruas do bairro almóada foram ocupadas pelo cemitério, a área em frente da igreja de Santa Maria do Castelo deu lugar a uma necrópole, com utilização comprovada na segunda metade do século XIII.

A passagem de Moura, em termos definitivos, para a coroa portuguesa determinou, em 1320, a necessidade de reforçar o castelo. As escaramuças entre as comunidades fronteiriças persistiam, afetando em especial o castelo de Noudar. Lê-se num documento de 1320: « nos [Ordem de Avis] ajamos castellos e villas no senhorio de Portugal que son na comarca de Castela per cuja razon acaece mujtas vezes tanbem a nos e a nossa hordem como os moradores das ditas villas e castellos grandes danos per razom de contemdas que ham com esses do senhorio de Castella com que comarcamos espiçialmente o nosso castello de Noudar que esta em mayor fromteyra e mais chegado a comarca do senhorio de Castella »⁴⁰⁷.

O reforço dos castelos de Moura e Serpa era, assim, uma imperiosa necessidade, uma vez que cabia a estas fortificações dar apoio logístico a Noudar. Por essa razão, a Ordem de Avis doou ao Rei D. Dinis um terço das rendas das suas igrejas de Serpa e Moura para o «refazimento e mantimento dos alcaceres dos ditos castelos»⁴⁰⁸. É, em grande parte, o documento acima citado que justifica a cronologia dionisina do castelo. Não temos, contudo, provas evidentes de que a obra tenha começado de imediato e que tenha sido concretizada num curto espaço de tempo. Ao invés, é provável que entre esta tomada de decisão e a sua efetivação plena tenham decorrido várias décadas.

Nas crónicas do século XVIII, D. Dinis é ainda referido como o impulsionador dessas obras. Afirmar Luiz d'Almeida Cabral, na *História da notável villa de Moura*, que esse monarca levantou o castelo «vestindo de cantaria toda a obra, que era de formigam»⁴⁰⁹. Esta versão é aparentemente confirmada pela devastação que os muros do castelo sofreram no século XIX⁴¹⁰. Mais preciso a esse respeito, Diogo Vaz Pascoal escreveu que «além dos muros e torres antigas, tem cinco torres de pedra de cantaria branca, e outros baluartes da mesma obra, que tudo no modo mostra ser de formação d'el rey D. Dinis»⁴¹¹. Deverá tratar-se de uma intervenção um pouco mais tardia, mas o que ficou no imaginário popular foi o nome deste rei. Os forais que o rei dedica à cidade, entre 1295 e 1315⁴¹², pode ter estado na origem da lenda.

⁴⁰⁷ A.N.T.T., Livro 2 de Reis, fol. 37

⁴⁰⁸ A.N.T.T., Livro 2 de Reis, fol. 37

⁴⁰⁹ Macias, 1986: 254

⁴¹⁰ Cf. cap. 5.

⁴¹¹ Macias, 1986: 254

⁴¹² Foral de 1315 e forais dados aos mouros forros, em 1296 e em 1315 – Valente, 1991

A primeira dúvida que ocorre tem a ver com a data de arranque das obras e o prazo que terá decorrido entre o momento da decisão, o começo da construção e o tempo que os trabalhos terão durado. A documentação escrita é totalmente omissa a este respeito e apenas podemos ter a certeza que as obras tiveram lugar depois de 1320 e que estavam concluídas cerca de 1510, altura em que Duarte Darmas desenhou a fortificação de Moura. Como tentaremos demonstrar mais adiante, a torre de menagem deve ter sido concretizada na segunda metade do século XIV. Foi também essa a hipótese (apontando para obras no tempo de D. João I) avançada, sem base documental, por Jorge Pinho Monteiro⁴¹³.

O «refazimento» do alcacer do Castelo de Moura, que está por datar com total certeza, teve como consequência a passagem de um espaço unitário no interior da fortificação para duas zonas perfeitamente delimitadas. Tal como noutras fortificações similares (Serpa e Castro da Cola, por exemplo), a passagem de um tipo de fortificação a outro marca, de forma evidente, a transição de um modelo de sociedade a outro (fig. II_37).

Durante o período islâmico, e de acordo com a tese avançada por Pierre Guichard, o poder do representante do poder central era fortemente limitado pela organização comunitária local. Cada comunidade exercia de forma autónoma, e em conjunto, a autoridade tanto sobre o território como sobre o castelo. Isso explica, em parte, o carácter unitário da organização do espaço amuralhado destes locais e, também, as alterações físicas que muitas dessas fortificações (entre as quais incluímos a de Moura) sofreram após a Reconquista.

As antigas estruturas habitacionais «pré-senhoriais» pouco teriam a ver com o sistema feudal imposto no período pós-Reconquista pelos cavaleiros cristãos. O processo de feudalização que, principalmente ao longo do século XV, o termo de Moura sofreu tornou mais sensível a necessidade de proceder a alterações físicas substanciais no próprio castelo, símbolo da autoridade do alcaide e do próprio rei. Culminando um longo processo de evolução económica e social verificada no termo de Moura, a organização dos espaços da fortificação é completamente alterada nesta época, à semelhança do que no mesmo período sucederia em fortificações levantinas, como no caso do albacar de Perpunchent⁴¹⁴.

Da fortificação islâmica ficaria apenas na tradição oral o topónimo «salúquia», o qual parece designar uma zona residencial ou o alojamento para uma guarnição⁴¹⁵. A radical mudança operada na fortificação reflete, a um nível mais profundo, a passagem de um tipo de formação social a outro. Embora tendo em conta naturais precauções na adaptação de um modelo explicativo até agora apenas testado para as zonas levantinas da Península Ibérica há semelhanças em todo o processo de reconstrução do alcacer de Moura que não podem ser escamoteadas.

Do ponto de vista físico esta intervenção foi concretizada através da construção de uma grossa muralha em alvenaria, dividida em três secções, que separa estas duas zonas. A primeira, no sentido oeste-noroeste / este-sudeste, tem um torreão no seu extremo setentrional⁴¹⁶ e mede 48,80 m,

⁴¹³ Monteiro, 1980

⁴¹⁴ Bazzana, 1982: 449-465

⁴¹⁵ Guichard, 1983: 92 – ver referência no capítulo 2.

⁴¹⁶ As dimensões deste torreão não foram apuradas

distribuídos da seguinte forma: 14,45 m até à torre semi-circular adossada à face exterior do muro da alcáçova; 6,10 m registados na face posterior desta torre e 28,25 m no troço restante até à torre de menagem⁴¹⁷. Um segundo troço – orientado a noroeste/sudeste – mede 25,53 m é constituído pela própria torre de menagem (13,90 m na face exterior⁴¹⁸), pela estrutura de entrada na alcáçova (4,74 m⁴¹⁹) e por uma segunda torre (6,98 m na face exterior), mais baixa, que flanqueia a sudeste essa mesma entrada. Finalmente, um terceiro troço mede 38,30 m, dos quais 34,30 m correspondem ao pano de muralha, orientado sensivelmente no sentido norte/sul, pertencendo os 4,00 m finais ao torreão que remata esta cortina. A largura deste pano de muralha (e excetuando os locais onde estão implantadas as diversas torres) é de 2,80 m, dos quais 0,50 m correspondem ao respetivo parapeito.

O torreão setentrional apresenta ainda os vestígios dos danos sofridos em 1707, quando o Duque de Osuna tentou a sua destruição, através da colocação de minas. De forma quase miraculosa, que os textos da época não se cansam de sublinhar, uma parte da torre saltou no ar, pou-sando de seguida quase no local anterior: «para a parte do Carmo tem outra grande torre o castello. E levantando-se no ar metade da torre com as minas que lhe fizerão, cahio sobre a metade que tinha ficado fixa, couza que este povo atribue a prodigio da imperatriz do Carmo (...)»⁴²⁰.

O desenho de Duarte Darmas mostra-nos uma grande densidade de torres ao longo da muralha. Só na alcáçova havia seis, de diferentes dimensões. Os distintos perfis que apresentam permitem supor várias épocas de construção. Uma das torres da alcáçova (D – cf. fig. I_3) era abobadada, facto expressamente referido no desenho. Outra (A), no extremo sudoeste, apresentava uma entrada com arco em ferradura.

Estas torres tinham uma altura considerável, oscilando entre as 14 e as 20 varas ou seja, entre 15,4 e 22 metros. A alcáçova, protegida por esta muralha, tinha existência autónoma e era o local de habitação dos senhores da cidade. Nesse sentido aponta, aliás, a tradição expressa nas Memórias Paroquiais: «para o occidente fazia gallaria do castello hum pallácio excellent que acestiam os governadores da villa»⁴²¹.

Há referências expressas a outras estruturas, que não conseguimos identificar: «na entrada do castello havia huma torre grandioza que chamam do cavallinho», escrevia-se em meados do século XVIII⁴²². De acordo com Luiz de Almeida Cabral «era a mesma [a de Salúquia] que no presente tempo chamavam de cavalinho, por no cano de pedra desta feição por onde desaguava, o qual demoliram os castelhanos»⁴²³. Corresponde à torre quinhentista que se encontra no Jardim Dr. Santiago.

No final da Idade Média, o castelo passa a ter, cada vez mais, marcadas funções militares e políticas, atestada pela presença no local do senhor da vila que aí tem a sua casa, os «apousentamentos sobradados» a que alude o desenho de Duarte Darmas.

⁴¹⁷ 24 varas = 26,4 m, segundo o desenho de Duarte Darmas

⁴¹⁸ 12 varas = 13,2 m, segundo o desenho de Duarte Darmas

⁴¹⁹ 4 varas e 1 palmo = 4,62 m, segundo o desenho de Duarte Darmas

⁴²⁰ Ver cap. 5 ou 7.

⁴²¹ Páscoa, 2003: 53

⁴²² Páscoa, 2003: 53

⁴²³ Cabral, 1991: 2

Não temos dados sobre a construção do paço do alcaide. O desenho de Duarte Darmas, de inícios do século XVI, mostra-nos um conjunto de construções em torno de um pátio de armas, onde se encontravam um poço «de muita auga e booa» e um laranjal. Se o poço dava uma certa independência face ao exterior, o laranjal no interior da alcáçova é uma tradição que vem da época islâmica e que esteve muito em voga nos palácios portugueses dos fins do século XV⁴²⁴.

As edificações não corresponderiam exatamente a um palácio, mas a descrição feita, ainda que sumária, deixa antever a presença de construções de alguma importância. A legenda que acompanha o desenho refere «estes aposentamentos sam sobradados» e «estas casas sam sobradadas». A organização das casas, dispostas ao longo da muralha da alcáçova e encostadas ao muro oeste, nada tinha a ver com a organização do período islâmico e que foi seguida, com maior ou menor rigor, mesmo após a Reconquista.

Foram essas estruturas que as escavações de 1980/1981 puseram a descoberto. Foi identificada uma sala ampla, com janelas, mais tarde entaipadas, quando o espaço da alcáçova foi transformado em quartel (segunda metade do século XVII).

A autonomia da alcáçova era ainda acentuada pela porta falsa, que abria diretamente ao exterior e pelo forte amuralhamento que a rodeava e fazia dela uma célula independente. Este espaço terá permanecido como local de habitação dos alcaides da vila devido às suas excepcionais condições. O abandono como zona de habitação do alcaide deve ter-se também dado ao longo do século XVI, mantendo a partir daí algumas funções militares, cujo peso foi progressivamente diminuindo. O abandono das alcáçovas terá sido um fenómeno generalizado, que as Ordenações Manuelinas terão tentado contrariar, criando disposições que obrigavam os alcaides a manter os castelos habitáveis⁴²⁵.

TORRE DE MENAGEM

A torre de menagem é uma sólida estrutura em forma de paralelepípedo. De planta quadrangular, com 13,90 m por 12,80 m, tem 25 m de altura. A base é um maciço em pedra argamassada, que se ergue até uma altura de 8,50 m. Nesse embasamento assenta o espaço principal da torre. Neste nível, e no lado sudoeste, inscreve-se um corredor que cruza a torre no sentido sudeste-noroeste e que une os dois panos de muralha. A parte principal deste nível é ocupada por uma sala de planta octogonal. A entrada na sala é feita por uma estreita passagem⁴²⁶ que se inscreve obliquamente (na direção sudoeste-nordeste) na caixa murária da torre. Em três dos muros rasgam-se estreitas frestas, que permitem a entrada de pouca luz. No lado do octógono virado a sudeste são visíveis os restos de um pequeno fontanário, estando na parede oposta a este a passagem para uma escada helicoidal⁴²⁷, que permite o acesso ao terraço superior. A orientação da torre é coerente, como veremos, com a organização das casas e das ruas do período islâmico. Pode tratar-se de uma simples coincidência. Mas é, igualmente, possível que esta estrutura arquitetónica respeite algum tipo de pré-existência.

⁴²⁴ Santos, 1964: 339 e 343

⁴²⁵ Santos, 1964: 76

⁴²⁶ 2,20 m de comprimento / 0,93 m de largura / 1,95 m de altura

⁴²⁷ 61 degraus, a que se somam, já no terraço mais dois lanços: um com 5, outro com 7 degraus. Largura da escada: 1,10 m.

A torre de menagem tinha, no topo, uma zona habitada, conforme se pode ver no desenho de Duarte Darmas e como nos confirma a legenda «tem em cyma hum aposentamento mall tratado». Dela não resta hoje qualquer vestígio (figs. II_66 e 67).

Finos fustes de base octogonal e secção circular, preenchem os vértices dos octógonos, sendo rematados por capitéis com sugestões vegetalistas, a partir dos quais se lançam os arcos da abóbada. Havia, a rematar o conjunto, uma chave da abóbada constituída por um brasão, hoje desaparecida.

A forma de organização do espaço interno da sala da torre apresenta algumas semelhanças com o piso inferior (a sala ao nível dos adarves) da torre de menagem do castelo de Beja⁴²⁸:

- Fenestração rasgada em três muros, com um acesso à janela que se vai progressivamente estreitando;
- Arranque da escada helicoidal a partir de um muro traçado de forma oblíqua em relação à linha exterior do edifício;
- Desenho quadrangular da estrutura, dentro da qual se inscreve um octógono (mais evidente em Moura que em Beja).

Ou seja, parece admissível que a conclusão da torre de menagem tenha tido lugar em meados do século XIV, cronologia um pouco anterior à atribuída à torre do castelo de Beja. Até do ponto de vista político esta hipótese faz algum sentido, uma vez que o final de Trezentos foi marcado pela consolidação do poder régio e na ascensão aos círculos do poder de uma nova nobreza, que herda os bens da nobreza rural ou que os obtém do monarca à custa da sua fidelização⁴²⁹.

Numa das colunas da torre é visível uma inscrição (fig. II_68):

C^o
... MR

A letra, gótica tardia, enquadra-se na segunda metade do século XV. A leitura proposta por Saul Gomes, ainda que com reservas, aponta para uma marca de propriedade:

C(o)[M](celho)O
[de] M(ou)R(a)⁴³⁰

Um elemento importante para a datação do conjunto é o escudo que se encontra encastrado no torreão norte da alcáçova (Anexo A – Est. O). Trata-se, segundo, Mário Barroca, de uma peça de meados do século XIV, pelas seguintes razões:

⁴²⁸ Comparem-se o Boletim DGEMN, 1954: fig. 5 e a fig. II_66. Ver, também, II_63, II_65 e II_67

⁴²⁹ Beirante, 1986: 125

⁴³⁰ Saúl António Gomes – mail de 27.05.2013

- «1) A moldura, com aquela solução de toro-escócia muito volumosa, tem paralelos noutros locais com cronologias do século XIV (Castelo de Vilar Maior, em escudo de D. Dinis ou de Afonso IV);
- 2) Os argumentos mais poderosos são epigráficos: aparece em inscrições do século XIV (Sé de Viseu, inscrição de 1382⁴³¹; Igreja de Escamarão, inscrição de 1385⁴³²;
- 3) O paralelo mais importante é a inscrição de Mourão, de 1343⁴³³, onde aparece um escudo de Portugal com vários pontos em comum (o mesmo tipo de castelos, os mesmos escudetes em cruz carregados com outros escudetes, e não com besantes).»⁴³⁴

Estamos, portanto, ante uma intervenção de peso, que podendo ter sido patrocinada pelo poder régio, a ela viu associada o poder municipal.

O coroamento da torre apresenta uma originalidade. Apenas os merlões que rematam superiormente a construção nos seus quatro vértices são, do ponto de vista construtivo, coerentes com o resto da estrutura. Aparentemente, a torre não teria outros merlões, uma vez que os que se encontram no espaço entre os quatro cantos são, nitidamente, de cronologia mais recente.

A torre de menagem é coerente, do ponto de vista construtivo, com todo o muro da alcáçova, a que anteriormente aludimos. A intervenção foi realizada de uma só vez, ou em campanhas muito próximas entre si. O processo construtivo é o mesmo: muros solidamente argamassados, rematados nos cunhais por silhares de mármore. As dimensões destes silhares são variadas, mas idênticas ao longo de toda a estrutura da alcáçova. Apresentam uma forma retangular e medidas que variam entre os 0,40 m, os de menor dimensão, rondando os maiores 1,10 m de comprimento.

Uma importante campanha de obras no castelo teria lugar no início do século XVI, numa altura em que D. Manuel contrata Francisco de Arruda para proceder a importantes alterações no perímetro fortificado. O texto data de 1510 e dá-nos notícia da presença em Moura de Francisco de Arruda: «o dito pedreiro he paguo das primeiras duas pagas e nom tem feitas nem acabadas as ditas obras de Moura e Mourã; e em Moura tem menos que fazer, mas em Mourã he casy todo por fazer (...)»⁴³⁵. Este tipo de referência – não terem ainda começado as obras e haver, além do mais, pouco que fazer – permite-nos supor que Arruda dirigir-se-ia a Moura apenas para executar obras de reparação no castelo medieval. É um facto que quando Arruda está em Moura a torre de menagem estava construída e assim foi desenhada por Duarte Darmas.

O desenho apresenta um conjunto de incongruências entre o desenho feito e a realidade da torre. Um e outra não correspondem, sendo de destacar os seguintes dados:

- 1) A torre representada no desenho apresenta um conjunto de janelas em todas os muros, estando essas janelas organizadas de forma escalonada, ficando-se com a ideia que haveria uma

⁴³¹ Barroca, 2000c: 1898-1901 e Barroca, 2000d: 503, n.º 2

⁴³² Barroca, 2000c: 1916-1918 e Barroca, 2000d: 503, n.º 3

⁴³³ Barroca, 2000c: 1645-1650 e Barroca, 2000d: 484, n.ºs. 1 e 2

⁴³⁴ Mário Barroca (inf. pessoal) – mail de 14.10.2013

⁴³⁵ Viterbo, 1899. 55-56

- escada a acompanhar a caixa murária, numa organização semelhante à da torre de menagem do castelo de Mértola. Nem a torre atual tem aquelas janelas, nem a escada acompanha os muros.
- 2) A porta de acesso à torre de menagem situava-se perto do seu vértice noroeste⁴³⁶, e em local oposto ao atual.
 - 3) A existência de um edifício no topo da torre, na época de Duarte Darmas, não é compatível com o espaço atualmente disponível, constatação que vai a favor de uma remodelação da torre propriamente dita;
 - 4) As medidas apresentadas por Duarte Darmas para a base do edifício (13,2 m e 9,9 m⁴³⁷) apresentam alguma discrepância com os que se verificam no local (13,9 m e 12,9 m).

Não temos documentos escritos que suportem a hipótese de alterações muito significativas na torre de menagem nem, admitimos, qualquer lógica histórica que lhe dê sentido. Não há quaisquer referências documentais à torre de menagem antes do século XVI. Parecem datar deste período as obras do paço do alcaide (que aparece representado no desenho de Duarte Darmas) e cuja contemporaneidade em relação à muralha da alcáçova parece bastante provável. A única alternativa é admitir que estamos ante a presença de um conjunto de erros significativos por parte do desenhador.

Para além da grande cortina da alcáçova, dois outros torreões são ainda identificáveis: o de Salúquia e o do Relógio, de planta semi-circular e construídos em alvenaria. Embora estas obras tenham até agora sido classificadas como *dionisinas* a sua edificação poderá também datar da campanha de Francisco de Arruda⁴³⁸. O castelo estava então totalmente rodeado por uma barbacã, cuja datação não é segura.

As obras parecem ter-se prolongado. Em 1515, D. Manuel nomeou João Domingues para o cargo de vedor «das obras que se fazem nos muros e fortaleza da vila de Moura», cargo em que sucedeu a Rui Limpo⁴³⁹.

Um dado importante nesta questão diz respeito ao abandono da acrópole por parte da população – abandono que não foi, em todo o caso, total – e ao crescimento da cidade, admitindo-se que no século XVI uma nova cerca a pudesse ter rodeado por completo, numa obra que terá tido uma dimensão muito considerável⁴⁴⁰.

Obra tanto mais necessária quanto o castelo se revelava, por essa altura, desajustado para as necessidades da vila. Isso permitiu que em 1535 o fidalgo Jerónimo Correia fosse autorizado a tapar a barbacã da torre na zona defronte à sua casa. Era-lhe até autorizado o plantio de árvores: «que elle possa tapar a barbacam da torre quanto dis a frontaria das suas cazas (...) e parantar nelles aruores se quizer», devendo deixar serventia «pera o pouo ver della os toiros quando os correrem como athe hora fazem»⁴⁴¹.

⁴³⁶ 330° noroeste.

⁴³⁷ 12 varas e 9 varas, respetivamente.

⁴³⁸ Viterbo, 1899: 55-56

⁴³⁹ Segurado, 1929:54

⁴⁴⁰ V. I.4.

⁴⁴¹ A.H.M.M., Tombo da Vila de Moura, II, fol.119 v. – anexo D (doc. 1)

SÉCULO XVI – TEMPO DE MUDANÇA NO CASTELO DE MOURA

O século XVI marcou o início de uma nova fase na vida do castelo de Moura, que foi decisiva para a imagem que hoje temos da área intra-muros. Parte substancial do que existe é fruto da ação de Ângela de Moura, membro da nobreza local que, em 1562⁴⁴², deu início ao programa de construção de um convento. A igreja paroquial de Santa Maria do Castelo, ali existente, é então integrada no espaço conventual e a área envolvente é objeto de profundas intervenções, traduzidas na construção do convento propriamente dito e na afetação de uma área considerável a uma zona murada, parcialmente utilizada como horta.

O processo de aquisição de terrenos foi lento, mas percebe-se uma clara intenção de ocupação do espaço. Esse desejo em urbanizar está patente em vários documentos. Num texto, de 1562, dá-se conta da compra, pelo convento, de um «curral de árvores (...) que parte com a igreja de Nossa Senhora do Castelo e da outra com cazas (...) e querendosse fazer o moesteyro de Nossa Senhora da Assumpção foi o dito curral necesario para servintia do dito moesteyro»⁴⁴³, tendo o mesmo sido demolido com a autorização do respetivo proprietário.

O aditamento ao testamento de Ângela de Moura, datado de 1580, especifica a importância da intervenção: «eu fis este mosteiro em humas cazas que meu Paj me deu, e em outras minhas que comprej, e em huma rua publica por a qual dej outra rua publica que fis, em muitas cazas que comprej e por esta se serve agora o pouo e entra nesta igreja pella Porta Traveça»⁴⁴⁴.

Os bens de D. Ângela deviam ser apreciáveis, uma vez que refere as suas casas de morada «partem de huma parte com de Antonio Fradesso e da outra parte com cazas da ditta Senhora Dona Angella e por detras emtestão em quintal da ditta Dona Angela (...)»⁴⁴⁵.

A construção dessa «rua nova» implicou a compra de terrenos, nos quais havia casas construídas. Num texto de 1563, onde é referida a igreja de Santiago, hoje desaparecida, diz-se claramente que «o qual chão por ser necesario pera uso e servintia da rua nova que ora se faz por caso do mosteiro que ora faz a senhora dona Angera de Moura junto a Nossa Senhora do Castello se tomou ho dito chão por venda»⁴⁴⁶.

Vestígios das obras do século XVI eram visíveis há umas décadas. Jorge Pinho Monteiro, no seu projeto para o castelo de Moura, debruça-se sobre o convento e assinala que «ao retirar-se o reboco de uma das paredes, descobriu-se um arco de ferradura apontada, tipicamente árabe, envolvido por um alfiz, em cuja aba se observa o negativo de um azulejo que faria parte da decoração. Por cima do alfiz, encontra-se uma série de pequenos arcos de meio ponto. Quer o arco de ferradura, como os pequenos arcos superiores, foram parcialmente destruídos pela construção de dois grandes arcos, no século XVI. É possível que este arco estivesse integrado numa fachada interior-exterior»⁴⁴⁷. Nada disto é agora identificável. Do alfiz havia ainda ténues vestígios há cerca de 20 anos (fig. II_69). Um azulejo mudéjar, eventualmente pertencente a este espaço, foi recolhido nas escavações (fig. V_129).

⁴⁴² Cabral, 1991: 20

⁴⁴³ A.D.B., Convento do Castelo de Moura, maço 1, doc. 8

⁴⁴⁴ A.D.B., Convento do Castelo de Moura, maço 7, doc. 72

⁴⁴⁵ A.D.B., Convento do Castelo de Moura, maço 1, doc. 8

⁴⁴⁶ A.D.B., Convento do Castelo de Moura, maço 1, doc. 8

⁴⁴⁷ Hipótese de trabalho formulada por Jorge Pinho Monteiro – Monteiro, 1980

Os textos não podem ser mais claros. A construção do convento redesenhou o espaço interior do castelo, com a eliminação de ruas, a demolição de casas e a construção de novas vias, em jeito de compensação pública. Olhando a planta do castelo, é nítido que a via principal do espaço intra-muros ladeava a igreja de Santa Maria pelo muro noroeste, ao contrário do que hoje sucede. É, por certo, a esta rua pública a que alude o já citado testamento, o que nos é confirmado pela presença de uma porta lateral (*traveça*), ainda existente (fig. II_61).

Este uso do espaço público para as conveniências privadas do convento não foi caso único: em 1685 pedia-se à Câmara que autorizasse o fecho de uma travessa, que estaria a ser usada como lixeira, com uma parede. Passaria a ter acesso ao local apenas um morador que tinha no local uma estrebaria⁴⁴⁸.

Quase nada se sabe sobre a organização urbana do sítio naquela época, escondida pelas ocupações seguintes. A toponímia da época desapareceu e não tem reflexo na que, na primeira metade do século XX, existia no local. As referências a nomes de vias não são acompanhadas pela sua localização topográfica, o que não nos permite, por norma, situá-las:

1549 – «Rua do Cyllejo», onde se mencionam casa dianteira e câmara⁴⁴⁹;

1550 – «Rua Pubrica»⁴⁵⁰;

1550 – «Rua de João Casqueiro»⁴⁵¹;

1559 – «Rua da Torre Escura» (poderá tratar-se de uma via localizada junto à torre almóada, cuja cor de terra difere das estuturas argamassadas pós-Reconquista)⁴⁵²;

1563 – «Rua Nova que agora se faz»⁴⁵³ e «Rua Nova que ora se faz por caso do moesteiro»⁴⁵⁴;

1685 – «Travessa da Cerca», localizada «por baixo da portaria» do convento⁴⁵⁵;

Poderá ser o troço de rua posto a descoberto aquando da empreitada de requalificação do recinto. Sustentamos esta hipótese nos seguintes dados:

1. A rua é coerente com a cerca do convento, aparentando uma utilização contemporânea;
2. A disposição do empedrado pressupõe uma bifurcação no caminho;
3. O empedrado foi parcialmente destruído pela canalização de abastecimento da fonte das Três Bicas (dado aferido no acompanhamento arqueológico);
4. A atual rua foi construída no mesmo sítio da anterior, mas a uma cota superior e poderá indiciar ser esta a derradeira ocupação, uma construção do século XIX (este dado é corroborado pela existência de restos de uma habitação de fraca qualidade, da última fase habitacional do castelo – séculos XIX-XX –, associados à rua).

1803 – «Primeira Rua do Castello»⁴⁵⁶.

⁴⁴⁸ A.D.B., Convento do Castelo de Moura, maço 7, doc. 24

⁴⁴⁹ A.D.B., Convento do Castelo de Moura, maço 7, doc. 34

⁴⁵⁰ A.D.B., Convento do Castelo de Moura, maço 7, doc. 33

⁴⁵¹ A.D.B., Convento do Castelo de Moura, maço 7, doc. 35

⁴⁵² A.D.B., Convento do Castelo de Moura, maço 1, doc. 8

⁴⁵³ A.D.B., Convento do Castelo de Moura, maço 7, doc. 31

⁴⁵⁴ A.D.B., Convento do Castelo de Moura, maço 1, doc. 7

⁴⁵⁵ A.D.B., Convento do Castelo de Moura, maço 7, doc. 24

⁴⁵⁶ A.D.B., Convento do Castelo de Moura, maço 6, doc. 18

PORTAS

O castelo medieval tinha, a partir do exterior, três acessos. Todos eles estão representados nos desenhos de Duarte Darmas e devem ser contemporâneos da fortificação medieval portuguesa.

A porta principal situava-se no local onde ainda hoje se encontra o acesso ponto cardeal ao interior do castelo. Pela sua proximidade à via para Aroche e à igreja de São João Batista deve coincidir com a porta de acesso anterior à Reconquista. A estrutura existente, com um arco quebrado enquadrado por um alfiz, data do século XVI, mas a porta anterior devia ter alguma imponência. Um documento de 1435 refere «hua casa que esta na ujlla de moura dentro na cerca da dicta ujlla com a porta do ferro que partem com casas que forom de Joham Gonçalluez tabaliam e com muro e portado da ujlla»⁴⁵⁷. Trata-se da porta principal do castelo. A atual entrada está incorporada num edifício do século XVIII, sendo no entanto possível que se trate de uma estrutura anterior às últimas obras feitas no local: o arco apontado, bastante tardio e o alfiz, de tradição islâmica, não constituem, *a priori*, elementos seguros de datação. Os escudos que completam o conjunto podem ter vindo de outro local, pelo que não são determinantes, do ponto de vista cronológico. Estilisticamente, o arco parece obra de um século XVI bastante avançado (fig. II_70).

Outro acesso, que devia ser usado de forma muito limitada, fazia-se pela barbacã, na zona da muralha virada a norte. Para chegar até esta porta, a partir da entrada principal, era necessário percorrer um longo caminho. Poderia ser um espaço sobretudo usado pela guarnição do castelo.

A terceira porta, hoje desaparecida, surge designada no desenho de Duarte Darmas como «porta falsa» (fig. II_36) e era usada, em exclusivo, como acesso à alcáçova. Localizava-se perto do portão de quinta, em plena Calçada do Castelo, que apresenta a data de 1861. Esta calçada é acesso recente, certamente aberto no século XIX, após a desafateção da praça de Moura de funções militares.

ÁGUA NO CASTELO

A presença da água é um fator decisivo para as populações neste castelo, conforme anteriormente se sublinhou. Duarte Darmas tem várias referências à presença da água: menciona a existência de um poço no centro da alcáçova sobre o qual escreve «poco de mujta auga e booa», referindo ainda um outro que se encontrava no interior de uma torre «este poco he d'altura 10 varas e he fundado em cyma da tore». O poço ainda existe e está, na realidade, dentro da torre. Duarte Darmas assinala ainda o chafariz da praça (a bica de Santa Comba⁴⁵⁸), tanto na planta da alcáçova como numa das vistas.

Em 1562 refere-se a existência de um poço e de canalizações, num terreno vendido ao Convento do Castelo «foi o dito curral necesario para seruintia do dito moesteyro e logo a Senhora Dona Angela de Moura o mandou derrubar com licença [dos proprietários]». A existência de um

⁴⁵⁷ Dias, 1998: 207

⁴⁵⁸ A estrutura atual data de 1891.

poço dentro do terreno foi condicionante para o acordo de venda: «querendo elles vendedores levar agoa do dito poço para as suas cazas elles ou seus herdeyros o poderam fazer por debaixo do chão»⁴⁵⁹;

Em 1685 há a referência a canos que saiam dos terrenos do mosteiro⁴⁶⁰. Mais completo é o já citado documento de 1745 sobre a divisão das águas do castelo, que refere especificamente o seu uso na rega das hortas em volta do espaço amuralhado e o desperdício de água que, na opinião das freiras, haveria. A água servia o laranjal das almas⁴⁶¹, mas muita água se perdia («a que sobra se consome na muralha com prejuizo desta e de algumas muralhas que estão no mesmo sítio»⁴⁶²), sendo também referido que «na muralha esta hum cano aberto pello qual corrião as taes agoas que sobravão e he utilidade, nam so das suplicantes mas tambem do comum do povo». Mencionam-se ainda no mesmo texto um aqueduto e um canal que as freiras já teriam construído para encaminhar a água para a Horta da Chaminé. A água passa a ser disponibilizada, alternadamente, entre o convento e os hortelãos⁴⁶³.

Esta imensa riqueza em água tornou-se, com o correr dos anos, um evidente óbice para a arqueologia. A sucessiva abertura de poços e o traçar de novas canalizações interferiu nos níveis de ocupação, danificando-os e dificultando a leitura mas enriquecendo a perspectiva que temos sobre a intensa vida que o castelo conheceu.

Do ponto de vista arqueológico, temos identificada, na alcáçova, uma canalização medieval (aparentemente de final do século XIII ou do XIV, ainda que não seja impossível que seja posterior). A canalização, que interfere com estruturas habitacionais islâmicas, tem uma extensão total de 13,90 m (troço maior com cerca de 10 m)⁴⁶⁴ e uma largura de 0,70 m. A cobertura foi feita com lages de xisto. Um documento de 1444, citado mais acima refere «agua que saya da pipa e vinha do alcaçar do castello da dicta villa e hia regar os curraes d'arredor»⁴⁶⁵. Poderá tratar-se da estrutura que escavámos na alcáçova (figs. III_14, III_15, IV_28, IV_29 e VI_1) ou de outra do mesmo género e que captava água no ponto mais alto do castelo, onde rebentam várias nascentes.

Recentemente, no decurso de uma intervenção nas muralhas do castelo, foi detetado um troço de muralha em taipa, com cerca de 10,65 m de comprimento e uma espessura máxima preservada de 1,50 m (Anexo A – Est. F e G). Esse troço de muralha islâmica foi cortado por uma canalização, cuja datação não nos foi possível aferir. Esta última estrutura, construída em pedra, tinha um vão de escorrência de 0,65 m. O cano estava integrado numa parede de alvenaria de pedra que preenchia o rombo aberto na muralha.

⁴⁵⁹ A.D.B., Convento do Castelo de Moura, maço 1, doc. 8

⁴⁶⁰ A.D.B., Convento do Castelo de Moura, maço 7, doc. 24

⁴⁶¹ Deverá tratar-se de uma propriedade pertencente à Confraria das Almas – DO CCM???

⁴⁶² Partimos do princípio que seja uma referência à barbacã.

⁴⁶³ A.D.B., Convento do Castelo de Moura, maço 7, doc. 58

⁴⁶⁴ Troço maior orientado 45° a NE, troço menor (3,90 m) orientado 150° a SE. [UE 319]

⁴⁶⁵ A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, liv. 8, fol. 106

4.1. ARQUEOLOGIA MEDIEVAL NO CASTELO DE MOURA

A ocupação ininterrupta do sítio, ao longo de vários milénios, teve reflexos diretos na estratégia de intervenção adotada. Procurámos, assim, alargar a área de escavação, de modo a obter leituras amplas e coerentes das distintas fases de ocupação da alcáçova. O processo, iniciado com o estudo dos contextos correspondentes ao período moderno, deveria ser prolongado, com o desmonte dos sucessivos níveis até à análise do sítio nas Pré e Proto-História.

Pretendia-se com a intervenção arqueológica no Castelo de Moura esboçar, numa primeira fase, uma perspetiva diacrónica da ocupação do local entre a Idade Média e o século XX, trabalho a alargar posteriormente aos períodos romano e pré-romano. A interrupção do projeto entre 1991 e 1997 não permitiu mais do que uma primeira exploração nos últimos níveis de ocupação moderna da alcáçova. Outras opções de trabalho retardaram o recomeço das escavações até 2003.

Os trabalhos arqueológicos de 1980/81, dirigidos por Jorge Pinho Monteiro, atingiram níveis arqueológicos islâmicos (fig. IV_23). Refere, no seu relatório: «Neste corte foram identificados até ao momento 11 níveis arqueológicos, entre os quais cinco pavimentos de argamassa, todos de época moderna. Um dos pavimentos atinge a espessura de 0,18 m (nível 7). Desde o nível 3 aparecem fragmentos de «terra sigillata» e grande quantidade de cerâmicas dos séculos XV-XVI, XVII e XVIII, algumas de boa qualidade. Para baixo do nível 7 e até ao nível ladrilhado da base da sondagem, nota-se maior frequência de materiais baixo-medievais». A estratigrafia da alcáçova parece ser menos evidente do que a registada junto à torre de Salúquia. Aqui, dos 17 níveis identificados, os n.ºs 4 e 5 pertencem ao período medieval, sem que lhes seja atribuída a cronologia islâmica (fig. III_2).

O relatório de escavações menciona-os expressamente, mas sem adiantar detalhes. Os elementos gráficos disponíveis nos relatórios de escavação são insuficientes para qualquer conclusão. Levantamentos planimétricos feitos mais tarde permitiram identificar as estruturas de um compartimento e uma soleira de porta, com 1,40 m × 0,80 m (fig. III_3). A tipologia da soleira, ainda que não as suas dimensões são idênticas às de outras do mesmo período, designadamente as que foram escavadas no castelo de Mértola⁴⁶⁶. Testemunhos orais confirmaram-nos que são deste local os fragmentos de uma arqueta em osso, datável de finais do século XII ou de inícios do XIII (figs. V_72 e V_73).

As escavações arqueológicas realizadas, na alcáçova de Moura, nos anos de 1980 e 1981, estão por publicar. A necessidade de conhecer a história do castelo e a não nos limitarmos a recolhas de superfície levou-nos, em 2003, a encetar um programa de intervenções arqueológicas que tinha os seguintes objetivos:

- 1) O conhecimento da ocupação da alcáçova no período moderno;
- 2) A abertura de áreas de intervenção no centro da alcáçova, no sentido de se vir a conhecer a ocupação do sítio no período islâmico.

⁴⁶⁶ Casa II (comp. 6) – vão de 1,05 m; Casa X (salão B) – vão de 0,90 m × 0,50 m – Macias, 2005c: 79 e 110. Medidas semelhantes em Silves – Gomes, 2003: 108

As primeiras sete campanhas revelaram um importante conjunto de estruturas militares dos séculos XVII e XVIII. Optou-se, por continuar a escavação no centro da alcáçova, numa zona onde as estruturas islâmicas estariam, teoricamente, preservadas, primeiro pela existência de um laranjal no século XVI assinalado por Duarte Darmas, depois, pela pavimentação do terreiro nos séculos XVIII, altura em que aquele espaço era utilizado, segundo a planta desenhada por Miguel Luiz Jacob em 1755, como «terreno onde se fazem os exercicios e se partem os goardas» (fig I_5).

Os trabalhos permitiram, a partir de 2007, identificar um importante conjunto de estruturas, ao longo da muralha mas, sobretudo, no centro, onde se situam os níveis mais antigos que identificámos (fig. VI_2). A intensa ocupação da alcáçova – e a sobreposição de construções mais recentes às estruturas islâmicas – dificultam uma leitura global. A arqueologia restitui-nos fragmentos dispersos da realidade anterior à Reconquista. Insuficientes para uma reconstituição global do urbanismo daquela área do castelo nos séculos XII-XIII, os dados recolhidos dão indicações preciosas sobre a organização intra-muros, em especial no que se refere à arquitetura das habitações.

4.1.1. ALCÁÇOVA – SETOR SUL

Nos níveis mais antigos do setor sul da escavação da alcáçova sublinhamos, de entre todas as estruturas que foram identificadas, as seguintes:

- Um troço de uma via do final do período islâmico;
- Partes de uma habitação islâmica;
- Muros de uma construção pós-Reconquista, cuja cronologia pode ir de meados do século XIII aos inícios do século XVI (fig. III_4).

RUA

O pavimento de terra batida⁴⁶⁷, com a inclusão de pequenas pedras e cerâmica fragmentada foi identificado inicialmente com diferentes números de unidade estratigráfica: [191], [221] e [325], uma vez que não se teve, num primeiro momento de escavação, a perceção que se tratava de uma via, por estar cortada, transversalmente, por vários muros.

A rua, com uma extensão a rondar os 9 m e uma largura de 1,70 m, organizava-se no sentido noroeste-sudeste, apresentando um ligeiro desnível, de cerca de 0,27 m⁴⁶⁸. Com a Reconquista, há uma clara mutação de funções. As casas são abandonadas e a rua deixa de ter utilidade. É, nessa altura, cortada por dois muros, pertencentes a uma construção de função ainda por determinar (fig. III_2). Essa mudança no espaço da alcáçova é posterior a meados do século XIII e anterior aos inícios do século XVI. Quando Duarte Darmas desenha o interior do castelo a memória desta organização espacial já se perdera ou, pelo menos, já não se considerava digna de registo. É provável que o abandono definitivo das estruturas islâmicas, e daquelas que lhe sucederam, tenha ocorrido

⁴⁶⁷ Cota 186.03

⁴⁶⁸ As cotas do pavimento são de 185,85 [UE 325], 186,06 [UE 221] e 186,12 [UE 191]

na altura em que a alcáçova conheceu mudanças profundas, aquando da construção da torre de menagem e dos muros adjacentes.

ESTRUTURAS ISLÂMICAS NO SETOR SUL

De um lado e do outro da rua organizavam-se habitações, das quais restam apenas vestígios muito parciais (fig. III_12);

No lado nordeste, a remoção dos níveis de enchimento [203], [204] e [206]⁴⁶⁹ (fig. IV_48) permitiu que se atingisse o estrato [219]⁴⁷⁰ e que se identificasse a face de um muro em taipa [242], junto ao qual se recolheu material cerâmico de cronologia almóada (figs. V_49 a V_58). O muro corresponde ao muro limite de uma habitação, a qual não foi escavada.

A remoção de [215] e de [217] (fig. IV_49)⁴⁷¹, permitiu identificar, no lado oposto (sudoeste) da rua um pavimento [224], pertencente a um compartimento de outra casa. Delimitam ainda esse compartimento os muros [189], [214], [226] (fig. IV_51) e a vala [231], unidade estratigráfica que está relacionada com as construções pós-Reconquista. O pavimento argamassado [224] conservado neste espaço tem 2,30 m por 1,70 m (3,91 m²). No limite sudoeste do compartimento identificou-se uma soleira em tijolo [228], com um comprimento preservado de 0,80 m e com uma largura de 0,40 m, que abre para o que nos parece ser o pátio [230], com um pavimento argamassado com 1,90 m por 1,70 m (3,23 m²) – fig. IV_50.

O pavimento apresenta uma inclinação em direção a sudoeste⁴⁷². O pavimento do pátio segue a inclinação do anterior, com ponto mais elevado a nordeste⁴⁷³ e mais baixo a sudoeste⁴⁷⁴. É possível que toda esta inclinação esteja relacionada com movimentos tectónicos e/ou com o colapso de uma infraestrutura subjacente mais antiga.

Medidas das estruturas:

[189] – muro composto por pedras, apresentando vestígios pontuais de reboco: 2,60 m de comprimento por 0,75 m de largura (fig. IV_43).

[214] – muro construído em pedra com um comprimento de 2,10 m e 0,48 m de largura.

[226] – muro construído em pedra de pequena dimensão e rebocado numa das faces, possui um comprimento preservado do 0,80 m e uma largura de 0,44 m.

[227] – ombreira construída em tijolo e argamassa, com uma dimensão a rondar 0,35 m por 0,40 m.

[229] – muro construído em pedra, com um comprimento e largura preservados de 1,00 m e 0,35 m, respetivamente.

⁴⁶⁹ Cotas a variar entre 186,05 e 186,36

⁴⁷⁰ Cota 185,65

⁴⁷¹ Cotas a rondar 186

⁴⁷² Cota de 185.92 no seu ponto mais elevado e 185.82 no mais baixo

⁴⁷³ 185.74

⁴⁷⁴ 185.67

ESTRUTURAS PÓS-RECONQUISTA

Trabalhos realizados em 2007 identificaram, em níveis subjacentes aos do quartelamento dos séculos XVII e XVIII, um conjunto de estruturas orientadas no sentido nordeste-sudoeste e que não estão referenciadas nas plantas de Duarte Darmas. Essas estruturas interferem com os níveis islâmicos, cortando pavimentos e sobrepondo-se a muros (fig. IV_45). Delas fazem parte dois muros de grandes dimensões – [181], [182], [183] e [188]/[193] –, divididos em várias secções e paralelos entre si (fig. III_12). Um dado importante a ter em conta no ordenamento deste espaço é o facto do alinhamento nordeste-sudoeste seguir o das estruturas do período islâmico:

1) [183] Secção no limite sudeste do muro, com a extensão de 6,20 m e a largura de 0,70 m. Atinge uma altura máxima de 0,70 m. Do ponto de vista construtivo cabe assinalar a presença de aparelho de grandes pedras no paramento exterior e pedras mais miúdas na zona interna (fig. IV_46).

[181] Zona central da estrutura, que parece ter servido de soleira, a julgar pela presença do ponto de assentamento de um gonzo. Esta unidade separou as ue [182] e [183], mas podemos presumir a contemporaneidade de todo o conjunto. Tem um comprimento máximo de 0,90 m por uma largura de 0,68 m. Por cima desta unidade foi identificada uma pequena bolsa de terra batida [180], com um comprimento máximo de 0,85 m e uma largura máxima de 0,40 m.

[182] Extremo noroeste da estrutura, com uma dimensão a rondar os 3,25 m de comprimento e os 0,80 m de largura (fig. IV_44). Apresenta um aparelho construtivo semelhante ao muro [183] – pedras de maiores dimensões nos paramentos e de menores dimensões no interior.

2) [186] derrube do muro [182], com cotas entre 186,52 e 186,28, com um comprimento máximo de 1,60 m por uma largura máxima de 1,50 m.

Sob [186] surge um pavimento de terra batida com alguma incorporação de cal, ao qual se atribuiu a ue [191], pavimento que remontará ao período islâmico, mas que terá subsistido à transformação do espaço no período pós-Reconquista. Deverá ter sido ainda utilizado após a construção do grande muro [181]/[182]/[183]. O desgaste pelo uso foi colmatado por uma repavimentação em calçada [212] do pavimento de terra batida (fig. IV_47). Apresenta alguma inclinação (entre 186,28 e 186,10), por razões que não conseguimos determinar. Esta unidade apresenta cotas muito próximas das que, junto ao muro da alcáçova, têm uma cronologia proposta no século XVI⁴⁷⁵.

3) Muro [188]/[193] – apresenta um comprimento máximo de 9,10 m e 0,50 m de largura. A sua vala de abertura [194] interfere com os pavimentos islâmicos.

⁴⁷⁵ 185.77 – soleira da casa e 185.92 – argamassa quinhentista no centro da alcáçova.

A vala [231], na qual se implantou a estrutura [181]/[182]/[183], corta os pavimentos mais antigos [224] e [230], e a própria rua, numa extensão de 7,10 m. A data dessa estrutura é posterior à ocupação islâmica. Há três elementos a ter em linha de conta:

- Primeiro, o facto inequívoco destes muros serem posteriores ao pavimento que cortam;
- Segundo, o não ser claro se estes muros estão representados na planta de Duarte Darmas, admitindo-se, contudo, que um deles [188]/[193] possa pertencer ao muro do laranjal registado no desenho de inícios do século XVI;
- Terceiro, o facto dos muros dos séculos XVII/XVIII se sobreporem às estruturas [182] e [188], bastante afetadas por interferências recentes e cujas cotas oscilam entre 186,11 e 187,09. Podem estas, eventualmente, ter seguido um alinhamento de muros islâmicos pré-existentes, que lhes tenham servido de embasamento.

4.1.2. ALCÁÇOVA – SETOR NORTE

Uma segunda área de intervenção, focada nos níveis pré-modernos, foi desenvolvida na zona contígua ao espaço escavado nas primeiras campanhas de trabalho. A existência de espaços vazios no centro da alcáçova, a partir do século XVI, deixava antever a possibilidade de se intervir arqueologicamente numa área onde, à partida, só deveriam ser encontradas estruturas anteriores ao que Duarte Darmas registara. O solo atual está a uma cota de 187.43, as estruturas identificadas de uma casa de finais do século XII ou inícios do XIII (cf. *infra*), a uma cota de 185,91. Ou seja, seria de esperar que houvesse cerca de um metro e meio de enchimento até se chegar aos níveis islâmicos (fig. III_16).

A escavação desta casa está, de momento, limitada pelo nível de enchimento [223], a oeste, e pelas estruturas do aquartelamento dos séculos XVII e XVIII, a norte. A remoção de uma canalização do século XIX (fig. III_17) e de troços de uma pavimentação de cronologia moderna (séculos XVII-XVIII) permitiram que fosse identificado um conjunto de estruturas medievais, tanto de época islâmica, como posteriores à Reconquista, que podemos dividir em duas áreas:

- Estruturas habitacionais do período islâmico;
- Canalização medieval

CASA DO PERÍODO ISLÂMICO

A zona onde se realizou a intervenção é estruturada por um muro [241] de grandes dimensões (7,70 m de comprimento e 0,45 m de largura), orientado a noroeste/sudeste e que estrutura o espaço, criando duas áreas bem definidas. Ressalta, como elemento primordial, a coerência de orientação que se verifica entre estes muros e os que mais acima referimos. Ou seja, parece ter havido um esforço de ordenamento, que fez com que todas as habitações seguissem uma orientação semelhante, tal como poderemos constatar quanto à zona exterior da alcáçova.

A sul do muro [241], e entre este e as estruturas [264], [266] e [268] está definido um conjunto de unidades, que terão pertencido a uma só unidade habitacional e que se encontram em mau estado de conservação, devido às interferências causadas pelas ocupações seguintes, designadamente pelas que estarão relacionadas com os nivelamentos de terreno realizados para a construção do laranjal.

Aparentemente, o pavimento [272] (fig. IV_27)⁴⁷⁶ terá feito parte de uma casa, podendo ter constituído o seu espaço central. A presença da fossa [285] (fig. III_18) num pátio não é situação inédita. Deverá, contudo, ser clarificada a planimetria deste espaço habitacional, através do alargamento da área de escavação, designadamente nos seus limites nordeste e sudoeste. Por outro lado, o pavimentos [267] e [269] parecem ter-se sobreposto a [272] – área total de cerca de 9,5 m² –, pelo que a escavação em área, planeada para os próximos anos, poderá esclarecer a relação entre as diferentes fases de ocupação da casa.

Importará também aferir a relação entre este espaço central e um conjunto de outras estruturas de pequena dimensão – [265], [275], [276], [277] -, aparentemente de cronologia islâmica, mas cuja legibilidade foi sensivelmente prejudicada pela abertura da vala para instalação da canalização [278].

A norte do muro [241], constatamos a existência de dois espaços habitacionais, estando um delimitado pelo muro [243] e dele não sendo, de momento, identificável o nível de ocupação, perturbado pelas canalizações [278] e [326], subjacente às unidades [245], [308], [309] e [310]. A leitura global deste setor só será possível depois de se desmontar a estrutura [278], e através da abertura da área de intervenção, quando se remover o nível [223]. A escavação integral do enchimento [309] – relacionado com a construção da canalização [278]-[326] – poderá demonstrar-nos qual o grau de afetação dos níveis islâmicos pela construção medieval.

A segunda área habitacional inclui um conjunto de estruturas perfeitamente legíveis, e que pertencem a uma casa de pátio central. Esta tipologia de casa urbana tem vindo a ser identificada em muitas escavações arqueológicas no sul de Portugal e corresponde a um modelo muito comum nos séculos XII e XIII.

São identificáveis três compartimentos (fig. III_14):

- um salão, cujo pavimento, de argamassa de cal muito frágil [254], apresenta uma depressão assinalável no centro (desnível de cerca – 0,30 m em relação ao limite sudeste do compartimento), provavelmente causada pelo colapso de alguma estrutura hidráulica subjacente. Não são de excluir os efeitos de um dos muitos terremotos que, regularmente, assolam a região. Este salão está delimitado pelos muros [241], [243], [250] e [287] e abre para o pátio através de uma porta, da qual se identificou a soleira [251], com um vão de 0,85 m. No interior do salão inscreve-se uma alcova, cujos muros externos – [243], [241], [250] – envolvem um murete de sustentação – [248], [258], [249] -, onde assentava um estrado. O pavimento da alcova [257], com 1,35 m por 0,70 m, tem uma área aproximada de 0,90 m² (fig. IV_25).

⁴⁷⁶ Cota 184,71

- parte de um pátio central, pavimentado com tijoleiras – [283], com uma área identificada de 1,80 m² (1,40 m por 1,30 m)⁴⁷⁷ -, parte das quais foram removidas na época em que a habitação foi abandonada. Os ladrilhos medem, como é comum nestas circunstâncias, 0,30 m por 0,15 m e estão dispostos de forma cuidada (fig. IV_24).
- do pátio tinha-se acesso a outro compartimento, também parcialmente escavado. Delimitado pelos muros [246], [250] e [241] dele se conserva apenas parte da soleira, em tijolo, de ligação ao pátio [262]. O pavimento deste espaço foi também removido, conservando-se apenas os níveis de assentamento subjacentes (fig. IV_26)⁴⁷⁸. A reutilização de materiais, retirados às casas que deixavam de ter uso, era regra, chegando a deixar-se testemunho escrito desse facto. Nos inícios do século XIV, os povoadores da região de Sevilha iam buscar «ladriello e ripio» a alcarias abandonadas, para a construção da suas casas⁴⁷⁹.

Três factos, que nos ajudam a interpretar o sítio, devem ser assinalados:

- a) As cotas destas estruturas, que são semelhantes entre si. Devem ser sublinhados os sucessivos enchimentos/nivelamentos que a alcáçova conheceu, o que faz com que a proximidade entre cotas seja, também, sinónimo de coerência cronológica.
- b) A orientação destas estruturas, organizadas em eixos alinhados no sentido noroeste-sudeste, deixa supôr a existência de um ordenamento do espaço da alcáçova, que seria reformatado depois da construção da torre de menagem.
- c) A coerência cronológica dos materiais cerâmicos, maioritariamente situados em torno dos séculos XII/XIII, e que, no essencial, não diferem da maior parte dos contextos urbanos do final do período islâmico no Ğarb al-Andalus.

CANALIZAÇÃO MEDIEVAL

A canalização é uma construção tardia (fig. III_15), posterior à Reconquista, e numa altura em que esta área perdeu as funções habitacionais que antes detinha, passando a ter outro tipo de uso. Trata-se de uma estrutura de captação e distribuição de água, construída com lajes de xisto, grauaque e calcário de média e grande dimensão que rasga os muros do período islâmico. Tem um veio principal [278], com um comprimento de 10 m, ao qual se liga um cano secundário [326], com 3,80 m (fig. IV_31). A largura da estrutura é de 0,65 m, não estando ainda definidos o seu comprimento total ou o seu traçado. O desnível que apresenta, na zona escavada, é considerável: 185,84, na zona mais alta, e 184,73, na mais baixa. Assinale-se a coerência com os pavimentos do século XVI [322], no extremo sudoeste desta área escavada, com uma cota média a rondar os 185,77, e com o pavimento [317], para o qual propomos uma cronologia provável em torno dos séculos XV/XVI, e com uma cota a rondar os 185,95.

⁴⁷⁷ Cota 185,25

⁴⁷⁸ UE 263; cota mínima de escavação – 185,05.

⁴⁷⁹ González Jiménez, 1990: 114

Facto interessante a registar nas estruturas islâmicas é a ligeira subida de cota em direção a sul:

Soleira (1,40 m × 0,80 m) da casa escavada por Jorge P. Monteiro – 184,28

Pátio da casa almóada [283] – 185,25

Pavimento do compartimento almóada [224] – 185,91

O limite sudoeste da fortificação deveria, em época islâmica, ser o seu ponto mais elevado. As ocupações posteriores tornaram menos evidente esse facto, mas a organização das estruturas e pavimentos, em «degraus» sucessivos, dão nota de um ordenamento que data, pelo menos, da época almóada.

A Reconquista modificou funções e introduziu novos esquemas organizativos no interior do castelo, mas não alterou significativamente a forma como o espaço era percecionado e organizado (fig. IV_30). Em vez de se fazer tábua rasa de pré-existências ou de se alterar o urbanismo dando-lhe nova organização, a opção que se tomou foi a de aproveitar o que existia. A orientação dos muros é seguida de forma estrita, numa lógica de *permanência topográfica*. Isso é visível na orientação do muro [183], paralelo ao [214], de cronologia islâmica.

Assim sendo, parece admissível que a sua datação oscile entre a segunda metade do século XIII e inícios do século XVI. O afinamento cronológico desta proposta depende, em grande medida do alargamento da área de escavação.

Ou seja, quando Duarte Darmas regista o interior do castelo há uma realidade anterior cuja memória se perdera, ao ponto da zona central da alcáçova ter sido ocupada por um laranjal, cujas árvores eram, se o desenho era fiável à realidade, de razoável porte e se podiam ver de fora da fortificação.

4.1.3. ESTRUTURAS URBANAS NO EXTERIOR DA ALCÁÇOVA

Trabalhos arqueológicos de acompanhamento à construção de um edifício de receção aos turistas (figs. IV_52 a 54), no exterior da alcáçova, levaram, em 2011, à identificação de um importante conjunto de elementos urbanísticos e arquitetónicos. A extensão das estruturas postas a descoberto, em bom estado de conservação, e a presença de duas peças de epigrafia, levaram à concretização de um extenso programa de monitorização das obras do novo imóvel, que passou pela valorização dos vestígios arqueológicos. Optou-se por um alargamento da área de escavação, que veio a implicar a alteração ao projeto inicial e a inclusão da área arqueológica no perímetro do edifício.

As intervenções de acompanhamento das obras de reabilitação do castelo, levadas a cabo entre 2002 e 2004, não revelaram estruturas dignas de especial nota. Sucessivas construções, empreendidas ao longo de muitos séculos, e extensos trabalhos de terraplanagem, tiveram como resultado a destruição de parte significativa dos níveis de ocupação anteriores ao século XIX. Tendo em conta essa experiência anterior, a identificação de estruturas do período medieval em razoável quantidade, e com qualidade construtiva, não deixou de ser uma surpresa. O terreno onde a obra

do edifício estava prevista foi ocupado, até há cerca de uma década, por uma horta (fig. I_12), o que terá protegido estruturas mais antigas. Optou-se, assim, por uma intervenção em área (380 m²), preservando, na medida do possível, as estruturas mais significativas de cada período. A coerência cronológica dos edifícios escavados levou-nos a interromper a intervenção nos níveis de ocupação islâmica. A imagem final obtida é, necessariamente, parcelar, mas fornece elementos de interesse para a compreensão desta área do castelo entre os séculos XIII e XVIII.

Traçaremos um percurso que se ocupa apenas dos elementos explicativos que reputamos de essenciais (estruturas identificadas no Anexo A – Est. E), divididos cronologicamente:

- Urbanismo e arquitetura do período islâmico;
- Igreja primitiva (sacralização do espaço no período pós-Reconquista);
- A segunda igreja;
- Estruturas seiscentistas e setecentistas;

URBANISMO E ARQUITETURA DO PERÍODO ISLÂMICO

Os trabalhos arqueológicos tiveram início ao ser detetada uma ara funerária, cuja posição vertical apontava para a inclusão numa estrutura arquitetónica. Com efeito, a ara, datável na primeira metade do século I, encontrava-se na esquina de um edifício, cujos muros se associam a uma via (fig. IV_69).

A rua foi identificada, em três troços (figs. IV_60 e VI_3), numa extensão de 18,70 m⁴⁸⁰, e tem uma largura que vai de 1,60 m a 2,20 m⁴⁸¹. A orientação, sudoeste-nordeste e noroeste-sudeste, é semelhante à que encontramos dentro da alcáçova. As cotas são também similares, o que leva a pensar na execução de um plano, grosseiramente ortogonal e executado num prazo que não terá sido muito longo. No extremo sudoeste, a rua apresenta um ressalto⁴⁸², parecendo – futuras escavações o poderão confirmar – que a via estava organizada em patamares. Essa hipótese parece-nos reforçada com o aparecimento do que aparenta ser mais um troço de rua, ao qual atribuímos a unidade [341], com cotas a rondar 186,25. O piso, de terra batida e compactada com pedras de pequena e média dimensão e fragmentos de cerâmica, fundamentalmente de construção, tem um perfil do mesmo tipo do que se identificou na alcáçova e do que existe no bairro islâmico de Mértola⁴⁸³: terra batida, misturada com pedras e pequenos fragmentos de tijolos. Por debaixo deste pavimento havia uma extensa camada de incêndio ou queimada [285] cuja datação aponta para a segunda metade do século XII ou para a primeira metade do século XIII⁴⁸⁴.

⁴⁸⁰ Troços de 8,60 m, 5,50 m e 4,60 m

⁴⁸¹ Cotas entre 185,36 e 185,61

⁴⁸² Cota – 185,89

⁴⁸³ Macias, 2005b: 214-215

⁴⁸⁴ Para 2 sigma: 1148-1260 cal AD (0,80719) – Sac-2829. As cotas do nível de incêndio oscilam entre 184,99 e 185,29 e aparecem tanto junto à ara como sobre uma argamassagem grosseira, aparentando ser um remate, junto ao muro [216].

A ara, que antes se mencionou⁴⁸⁵, faz parte de um edifício, de funções ainda por determinar. Integra um muro [50], que se estende para noroeste (fig. IV_59). A outra parede que se identificou [289] neste edifício prolonga-se para sudeste, mas não está ainda escavada. Tratava-se do muro exterior do imóvel, que acompanhava o traçado da rua. Pode discutir-se se a presença de uma peça romana de aparato era uma forma de *nobilitar* o edifício ou, até, se poderemos estar ante os restos de uma construção importante no seio da Moura islâmica. Podemos também alvitrar, mas não mais que isso, a possibilidade de estarmos ante os vestígios da mesquita da cidade, para a qual já admitimos outra localização, não muito distante desta⁴⁸⁶. Vão em favor desta hipótese três fatores:

- 1) A anterioridade do muro em relação à rua. Aparentemente, os muros [50] e [289] já existiriam antes da via de circulação – o que explica também a implantação da ara muito abaixo do pavimento –, deixando antever a presença de uma construção de alguma importância.
- 2) A proximidade ao local onde se encontra a lápide comemorativa da construção do minarete da mesquita de Moura;
- 3) Acessoriamente, a orientação do muro [216]-[98], que se encontra 130° a sudeste, o que é compatível com uma *qibla*.

São, contudo, dados apenas indicativos e que carecerão de uma intervenção mais aprofundada para posterior validação.

O limite sudeste da rua é, em grande parte, contemporâneo da pavimentação. O alinhamento dos muros [48] e [94], resumindo-se estes hoje a uma ou duas fiadas de pedra, é coerente com a via. Integram ainda essa ocupação uma porta [95] – mais tarde entaipada – e uma fossa [99], associada a uma canalização [88] com telhas de meia-cana, encaixadas umas nas outras (figs. IV_56 e IV_58).

A porta entaipada apresenta um vão de 0,95 m, o qual se inscreve num muro de 0,50 m de espessura. O interior do que foi a habitação desapareceu, fruto de intervenções posteriores. Sucessivas construções e a procura de água destruíram a maior parte das estruturas que pudessem estar associadas à ocupação almóada.

Parece lógico que o nível dos pavimentos da casa ficasse a uma cota superior à da rua, conforme parece apontar o arranque do esgoto, que conduz à fossa, situada em plena rua. A fossa, situada junto ao muro da casa, tem um diâmetro de 0,70 m e uma profundidade de 0,90 m⁴⁸⁷. Corresponde a um conjunto estruturado de pedras de média e grande dimensão, que apresenta uma forma aproximadamente retangular.

No limite norte da escavação foi identificada uma estrutura [216] construída com blocos de calcário de média dimensão, argamassados. Na extremidade sudeste, a estrutura era rematada por duas pedras calcárias afeiçãoadas. Como particularidade, no seu aparelho estava, à semelhança do muro [50], de um fragmento de ara reutilizado (Anexo A – Est. A) – cota 185,77.

⁴⁸⁵ A base da ara está cotada a 184.44.

⁴⁸⁶ Macias, 1993: 131

⁴⁸⁷ Profundidade atingida em 27 de junho de 2012.

Esta estrutura, para a qual propomos, com reservas, que se possa tratar da base do minarete, apresenta um comprimento de 3,98 m e uma largura de 0,70 m, tendo uma altura preservada de 0,45 m. A dimensão desta estrutura, as características portantes do muro, a orientação e, sobretudo, a localização parecem conferir sentido à proposta. Se estabelecermos um ratio em torno de 1:5 (largura/altura), teríamos uma torre que atingiria perto de 20 m.

A IGREJA PRIMITIVA E A SACRALIZAÇÃO DO ESPAÇO NO PERÍODO PÓS-RECONQUISTA

Desconhecemos, em detalhe, a dinâmica que este espaço conheceu a seguir à conquista da cidade, ainda antes de meados do século XIII. É provável que, no centro da zona alta da cidade, tenha sido criado um espaço religioso cristão, construído de raiz ou adaptado a partir da mesquita. É o que se infere da instalação de uma zona mortuária (fig. VI_4), perfeitamente organizada e com as inumações seguindo uma orientação canónica. A primeira fase deste cemitério data da segunda metade do século XIII. As sepulturas foram abertas no pavimento da rua (fig. IV_57)⁴⁸⁸, tal como pudémos observar no bairro almóada de Mértola⁴⁸⁹. A data das sepulturas (3, 4 e 5 – v. Anexo A – Est. M e N) é coerente com esta hipótese de uma ocupação numa primeira fase. Esta necrópole terá tido curta existência. As sepulturas são anteriores a qualquer edifício cristão. O espaço sepulcral ocupou, numa primeira fase, pré-existências islâmicas, nomeadamente a rua e uma outra estrutura, cuja função não nos foi possível aferir (habitação? dependência da mesquita?). Isso é perceptível no enterramento 1 que, para se concertizar, obrigou ao corte de um pavimento pré-existente [35] / [36] – fig. IV_61. As sepulturas 1 (Anexo A – Est. K) e 3 são de meados do século XIII, ou pouco posteriores a essa data, e uma vez que a reconquista de Moura data de 1232.

SEP 1 (fig. IV_61 e Est. K) – Sac 2797 – 1182-1283 em 2 sigma (1,)

SEP 2 (fig. IV_62 e Est. L) – Sac 2798 – 1306-1371 em 2 sigma (0,525889); 1379-1432 (0,474111)

SEP 3 – Sac 2719 – 1155-1277 em 2 sigma (0,986605)

Dos que ali foram inumados temos poucas informações. Uma das menos vulgares reporta-se ao tipo de dieta que praticavam, que parece sugerir como local de habitação uma orla costeira: «os resultados referentes às composições isotópicas em carbono e azoto e que nos poderão dar informações sobre a dieta dos indivíduos são muito interessantes: Sep. 1 (delta 13C= -18,7 por mil / delta 15N=10,8 por mil); Sep. 2 (delta 13C= -19,3 por mil / delta 15N=10,5 por mil). Estes valores sugerem uma dieta em que os organismos marinhos (peixes, moluscos) entraram numa proporção não desprezável (26 % para o primeiro e 21 % para o segundo)⁴⁹⁰.

⁴⁸⁸ Cerca de uma dezena neste setor da escavação.

⁴⁸⁹ Macias, 2005a: 368 e Macias, 2005b: 217 (fig. 3.76)

⁴⁹⁰ António Manuel Monge Soares – mail de 14.09.2012

Da investigação conduzida por Teresa Carmo sublinhamos os seguintes factos:

- Identificação de 88 esqueletos (34 adultos e 54 não adultos) provenientes das 45 sepulturas intervencionadas e 95 indivíduos identificados nos quatro ossários;
- Enterramentos maioritariamente individuais e primários (n=31);
- A cronologia do local foi determinada a partir das análises de radiocarbono e pelos numismas recolhidos (ceitis de D. Afonso V), o que aponta para uma ocupação entre os séculos XIII e XV;
- Os dados referentes à idade dos inumados são menos seguros, assim como se revelam pouco abundantes os elementos referentes à estatura dos indivíduos cujo sexo foi possível determinar: entre 1,52 m e 1,73 m para os doze elementos masculinos e entre 1,47 m e 1,61 m no caso dos três femininos⁴⁹¹;

Pouco depois do início da utilização deste espaço como área funerária, foi erigida no local uma capela, que pensamos corresponder à igreja de Santiago da documentação escrita. A capela é uma estrutura quadrangular, medindo 6 m por 6 m (medidas interiores: 4,55 m por 4,55 m) e abrindo ao exterior através do muro sudoeste, através de um largo vão, de 3,25 m. Os muros noroeste e nordeste estão intactos. O muro sudeste foi parcialmente destruído pela abertura de um ossário⁴⁹². A entrada na capela ocupava quase toda a fachada sudoeste, o que nos leva a pensar que o espaço não teria porta, estando aberto de forma permanente. A norte e a sul conservam-se ainda os embasamentos em mármore (medindo um 0,60 m por 0,80 m⁴⁹³ e o outro 0,65 m por 0,77 m⁴⁹⁴), que marcavam os pontos de arranque do arco de abertura ao exterior. Sobriedade e despojamento marcam o interior da pequena capela. Quase todo o espaço disponível é ocupado por um altar, com dois degraus nas faces norte, sul e oeste. O altar mede 3,15 m por 3,05 m na parte inferior e 2,50 por 2,65 na superior. Foi construído com blocos de calcário da região, talhados de forma regular (os retangulares medem 0,50 m por 0,25 m, ao passo que os quadrados têm 0,53 m por 0,50 m, alternando entre si). No lado oriental, o altar não tem o degrau inferior. O afastamento do altar em relação aos muros do edifício é de cerca de 0,65 m nas laterais, de 0,70 m no limite traseiro e de 0,80 m perto da entrada. Significa isto que o altar não está centrado, sendo o afastamento em relação à porta de entrada explicável pela necessidade de facilitar o acesso. Trata-se, portanto, de uma estrutura construída de uma só vez, e cuja coerência/simetria com o resto do edifício é total. A espessura dos muros, 0,85 m, adequa-se à existência de uma cobertura de alguma importância, ainda que não necessariamente de uma abóbada.

O degrau superior do altar virado à entrada da igreja apresenta-se enegrecido (fig. IV_65), com marcas de fogo, em especial na zona central. Pensamos que tal se deva à colocação de velas, ali postas pelos devotos de Santiago.

⁴⁹¹ Carmo, 2013: 137-138

⁴⁹² Ossário 6: Sac 2830 – 1487-1603 em 2 sigma (0,669412).

⁴⁹³ Cota – 185.54

⁴⁹⁴ Cota – 185.59

Do mesmo complexo religioso faziam parte outras estruturas, designadamente os muros dos anexos (fig. IV_62), de funcionalidade ainda não especificada. Sabemos que são posteriores aos enterramentos primitivos que, por vezes, cortam parcialmente (sep. 1 e sep. 2). As estruturas desta área sul da igreja são delineadas sem ter em conta as pré-existências. Tanto os muros do período islâmico como os enterramentos posteriores à Reconquista são ignorados. Apesar dessa «desvalorização» dos antigos enterramentos, a função funerária daquele espaço seria mantida. Ao longo da cabeceira da capela, e do seu muro norte, dispunham-se, de forma metódica, mais enterramentos. Os da cabeceira estavam colocados com tal cuidado que o crânio tocava a parede da igreja (fig. IV_67), de modo a garantir a proteção divina. Esta prática antiga não perdera ainda a sua força. A pertença à comunidade cristã não bastava. Os outros enterramentos, junto ao muro lateral, estavam também muito perto da parede do edifício (fig. IV_68).

No exterior do edifício, e a ocidente da entrada, havia mais enterramentos. Destacam-se duas tampas de sepultura em mármore – 2,25 m × 0,64 m [276] e 1,60 m × 0,53 m [275] (fig. IV_66) –, pertencentes à segunda fase da igreja: estão em relação com o pavimento [124] da segunda fase e não com o da primeira [240] – fig. VI_3.

Esta manutenção das funções funerárias revelou-se de grande importância para a data do edifício. O espólio osteológico e, ocasionalmente, numismas associados aos enterramentos permitem esboçar uma proposta de datação para o edifício.

Sabemos, em concreto, que:

- 1) O edifício deverá ser posterior à primeira metade do século XIV: a sepultura 2, com datação 1306-1371, é cortada pelo muro [23].
- 2) O edifício é anterior a 1428, data limite fornecida por uma análise de radiocarbono⁴⁹⁵.
- 3) Registe-se ainda, nas sepulturas 28, 29 e 33, a presença de numismas⁴⁹⁶. Não sendo, no que ao edifício concerne, um elemento de datação absoluta, fornecem antes um indicador para a atribuição de uma cronologia.
- 4) Um enterramento [282], pertencente ao ossário 6, que rompeu o muro sul da capela, deverá enquadrar-se no século XVI⁴⁹⁷.

Considerados os elementos que acabamos de mencionar, parece-nos de toda a lógica a atribuição de uma cronologia situada em torno de meados do século XIV para esta pequena igreja de Santiago (v. Anexo A – Est. H).

⁴⁹⁵ Osso recolhido na unidade [255], subjacente ao altar, e que forneceu o seguinte intervalo, para 2 sigma: 1273-1428 (1) – Sac-2828.

⁴⁹⁶ Ceitis de D. Afonso V (1438-1481)

⁴⁹⁷ A datação dos ossos forneceu o seguinte intervalo, para 2 sigma: 1487-1603 (0,669412); 1608-1664 (0,327619) – Sac-2830.

A SEGUNDA IGREJA

A igreja primitiva foi acrescentada, provavelmente em meados do século XV. Socorremo-nos dos elementos de datação avançados mais acima. Não são claros os motivos que presidiram à decisão de modificar o espaço da igreja. Do ponto de vista físico, houve alterações que a escavação identificou e que podemos sintetizar do seguinte modo:

- 1) Alteamento da estrutura da igreja;
- 2) Nova pavimentação da igreja, feita com uma argamassa de cal, colocada de tal modo que cobriu o altar anterior. O pavimento [240] da primeira fase da igreja apresenta uma cota de 185,25. O pavimento [124] da segunda fase da igreja tem uma cota de 185,75. A compactação entre a primeira e a segunda fases [221] tem uma cota intermédia, 185,50 (fig. IV_64);
- 3) Instalação de um novo altar, construído de forma muito sumária (fig. III_21). O altar tem, na área preservada, 1,80 m por 1,30 m (2,34 m²). A espessura dos muros varia entre 0,30 m na lateral e 0,50 m na parte central. Uma moeda encontrada no altar, no interface de [9] com [244] – fig. IV_63 – apresenta uma cronologia em torno de meados do século XIV⁴⁹⁸, o que é incompatível com a leitura arqueológica e arquitetónica das estruturas. A unidade estratigráfica [9] corresponde a um grande depósito com entulhos de diferentes estruturas e com graus de afetação diversos.

Numa passagem do testamento de Ângela de Moura, cuja atualização data de 1580, lê-se: «assim em hum altar desta propria igreja de Nossa Snr^a. do Castello pus hum Retabollo de Santiago»⁴⁹⁹. Poderia tratar-se de uma encomenda recente, mas tendo em conta a proximidade geográfica da pequena igreja, parece mais provável a mudança de local de uma pintura já existente. D. Ângela de Moura terá atuado no sentido de valorizar o seu convento, concentrando nela a atividade religiosa, do mesmo modo que concentrara antes os bens fundiários. Embora sem possibilidade de confirmação, parece-nos sustentável a hipótese de um abandono da igreja de Santiago na segunda metade do século XVI, eventualmente em torno de 1580.

A igreja de Santiago ainda existe em 1563, sendo mencionada em confrontações, numa venda de terreno⁵⁰⁰. No mesmo documento menciona-se, e ao referir a igreja, que «parte de hua parte com a mesma casa de Santiago e parte com casas de don'Isabell de Sequeira e com forro que foj de Simão Coreya». Fica-se com a ideia de haver um conjunto de anexos, contíguos à igreja. Os compartimentos anexos ao edifício, e que não fizeram parte da construção primitiva permitem avançar a seguinte proposta de datação:

⁴⁹⁸ Dinheiro de D. Afonso IV (1325-1357) – cota 185,79.

⁴⁹⁹ A.D.B., Convento do Castelo de Moura, maço 7, doc. 72

⁵⁰⁰ A.D.B., Convento do Castelo de Moura, maço 1, doc. 7. A memória do local persiste no século XVIII – Cabral, 1991: 5

Edifício inicial – meados do século XIV

Segunda fase – finais do século XV/inícios do século XVI

Abandono – segunda metade do século XVI (?)

SÍNTESE DA OCUPAÇÃO MEDIEVAL A PARTIR DA ARQUEOLOGIA

As intervenções realizadas permitiram definir um conjunto de cinco grandes ocupações, balizadas entre finais do século XI-meados do século XII e meados do século XVI:

1) Admitimos que possam ter pertencido ao minarete o muro [216], as escadas [320] e o muro de acesso à zona do poço [352], numa primeira fase / [319], numa segunda fase, aquando das sucessivas repavimentações. Os carvões [285]⁵⁰¹ recuperados sobre a unidade [260], que acima referimos, pertencem à derradeira fase da ocupação islâmica. A camada inferior – a rua [260] – encosta à estrutura [216], que lhe é anterior⁵⁰². Não nos é possível determinar com exatidão a data deste muro, que é, em todo o caso, anterior a meados do século XII (Anexo A – Est. D).

2) Com o abandono das estruturas habitacionais e com a adaptação dos espaços existentes a funções exclusivamente religiosas tem lugar, num momento de transição, a preparação do terreno que irá ser usado como cemitério.

Num segundo momento, instala-se o cemitério e começa a funcionar, nas estruturas islâmicas confinantes com a rua, na sua segunda pavimentação [49], uma pequena igreja.

Datam desse período os enterramentos mais antigos, designadamente as que mencionámos como sepulturas 1 e 3 (cf. *supra*)⁵⁰³.

3) Em meados do século XIV, teve lugar a construção de uma igreja de raiz, de que fazem parte as unidades estratigráficas [220] (degrau superior), [238] (degrau inferior), [240] (pavimento), [270], [287] e [288]. Data desse período a terceira pavimentação da rua [127]. As sepulturas escavadas junto ao muro noroeste da igreja estão associadas a numismas de meados do século XV, que funcionam como baliza cronológica para esta ocupação⁵⁰⁴ (Anexo A – Est. H).

4) No decurso do século XV, provavelmente a meio da centúria, procede-se a uma remodelação, que abrange parte substancial da área escavada. A igreja é ampliada. Os muros são acrescentados na vertical. Os alinhamentos são respeitados, mas a fábrica é diferente. Apesar de se tratar da mesma técnica – pedra argamassada -, são visíveis, a olho nu, as diferenças entre as épocas de construção⁵⁰⁵. Pertencem a esta fase as estruturas [115], [124], [125], [126], [219] e [239]⁵⁰⁶.

⁵⁰¹ Datações – 1155-1223 (1 sigma) e 1148-1260 (2 sigma)

⁵⁰² Cotas: [216] – 185,86 (topo); [320] – 185,60 (degrau de cima) / 185,05 (degrau de baixo); [352] – 185,16; [319] – 185,78; [260] – 185,29, junto à [216]; [285] – cotas a oscilar entre os 185,29 e os 185,32.

⁵⁰³ Cotas: [49] – 185,36; [50] – 185,50; [289] – 185,32; sep. 1 [38]/[178] – 184,98; sep. 3 [52]/[180] – 185,34.

⁵⁰⁴ Cotas: [127] – 185,60; [220] – 185,66/185,86; [238] – 185,49/185,72; [240] – 185,20; [270] – 185,36; [287] – 185,65; [288] – 185,80; sep. 49 [256]/[257]: ceitel de D. Afonso V – 186,63; sep. 29 [170]/[171]: ceitel de D. Afonso V – 186,56; sep. 26 [162]/[163]: ceitel de D. Afonso V – 186,42.

⁵⁰⁵ Cotas dos muros: 1.ª fase [270] – 185,36 / 2.ª fase [126] – 186,35; 1.ª fase [287] – 185,65 / 2.ª fase [125] – 186,40 / 1.ª fase [288] – 185,80 / 2.ª fase [115] – 186,66

⁵⁰⁶ Pilar associado à ampliação da igreja.

Procede-se então a um novo enchimento [105], que define uma nova pavimentação [318], que passa a ser o novo piso do cemitério (v. Anexo A – Est. I e J).

As sepulturas de maior aparato [275] e [276], pertencem a esta fase, época em que o campo mortuário parece assumir maiores proporções. Trata-se de um mera suposição, uma vez que as sepulturas detetadas nesta área não foram levantadas, o que não permite aquilatar da presença de um cemitério mais antigo, subjacente a este⁵⁰⁷.

5) Em meados do século XVI, e em fase coincidente com a instalação do convento, a igreja é abandonada. Dos séculos seguintes, XVII e XVIII, são visíveis vestígios de construções que parecem estar relacionados com uso castrense do espaço, nomeadamente uma calçada [236], com a cota a rondar 187,10 e 10 metros de comprimento e 3,80 metros de largura visível. A calçada ocupa, de momento, uma área de 38 m².

⁵⁰⁷ Cotas: [115] – 186,66; [124] – 185,80; [125] – 186,40; [126] – 186,35; [219] – 185,87; [239] – 186,45, pilar no enfiamento de [115]/186,08; [105] – grande enchimento com cotas a variar entre 185,68 e 186,83; [318] – 185,67

5 A ALCÁÇOVA DE MOURA A PARTIR DA RESTAURAÇÃO

Na planta de Nicolau de Langres, desenhada pouco depois de 1650, vê-se uma extensa linha pontuada envolvendo toda a cidade (fig. I_4). Não sabemos exatamente a que corresponde, se a uma sumária linha de proteção, feita após os primeiros embates com os castelhanos, se a uma fortificação mais antiga. Trata-se de uma obra de defesa que conjuga os baluartes redondos e os cubelos, da tradição construtiva medieval, com bastiões triangulares algo arcaicos, com baluartes ditos «clássicos» da arquitetura militar moderna, ou seja, com duas faces e dois flancos. Percebe-se que foi intenção do arquiteto rodear completamente a cidade, não sacrificando nem as casas de habitação dos seus extremos nem das extensas zonas de hortas, na área leste da cidade. A inclusão de um moderno baluarte na planta só pode ser explicada pelas deficientes condições de defesa que o sul da cidade apresenta e pela aplicação de artilharia na sua defesa. É de qualquer maneira de sublinhar que o restante amuralhamento não estava de forma alguma preparado para resistir a um ataque com armas de fogo, o que nos leva a supor uma tradição construtiva ainda demasiado ligada a alguns cânones medievais e que só após a Guerra da Restauração viria a ser substituída pelas novas fortificações.

Não temos forma de saber se é a essa linha de muralhas que se reporta a menção a Adão Dias, pedreiro, que, em 1556, recebe 12000 réis por ano «emquanto teuer carregio de mestre das obras dos muros e fortaleza da villa de Moura », intervenção mandada fazer pelo infante D. Luís, irmão de D. João III e custeada pela Coroa, através do provedor das obras da comarca de Beja⁵⁰⁸. O que podemos garantir é que, antes de meados do século XVI, o castelo já se revelava desajustado para as necessidades de defesa da cidade, como vimos antes⁵⁰⁹.

A evolução da Guerra da Restauração, bem como o palco das principais batalhas (o Alto Alentejo), indicam de forma clara o início da decadência da importância militar da margem esquerda do Guadiana, que na Idade Média desempenhara papel de certo relevo. Na zona de Moura, a primeira intervenção no âmbito da arquitetura militar neste período data de 1645 e diz respeito a uma ordem dada a João Cosmader para que povoasse e fortificasse a aldeia de Santo Aleixo, situada a cerca de 20 km a leste de Moura, de forma que esta povoação servisse de ante-paro à praça de Moura⁵¹⁰.

Moura não terá, no entanto, sofrido durante os primeiros anos da Guerra da Restauração obras na sua fortificação. Estas terão apenas sido iniciadas em 1657, quando o conflito parecia eternizar-se e as muralhas medievais se mostravam ineficazes para a defesa da cidade. Uma economia de sobrevivência parece ter desempenhado papel no espaço intra-muros. O rei determinava, em 1641, que se fizessem, ainda que de forma temporária, atafonas: «Sua Magestade mandou que no Castelo de Moura se fizesse atafonas e pera esse efeito mandei tomar as ditas cazas onde se fazem as atafonas»⁵¹¹.

Em Janeiro de 1655, André de Albuquerque, que governava as armas do Alentejo, ordenara a Nicolau de Langres que estudasse a forma de fazer em Moura uma nova fortificação. Nicolau de

⁵⁰⁸ A.N.T.T., Chancelaria de D. Sebastião e de D. Henrique, liv. 4, fol. 41 – Anexo D (doc. 2)

⁵⁰⁹ Texto acima citado – A.H.M.M., Tombo da Vila de Moura, II, fol.119 v.

⁵¹⁰ Sepúlveda, 1923: 48 e 73

⁵¹¹ A.D.B., Convento do Castelo de Moura, maço 1, doc. 7

Langres trabalha em Moura no Verão de 1657⁵¹², de forma quase simultânea com outro arquiteto francês, Carlos Lassart⁵¹³.

O ponto de discussão em torno das fortificações parecia então concentrar-se na necessidade de derrubar grande parte dos bairros limítrofes da cidade para se poderem construir as novas muralhas, a edificar segundo os cânones da moderna arquitetura militar. Tais obras operaram, como é natural, consideráveis alterações na malha urbana da cidade, à semelhança do que aconteceu um pouco por toda a parte na mesma época. Embora o projeto inicial de Nicolau de Langres não tenha sido cumprido na totalidade – de forma a evitar a massiva destruição de casas que o plano original preconizava – as demolições foram, ainda assim, significativas: «para se dar a primeira forma à nova fortificação que se intentava fazer para defesa da praça, para ficar o cinto mais cingido e defensável, se demoliram 600 moradas de casas, muitos lagares de azeite e hortas»⁵¹⁴.

Sabemos ainda que na segunda metade do século XVII um grande número de mestres construtores trabalha em Moura ou é responsável direto pelas obras na praça: Pierre de Sainte Colombe em 1658 e 1660⁵¹⁵, João de Selincourt Sacquerpe em 1662⁵¹⁶, André Fialho em 1664 e Sebastião da Silva em 1665⁵¹⁷, Francisco Pimentel em 1689⁵¹⁸ e Pedro Correia Rebelo em 1692⁵¹⁹.

A construção das novas muralhas, iniciada em 1657 e terminada, em traços gerais, por volta de 1660, era constituída por um conjunto de estruturas que incluíam cinco baluartes, três meios-baluartes⁵²⁰, cortinas, quatro portas e obras exteriores, tais como oito revelins, contra-escarpa, estrada coberta e esplanada.

Povoação de difícil conquista na Idade Média, dadas as privilegiadas condições desfrutadas pela acrópole, tornou-se, porém, extremamente vulnerável com o crescimento dos arrabaldes – em especial no século XV – e, sobretudo, com o aparecimento da artilharia no cerco às povoações. Na construção das novas muralhas os engenheiros tiveram de entrar em linha de conta com estes condicionalismos, como veremos adiante, mas não conseguiram resolver as dificuldades criadas pela implantação topográfica dos novos bairros da cidade. Podemos ler num relatório do final do século XVIII: «esta praça pela sua posição tem defeitos irremediáveis porque da parte do nascente pelo meio dia até ao poente he comandada debaixo do ponto em branco d'artilharia»⁵²¹. Esse facto tornava boa parte dos bairros de Moura alvo fácil para peças de artilharia, desde as mais ligeiras – com um alcance entre 400 e 500 metros – às mais pesadas, que atingiam os 700 metros de distância⁵²². A construção de obras exteriores, como o forte de Pedro Massa, situado a oeste da for-

⁵¹² Mattos, 1941: 59 e 100

⁵¹³ Sepúlveda, 1926: 306 e 325-326 – Anexo D (doc. 3)

⁵¹⁴ Cabral, 1991: 6

⁵¹⁵ Sepúlveda, 1929: 85 e 93-94 – Anexo D (doc. 4)

⁵¹⁶ Sepúlveda, 1902: 73-74 – Anexo D (docs. 5 e 6)

⁵¹⁷ Sepúlveda, 1919: 602

⁵¹⁸ Sepúlveda, 1919: 384-386

⁵¹⁹ Sepúlveda, 1919: 438-440 – Anexo D (doc. 7)

⁵²⁰ Descrição sucinta no Anexo D (doc. 10)

⁵²¹ A.H.M.M., 3a Divisão, 9a Secção, Cx. 82, B 19, fol. 1v. – Anexo D (doc. 12)

⁵²² Vigon, 1947: 234

tificação – onde hoje se localiza a Rua do Forte, no Bairro da Salúquia –, não contribuiria de forma significativa para minorar o problema.

O castelo medieval servia de complemento a todo este sistema, não tendo, na época, perdido completamente as suas funções: servia não só de armazém de munições e peças de artilharia – de onde se conservou o nome no topónimo Rua do Trem – como o espaço da antiga alcáçova era usado como local de exercício dos soldados e onde os corpos de guarda eram divididos⁵²³. O aproveitamento que foi feito do local estava dentro das normas dos tratados de arquitetura militar da época, que consideravam que o melhor local para a cidadela era o ângulo do polígono interior da praça, no local mais alto que houvesse⁵²⁴. Esse aproveitamento resultou na continuação de uma certa autonomia da acrópole, pelo menos do ponto de vista militar.

BALUARTE

A praça de Moura teve cinco baluartes e três meios-baluartes. O nosso trabalho nesse domínio circunscreve-se à reconstituição do seu traçado, tendo por base os desenhos e mapas recolhidos e o estado atual da muralha. Abordaremos apenas as zonas confinantes com o castelo (os números reportam-se ao mapa da fig. I_7)⁵²⁵:

1. MEIO-BALUARTE DO JARDIM (OU DO LAGO)

Constituído por uma face e dois flancos. Deste conjunto resta apenas o pequeno muro que fazia a ligação à barbacã medieval, o cunhal de calcário e um pequeno troço da face, onde ainda é visível o cordão que rodeava toda a fortaleza.

O local onde o muro inflete para este marca o fim da muralha da fortificação moderna; a restante edificação pertence a um aterro, levado a cabo nas primeiras décadas deste século e que teve por fim o alargamento do jardim.

8. MEIO-BALUARTE DO CASTELO

Constituído por uma face e dois flancos. Um dos flancos ligava à cortina que vinha das Fontainhas, onde se situava a porta do Carmo, e o outro à barbacã da fortificação medieval. Na face são ainda visíveis alguns restos do cordão.

Estes dois meios-baluartes representaram a tentativa de aproveitamento das condições favoráveis do terreno, através da adaptação parcial da barbacã medieval às novas necessidades.

⁵²³ G.E.A.E.M., 3044-21-30

⁵²⁴ Pimentel, 1680: 326.

⁵²⁵ V., para uma abordagem global, Macias, 2006: 18-25

CORTINAS

Sendo as cortinas os muros de ligação entre os baluartes, a sua reconstituição é aparentemente facilitada pela identificação dos últimos. Interessam-nos aqui as seguintes (os números reportam-se ao mapa da fig. I_7):

ENTRE 1 E 2

Ligava o meio-baluarde do jardim ao baluarde de Santa Catarina – pensamos que os restos desta cortina terão sido aproveitados (ainda que muito modificados) para integrar parte da Piscina Municipal.

ENTRE 7 E 8

Ligava o meio-baluarde das Fontainhas ao do castelo – completamente destruída.

ENTRE 8 E 1

Ligava o meio-baluarde do castelo ao do jardim – local da antiga barbacã, reaproveitado para uso da fortificação moderna, dada a sua excepcional colocação no terreno.

Este local tem sido alvo de sucessivas intervenções, o que torna difícil uma correta leitura das muralhas.

PORTA DO CARMO

Devia situar-se junto ao meio-baluarde do castelo, muito perto do sítio onde hoje se encontra a Escola do Conde Ferreira (fig. I_7, letra D).

A fortificação de Moura sofreu o primeiro grande ataque em 1707 (Guerra da Sucessão de Espanha), Quando a praça foi conquistada pelo Duque de Osuna⁵²⁶, tendo sido tomada através de uma brecha aberta no baluarde Alto, que passou a chamar-se *brecha dos espanhóis*⁵²⁷.

Não podendo manter a praça, os espanhóis fizeram fornilhos nas torres do castelo, causando a ruína em grande parte da fortificação: a torre de menagem não chegou a ser minada por o Convento de Nossa Sra. da Assunção, situado na base dessa torre, poder vir a sofrer grandes estragos. A torre por cima do meio-baluarde do castelo foi minada; toda a estrutura saltou e voltou a cair sobre a parte que tinha ficado fixa, tal como referimos anteriormente (figs. II_64 e II_71)⁵²⁸.

As brechas que então foram abertas nas cortinas e baluartes, assinaladas tanto pela carta de Miguel Jacob, em 1755⁵²⁹, como pela planta de João Cordeiro, em 1854⁵³⁰ – v. figs. I_5 e 6) não voltaram a ser consertadas pela simples razão que a vida de Moura enquanto praça militar se aproximava rapidamente do seu fim.

⁵²⁶ V. Anexo E – doc. 8

⁵²⁷ Matta, 1982: 169-170

⁵²⁸ Páscoa, 2003: 53

⁵²⁹ Fig. I_5

⁵³⁰ Fig. I_6

A construção de quartéis próprios para as tropas de infantaria e cavalaria na cidade de Moura viria a revelar-se tarefa complicada: apesar dos pedidos da população, em 1646 e 1654 designadamente, para que fosse dado aquartelamento separado aos soldados, dados os prejuízos decorrentes da sua instalação em casa dos moradores⁵³¹, a construção dos quartéis foi sendo protelada. O projeto terá sido traçado por volta de 1660 pelo sargento-mor engenheiro António Rodrigues, mencionado também como autor dos quartéis de Olivença e de Elvas⁵³².

As obras dos quartéis datam apenas do primeiro quartel do século XVIII⁵³³, altura em que foi construído o edifício que ainda hoje existe no extremo este da cidade: «oito casernas altas e doze baixas para o Sul; e doze altas e doze baixas para o norte»⁵³⁴.

Ao edifício dos Quartéis, construído numa primeira fase, é integrada, pouco tempo depois, a ermida do Senhor Jesus dos Quartéis – facto constatado no decurso do acompanhamento arqueológico da empreitada de requalificação do imóvel. Verificou-se então que, em tempos, se desmantelou a lareira de uma das casernas contíguas à igreja e que houve lugar, noutra caserna, a uma reorganização do espaço. Os Quartéis foram construídos dentro dos princípios da arquitetura tradicional da zona: alia paredes construídas em alvenaria, de pedra e argamassa, com construções em taipa (de fraca qualidade) rebocadas e pintadas de branco; os tetos são em abóboda de tijolo e argamassa e o telhado de duas águas feito em telha mourisca. Na construção do edifício tiveram parte ativa os habitantes da cidade, não só com serviços pessoais, como também com o que saía do cofre do município ou ainda através da venda das pastagens dos baldios, sobre os quais os habitantes tinham direitos⁵³⁵.

Nos finais do século XVIII eram referenciados 111 quartéis na cidade, com capacidade para 1000 a 1200 soldados⁵³⁶. Não temos elementos para localizar todos esses edifícios. Para já temos conhecimento, além do edifício principal, de outros alojamentos para os corpos de guarda: dois situavam-se no castelo e tinham capacidade para 30 e 24 soldados respetivamente⁵³⁷. Os restantes estavam localizados junto às portas da cidade – o do Carmo tinha 4 casas, compreendendo prisão, casas para o oficial, para a lenha e para 36 soldados, o de São Francisco, com 3 casas, para o oficial, 30 soldados e lenha, o da Porta Nova, com 3 casas, para o oficial, 30 soldados e lenha e o de Santa Justa, com 2 casas, para o oficial e 24 soldados⁵³⁸.

O castelo manteve, ao longo deste período (e, pelo menos, até meados do século XVIII) papel importante na defesa da cidade. O processo de decadência do castelo acentua-se nos séculos XVII e XVIII, culminada já no decorrer do século XX, com o abandono de toda a zona como espaço habitacional. Mesmo as infra-estruturas militares são mencionadas em estado de ruína avançada⁵³⁹.

⁵³¹ A.N.T.T., Decretos do Conselho de Guerra, mç. 6 n.º 86 e mç. 14 n.º 35.

⁵³² Conceição, 2002: 206

⁵³³ Matta, 1982: 41.

⁵³⁴ Matta, 1982: 41.

⁵³⁵ Matta, 1982: 41, citando um documento hoje desaparecido: Archivo da Camara, liv. 6 (1701-1723) pp. 113 e 197

⁵³⁶ A.H.M., 3.ª D., 9.ª S., Cx. 82, B 18, fol. 1v. – Anexo D (doc. 11)

⁵³⁷ A.H.M., 3.ª D., 9.ª S., Cx. 82, B 18, fol. 1v.

⁵³⁸ A.H.M., 3.ª D., 9.ª S., Cx. 82, B 18, fol. 1v.

⁵³⁹ A.H.M., 3.ª D., 9.ª S., Cx. 82, B 18, fol. 1v

A juntar às intervenções militares, à decadência do local do ponto de vista militar, as catástrofes naturais desempenharam também um papel de relevo na destruição da fortificação moderna: em 1856, fortes chuvadas fizeram cair as muralhas na zona da Porta de Santa Justa e no baluarte de São Francisco. Tanto esse facto, assim como a edificação de casas frente aos quartéis ou o derrube da Porta de Santa Justa decorrem apenas da decadência da cidade do ponto de vista militar⁵⁴⁰.

Uma nova rede viária do espaço intra-muros é nessa altura definida. A estrutura das ruas do castelo manter-se-ia inalterada até aos anos 50 do século passado (figs. I_9 a 11 e II_65 e Anexo A – Est. R), altura em que conservavam ainda os respetivos nomes (da Torre, do Relógio, do Arco do Castelo, do Trem, etc.). Três vias ocuparam até então a zona sul do castelo, entre o convento e as muralhas. Uma quarta circundava o perímetro do convento a Norte e a Este. Outras ruas então delineadas no espaço amuralhado, em torno da Igreja de Santa Maria, desapareceriam em meados do século XVI para dar lugar à construção do Convento de Nossa Senhora da Assunção. Essa tarefa pode, porém, ter sido facilitada por um relativo abandono da acrópole em detrimento dos arrabaldes. A quantificação e cronologia deste abandono (infelizmente impossíveis) facilitaria o estudo da mudança de populações dentro do povoado e as zonas da cidade que foram sendo sucessivamente ocupadas, bem como as áreas do castelo que em primeiro lugar se abandonaram.

⁵⁴⁰ Matta, 1982: 207 e 213

5.1. DECADÊNCIA DAS MURALHAS DO CASTELO

No início do século XIX, as muralhas do castelo de Moura sofrem um rápido processo de degradação, fruto de várias intervenções levadas a cabo com intuítos comerciais. Desempenhou papel central no processo Luís de Sequeira Oliva, um engenheiro que se dedicava à exploração e ao comércio de salitre. Era, sarcasticamente, mencionado como «explorador de salitre em Moira» num periódico da época⁵⁴¹. Luís Oliva teorizara sobre a importância do aproveitamento e da reciclagem dos muros antigos das casas numa memória, não publicada, entregue à Academia das Ciências de Lisboa⁵⁴². O texto não tem data. Nele, o autor aponta o exemplo de Paris, onde haveria uma comissão que procedia à avaliação dos muros demolidos. Outro autor, Joaquim Pereira de Araújo, em memória igualmente inédita, explicava como se procedia, na Prússia, para obter salitre a partir de muralhas de terra⁵⁴³. Tais pressupostos teóricos foram levados à prática em Moura, onde Luís Oliva já trabalhava em 1809.

A Caza da Fábrica do Salitre foi um espaço importante na cidade. Isso é notório tanto pelo labor que desenvolveu, como pelo papel que teve, a outros níveis. Sabe-se, por exemplo, que a fábrica foi utilizada para representações teatrais ocasionais, como a que teve lugar por ocasião do festejo do 49.º aniversário do Príncipe Regente, em maio de 1816⁵⁴⁴.

As atas das vereações não são muito prolixas quanto a intervenções realizadas em espaços públicos. O castelo é referido de forma esporádica e sempre por causa da perda de funções do local enquanto espaço castrense. As reutilizações sucedem-se, abrangendo as muralhas ou, simplesmente, áreas deixadas ao abandono. No período em que a exploração do salitre foi mais intensa⁵⁴⁵ há algumas referências ao reaproveitamento das muralhas. Teoricamente, havia preocupações com a conservação das muralhas, mas isso não impediu que os muros fossem sendo danificados, quase sempre de forma irreversível. Esta intervenção na muralha, e não a sua demolição integral, foi comprovada numa recente desmatação, ocorrida na área que está sobre o parque infantil. Num troço superior a 60 metros foram detetados inúmeros vestígios de taipa que apresentavam cortes irregulares.

Em março de 1818, e ante a petição de Manuel Ramos para extrair terra para salitre, determinava a Câmara Municipal que tal devesse ser feito «sem que daqui rezulte prejuízo á Fazenda Real, nem á Forteficação nem a terceiros, ficando o suplicante responçavel por todos os prejuizos que tiver ocasionado athe agora»⁵⁴⁶. Vinte e um meses mais tarde, em 18 de dezembro de 1819, o mesmo Manuel Ramos voltava à Câmara para requerer a recolha da terra de três torres do castelo, para fabrico de salitre, comprometendo-se a não causar prejuizos a terceiros. Uma declaração de

⁵⁴¹ «Correio da Península ou Novo Telégrafo», n.º 15, 21/8/1809, pp. 130 e 133

⁵⁴² A.C.L., Ms. Série azul, 374/26 (1780-1811), fls. 303-306

⁵⁴³ A.C.L., Ms. Série azul, 376/14 (1781-1800), fls. 156v-157

⁵⁴⁴ A.H.M.M., B/A/01/017, fls. 35v-36

⁵⁴⁵ Consultaram-se as atas das vereações entre 1805 e 1823 (A.H.M.M., B/A/01/015 a B/A/01/018). Faltam as atas referentes aos anos de 1824 a 1827.

⁵⁴⁶ A.H.M.M., B/A/01/017, fl. 137

dois mestres de obras assegurava que «não descobrimos terreno aonde se possa explorar terras salitrosas, senão nas trez torres e vestigios dellas que se achão no dito castello»⁵⁴⁷. Preconizava-se a demolição de parte de uma, a que se encontra junto à cadeia, e a totalidade de outras duas, localizadas em sítio não especificado⁵⁴⁸. A primeira tinha «sete varas [no lado] da praça, huma vara somente de alto abaixo».

O abandono do castelo acentuava-se, o que está patente num pedido de arrendamento do antigo picadeiro e das barreiras próximas, feito em 1819, obrigando-se os petiçãoários a colocar árvores no terreno. Desconhece-se o local preciso deste, presumindo-se que ficasse próximo da entrada do castelo, uma vez que a ata da vereação refere que poderiam plantar árvores e fechar as entradas, mas deveriam colocar «huma cancella na porta do arco da torre e deichar de ficar hum carreiro para se poder hir a mesma torre»⁵⁴⁹. Desconhece-se o local exato de implantação, mas a referência a uma «porta do arco da torre»⁵⁵⁰, estrutura que fazia parte do negócio, deverá fazer coincidir este espaço com a proximidade de uma das portas, provavelmente nas imediações da atual Biblioteca Municipal.

Por vezes, a extração do salitre causava danos noutras estruturas. É o que se depreende de uma queixa apresentada pelos procuradores do povo, em 17 de abril de 1819: «no castello desta villa proximo a fonte de santa Comba se acha hum pedestal o qual pella escavação do salitre e rigor do tempo está ameaçando uma grande ruína pois esta proximo a cahir sobre as humas [sic] moradas de casas e causar grande desgraça»⁵⁵¹. Os mestres de obras do concelho declararam então que, dado o estado de ruína, «hera muito conviniente que o mesmo [pedestal] se acabace de deitar abacho»⁵⁵². Revela-se de especial interesse a conclusão do relato, quando se refere que «as pedras se arrecadem para as mesmas obras publicas»⁵⁵³. A presença de pedras reutilizáveis noutras obras leva-nos a concluir que o pedestal (torreão) afetado não pertenceria ao amuralhamento em taipa, devendo antes pertencer às construções da Baixa Idade Média.

Anos mais tarde, em 1823, há um pedido, subscrito por um interessado em «continuar a ajardinar o pequeno jardim proximo a estrada que vai para o castello, e o outro pedaço contiguo à caza da aposentadoria sobre as casas do terreiro». Apesar dos terrenos estarem já a ser usados, deliberou a Câmara que «como ficção sobre a muralha do castello e em consequencia pertencem à Fazenda Real», a cedência é feita mas sem direito de propriedade e não se «desmanxando as paredes nem plantando arvores que as poção arruinar»⁵⁵⁴.

⁵⁴⁷ A.H.M.M., B/A/01/018, fls. 47v-48

⁵⁴⁸ A.H.M.M., B/A/01/018, fls. 47v-48

⁵⁴⁹ A.H.M.M., B/A/01/018, fls. 10-11

⁵⁵⁰ A.H.M.M., B/A/01/018, fls. 10-11

⁵⁵¹ A.H.M.M., B/A/01/018, fl. 2

⁵⁵² A.H.M.M., B/A/01/018, fl. 2v

⁵⁵³ A.H.M.M., B/A/01/018, fl. 2v

⁵⁵⁴ A.H.M.M., B/A/01/018, fls. 229v-230

A degradação das muralhas não levava sempre à sua demolição para obtenção de salitre. A documentação, parca em dados concretos, aponta alguns factos que nos elucidam sobre a ruína da fortificação. Há vários (re)aproveitamentos de espaços deixados ao abandono. Em 1819, como vimos mais acima, é arrendado a particulares o sítio do antigo picadeiro «e as outras barreiras próximas por des annos, obrigandoce os suplicantes a por algumas arvores e aformoziar quanto lhe for possível aquelle terreno».

O estado de ruína quase total do torreão virado a noroeste foi provocado pela devastação dos muros do castelo na primeira metade do século XIX, aquando da transformação das taipas nitrificadas em salitre para fabrico de pólvora⁵⁵⁵. O principal responsável pela devastação terá sido um tal Manoel Ramos, que usou a taipa das muralhas como matéria-prima entre 1817 e 1826. Quanto à torre maior apenas foi poupada por se temerem os efeitos da demolição, trabalho que poderia pôr em causa o edifício da Câmara Municipal, situado imediatamente abaixo da enorme estrutura⁵⁵⁶. Escrevia João Cordeiro: «não se permitindo a este último a exploração de uma antiga torre, com o receo de que viesse a cair sobre a casa da camara»⁵⁵⁷. Um relatório, citado por Cordeiro, refere que se viram as autoridades «na precisão de evitar o mau methodo com que Ramos mandava picar as terras, que para mais facilidade e menor despeza as escavava proximo á base da muralha, pondo em perigo a casa da camara, que fica junto a uma das torres que escavavam»⁵⁵⁸. Nos trabalhos arqueológicos realizados na área do atual posto de turismo foi escavado um nível de enchimento, com materiais datados do século XIX, constituído na sua grande maioria por blocos de taipa. Esses blocos de taipa pertencem, aparentemente, a restos da muralha islâmica. Deverão ser testemunhos da fase de destruição das muralhas do castelo (figs. II_39 e III_20).

A decadência da praça torna-se notória a partir dos finais do século XVIII: numa inspeção então efetuada e que julgamos ter sido extensiva a outras fortificações do Alentejo⁵⁵⁹, é visível o estado de ruína das estruturas defensivas. O alvará de 27 de Setembro de 1805, que regulou as praças da fronteira, veio a extinguir a de Moura, tendo o material de artilharia recolhida na quase totalidade a Elvas em 1848⁵⁶⁰.

⁵⁵⁵ Cordeiro, 1854: 17-19

⁵⁵⁶ Cordeiro, 1854: 46

⁵⁵⁷ Cordeiro, 1854: 22

⁵⁵⁸ Cordeiro, 1854: 46 (nota 32)

⁵⁵⁹ É pelo menos o que se deduz da documentação assinada por Manuel Joaquim Trelvel e Tomás de Villa Nova Sequeira existente no Arquivo Histórico-Militar

⁵⁶⁰ Matta, 1982: 51

5.2. ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS: NÍVEIS MODERNOS E CONTEMPORÂNEOS

A chamada alcáçova do castelo era, até ao início dos trabalhos arqueológicos, um vasto terreiro, dividido, sensivelmente a meio, por um muro (fig. IV_1). Uma parte do terreno pertencia à Câmara Municipal, a outra a um particular. Só tivemos acesso a esta última em 2002, pelo que o desenrolar dos trabalhos teve lugar, na sua fase inicial, junto à muralha da torre de menagem (figs. IV_2 a 5), e em zona contígua às escavações realizadas, em 1980 e em 1981, por Jorge Pinho Monteiro.

O tipo de ocupação que este espaço conheceu, a partir de meados do século XVII, com a instalação de um conjunto de estruturas militares, levou a que parte substancial das escavações fosse dedicada a esses níveis. Os edifícios dos séculos XVI a XVIII organizam-se ao longo do muro da torre de menagem e no limite sudoeste da alcáçova, ordenamento que tem origem em finais do século XV ou em inícios do XVI, e da qual Duarte Darmas nos deu testemunho no seu desenho. Optámos por conservar, ao máximo possível, os muros e os pavimentos do período moderno. Em primeiro lugar, pelo seu bom estado de conservação, que permitem leituras planimétricas e possibilitam reconstituições arquitetónicas. Em segundo lugar, porque é imprescindível dispormos de testemunhos das várias fases de ocupação do castelo, o que permite uma visão global do sítio e, também, criar percursos de visita do local. Finalmente, porque a organização do espaço da alcáçova, com os edifícios instalados junto às muralhas, possibilitava a procura de ocupações mais antigas no centro da praça de armas, onde se sabia não existirem construções posteriores ao século XV.

5.2.1. ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS – SETOR NORTE

Entre o final do século XIV e o final do século XV, a zona alta do castelo sofreu alterações substanciais. Primeiro, com a construção da muralha da alcáçova e com a edificação da torre de menagem, estruturas que criaram uma área de acesso limitado no topo da fortificação. Depois, com a edificação de um conjunto de novas construções, registadas no desenho de Duarte Darmas. Nessa altura, a alcáçova do castelo de Moura era ainda um espaço com alguma pujança e dignidade. Duarte Darmas legenda, com detalhe, as construções do interior da alcáçova. Essas intervenções conferiram à alcáçova do castelo de Moura a configuração que, com alterações pontuais, se manteve até ao século XIX. Novas modificações tiveram lugar no século XX, já numa fase de abandono do sítio.

As estruturas de finais do século XV/início do XVI são difíceis de identificar, uma vez que as sucessivas terraplanagens e as readaptações que os edifícios conheceram ocultaram, quase por completo, os edifícios anteriores.

As casas do desenho de Duarte Darmas foram parcialmente escavadas por Jorge Pinho Monteiro: «Junto aos perfis norte e este foram postas a descoberto várias habitações, em bom estado de conservação e com diversas fases de construção que, pela forma e disposição, podem corresponder aos quartelamentos representados nos desenhos de Duarte d'Armas. Uma das fases de construção (tratam-se de estruturas que sofreram diversas reconstruções e acrescentamentos) apresenta uma porta com arco abatido, em estupendo estado de conservação, cuja estrutura poderá ser atribuída

aos séculos XVII/XVIII.»⁵⁶¹. A continuação dos trabalhos iria permitir a constatação que os edifícios do tempo de Duarte Darmas e os edifícios de época islâmica estavam praticamente à mesma cota.

A escavação neste setor da alcáçova já estava, como antes se referiu, iniciada. Os trabalhos de 1989/90 alargaram a área de intervenção (fig. IV_14). Eram identificáveis, na área escavada por Pinho Monteiro, alguns dos muros que terão provavelmente pertencido às «casas sobradadas» a que alude a planta de Duarte Darmas, desenhada nos inícios do século XVI.

Segundo Jorge Pinho Monteiro, «este muro [Duarte Darmas] parece possuir duas fases de construção, a inferior constituída por um aparelho de blocos sub-retangulares em fiadas intercaladas por outras fiadas de estreitas lages e a superior, formada por um aparelho robusto de compridos e estreitos tijolos argamassados, sobre a qual se abrem duas portas cujas bolsas rompem a segunda fase de construção»⁵⁶². Na realidade, não estamos ante diferentes fases, mas sim face a pilares que estruturam estes 11 metros de parede para o assentamento do telhado, ou para outro piso (as casas sobradadas de que fala Duarte Darmas).

A estrutura paralela à muralha é um muro de grandes dimensões (11,10 metros de comprimento visível). Foi construído em alvenaria de pedra, com blocos maiores e lajes de menores dimensões, dispostas alternadamente. É possível identificar aquilo que terá sido um compartimento de boas dimensões: 7,20 metros de comprimento por 4,5 metros de largura, conservando-se as estruturas até uma altura de 2,55 metros. Uma parede, de pedra bem argamassada e com 0,60 m de espessura, separa este espaço do exterior. Nessa estrutura rasgavam-se duas ou três⁵⁶³ janelas com aberturas entre 1,40 e 1,60 metros e na qual se identifica um pequeno ressalto com 0,30 m (fig. IV_15). Nas janelas a oeste ainda se observam negativos de três dos quatro gonzos (os restantes não são visíveis, dadas as interferências das construções posteriores, nomeadamente as do aquartelamento militar).

A robustez da estrutura é também comprovada pela existência de pilares (são visíveis três), construídos com tijolo e argamassa. Esta solidez da estrutura permitiria a existência de um piso superior.

Perpendicularmente a este muro há um outro, no qual se abre uma porta, com ombreira em tijoleiras chanfradas e com soleira de mármore, no qual houve uma porta de dupla folha. Tem de 1,80 m de pé-direito e 0,87 m de vão entre as ombreiras. Na soleira de mármore, no lado sudoeste, ainda é visível o negativo do gonzo. A porta era rematada por um arco abatido, com tijolos em cutelo (fig. III_3). De acordo com o registo de Pinho Monteiro «a parte inferior da porta estava entaipada quase até ao arranque do arco por um pequeno murete de pedra solta que assenta sobre terra muito compactada, fechando todo o vão»⁵⁶⁴. A semelhança entre este tipo de estruturas e as casas descritas por Duarte Darmas permite-nos supôr que estaremos em presença das habitações quinhentistas

⁵⁶¹ Monteiro, 1980

⁵⁶² Monteiro, 1980

⁵⁶³ Na parte mais destruída do muro parece surgir um terceiro vão.

⁵⁶⁴ Monteiro, 1980

da alcáçova. A sala estava virada a um pátio exterior, conforme verificamos pela existência de janelas (perfil e vão), na parede sudoeste. Para o exterior «um muro moderno, em ladrilho argamassado, num aparelho robusto do tipo observado na Est. 1, arranca do perfil leste no sentido NE.-SW., passa por cima da soleira de uma porta aberta na segunda fase da construção do muro NW.-SE., para terminar num pilar de alicerce que assenta diretamente sobre o empedrado»⁵⁶⁵.

A divisão escavada dá acesso a uma outra, incompletamente sondada, e onde os trabalhos não tiveram, até à data, continuação.

Há vestígios de uma extensa argamassagem, que cobria a zona exterior. A argamassagem, que parece coerente com a ocupação do século XVI⁵⁶⁶, é visível em vários cortes da escavação, tendo sido posta a descoberto de forma mais extensa em trabalhos recentes: [322] com cotas a variar entre 185.52 e 186.03 (intervalo mais frequente entre 185.83 e 185.92) – fig. IV_22.

5.2.2. UM AQUARTELAMENTO NA ALCÁÇOVA

A militarização da alcáçova implicou duas intervenções importantes:

1) Trabalhos de adaptação dos exteriores dos edifícios quinhentistas, traduzidos em extensas terraplanagens, que implicaram uma subida considerável do terreno. Isso é constatável na diferença de cota entre a ocupação do século XVI (185.50 junto à torre menagem⁵⁶⁷ e do aquartelamento do século XVII (186.90, junto à torre de menagem⁵⁶⁸ e 187,60, na área mais a sul⁵⁶⁹) – figs. IV_4 a 12.

Essas modificações são constatáveis no grande muro de suporte [298], que sustenta parte dos pavimentos seiscentistas e setecentistas. Tem um comprimento de 11,55 m, uma largura 0,50 m e uma altura 0,80 m. Corresponde a uma estrutura construída em taipa, com reboco de argamassa. Em alguns troços da estrutura, na parte superior, encontramos uma outra técnica construtiva – alvenaria de pedra [297] – fig. VI_1.

2) A junção de novas construções, que se acrescentaram pelo exterior aos edifícios pré-existentes, e a uma cota superior a estes. As obras quatrocentistas e quinhentistas foram, então, adaptadas às novas construções, que respeitaram a existência de um espaço livre no centro da alcáçova. Este novo desenho não deve, por uma questão de lógica dos acontecimentos, ser anterior à Restauração.

⁵⁶⁵ Monteiro, 1980

⁵⁶⁶ Cotas entre 185,58 e 185,88

⁵⁶⁷ UE [322] – pavimento

⁵⁶⁸ UE [298] – muro

⁵⁶⁹ UE [46] – pavimento

CAVALARIÇA E LATRINA

A escavação que realizámos permitiu a identificação de um conjunto de estruturas que terão pertencido ao quartelamento que a partir de meados do século XVII ficou instalado no local. Do ponto de vista estratigráfico esta ocupação parece-nos atestada pelo facto de se encontrar numa cota superior às estruturas habitacionais quinhentistas (às quais se sobrepõe e às quais encosta). Reforça tal hipótese a intromissão sofrida pelas estruturas do quartelamento no século XIX, constatação que nos fornece um período que oscila entre 150 a 200 anos para datar este estrato.

Assinale-se, em primeiro lugar, um compartimento com pavimento empedrado com cerca de 23 metros quadrados e delimitado por um conjunto de muros argamassados com 0,60 m de espessura (fot. IV_16). Destas estruturas destacam-se dois pequenos pilares construídos com tijoleiras sobrepostas, os quais constituíam, com toda a probabilidade, o arranque de algum arco da cobertura⁵⁷⁰.

O pavimento foi construído com seixos de pequenas dimensões – certamente provenientes de alguma dos cursos de água das redondezas – e o que nele mais chama a atenção é o acentuado desnível (0,82 m) existente entre os seus pontos mais alto (187,26) e mais baixo (186,44). Poderá, por esse motivo, tratar-se de uma cavaliçã, uma vez que a organização do espaço é idêntica a equipamentos do mesmo tipo ainda hoje existentes na arquitetura tradicional de Moura.

Esta área foi, em época não determinada, alvo de uma intervenção que resultou no aditamento de um pequeno muro de má qualidade no seu interior, cujas funções desconhecemos.

Um pequeno compartimento, contíguo a este espaço (com pouco mais de 2 metros quadrados), seria possivelmente utilizado como manjedoura.

Pertencem ainda à mesma fase da vida da alcáçova outras estruturas, escavadas por Jorge Pinho Monteiro, designadamente um empedrado (fig. IV_16), associado a uma latrina⁵⁷¹, descritas da seguinte forma:

«Nesta área foi posto a descoberto um empedrado, a -01.26, coberto em alguns locais por uma camada de areias argamassadas (espécie de pavimento), muito destruída (...). Os níveis superiores do empedrado entregaram cerâmicas dos séculos XVIII e XIX, com formas atípicas, juntamente com grandes quantidades de ossos de grandes mamíferos. Deste empedrado arranca uma escada pequena, com quatro degraus (...)»⁵⁷², que dava acesso a um compartimento com uma retrete (fig. IV_14).

O muro da cavaliçã confina com um espaço construído ao mesmo tempo e que era parte do que pensamos ter sido a zona de treino da guarnição da cidade, espaço foi posto a descoberto na escavação de 1989. Esse «pátio» com 20 × 10,5 metros (mais de 200 metros quadrados)⁵⁷³, estava

⁵⁷⁰ As evidentes semelhanças com estruturas do mesmo tipo da arquitetura popular levam a pensar num arco de volta perfeita, sobre o qual assentaria o telhado.

⁵⁷¹ Estruturas identificadas nas escavações arqueológicas de 1980/81, dirigidas por Jorge Pinho Monteiro.

⁵⁷² Monteiro, 1980

⁵⁷³ Cota 186,74

delimitado por três muros e pavimentado com tijoleiras largas (medem 0,44 m × 0,22 m) junto ao seu limite norte (fig. VI_1). As tijoleiras, de uso comum na arquitetura vernacular da região, pavimentavam o que corresponde à área mencionada nos mapas da época como local para treino das tropas (fig. IV_13).

DESTRUIÇÃO DO MURO DA ALCÁÇOVA

Um momento importante na história da cidade, o cerco pelo Duque de Osuna em 1707, está fisicamente documentado no castelo de Moura. Não foi apenas o torreão norte (fig. II_64) a sofrer os efeitos dessa investida. O muro da alcáçova conheceu, nessa altura, uma derrocada de dimensões consideráveis. A muralha foi depois refeita (fig. II_63). São bem visíveis os sinais da reconstrução, tanto no pano de muralha como nos três merlões que estão sobre ela (de fábrica mais recente que os restantes), sendo ainda de notar o facto de a escada de acesso à torre de menagem ter sido também arrastada na destruição. Esta escada era, por seu turno, posterior ao desenho de Duarte Darmas, que não a assinala (fig. II_67). Não era comum que o acesso à torre de menagem fosse feito de forma direta/frontal, mas sim através do adarve.

A reconstrução do troço da muralha destruído nas campanhas do Duque de Osuna foi levada a cabo de forma pouco cuidada, o que é atestado pelo facto de se ter procedido a um enchimento de fraca consistência na base do muro, ao qual se sobrepõe um arco abatido construído com tijolos, com cerca de 3,50 m de largura (figs. II_63, III_19, IV_17 e IV_18).

5.2.3. ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS – SETOR SUL

Um conjunto de estruturas, escavadas entre 2003 e 2010 (fig. VI_2), ocupa o limite sudoeste da alcáçova. A similitude com os desenhos apresentados por Duarte Darmas poderia levar a pensar que estávamos na presença dos edifícios quinhentistas. A evolução dos trabalhos permitiu depois concluir que se tratava de um conjunto de construções tardias (séculos XVII-XVIII), feitas no mesmo local onde se tinham situado as edificações registadas nos inícios do século XVI. Ou seja, respeitou-se o alinhamento e a lógica das construções anteriores, embora tenham sido refeitas e redesenhadas. Algumas das estruturas podem mesmo ter sido, em parte, reaproveitadas.

As construções desta área são estruturadas por um muro [25], bastante extenso (22,80 m de comprimento e 0,60 m de largura) e que delimita e ordena este espaço (fig. III_4). No interior do muro [25] foram identificadas, a espaços regulares (de cerca de 2,50 m), pilastras quadrangulares de vértices chanfrados, sem correspondência junto ao muro [52] [53]. Tal facto leva-nos a pensar que a cobertura do edifício teria apenas uma água. A tipologia das pilastras, por seu turno, levou-nos a considerar a sua inclusão numa cronologia quinhentista. Os blocos de uma dessas pilastras foram encontrados junto ao solo, numa sequência que sugere a sua destruição, ocorrida, de forma acidental ou não, num único momento (fig. III_10).

Com exceção dos muros principais e de uma estrutura [26] adossada a [53], todas as outras realidades pertencem a arranjos posteriores que podemos sintetizar da seguinte forma:

- Um pavimento argamassado de má qualidade [27] [36], provavelmente refeito durante o século XVIII.
- A base de uma estrutura [34], com 0,20 m de largura (hipoteticamente em adobe) que corta transversalmente o espaço a que temos vindo a mencionar e à qual vai encostar o pavimento [27] – fig. IV_32.
- A instalação de estruturas de funções por ora desconhecidas [39] [56] [57], as quais se vieram adossar ao muro principal [25] – fig. III_6.
- O entaipamento de uma porta [42] no limite norte do compartimento (fig. III_5). Parece-nos provável que esta porta, cujas ombreiras foram construídas com tijoleiras retangulares com um dos vértices chanfrado, possa corresponder a uma fase próxima da construção do edifício.

Assinale-se, finalmente, um extenso nível de derrube [24] de blocos de uma das pilastras do muro [25], as quais se apresentavam dispersas no sentido este-oeste, sugerindo a existência de um desmoronamento. Estes blocos, talhados no calcário da região, apresentam medidas inferiores à da base da pilastra na qual assentavam. Enquanto estas têm 0,65 m de fundo, os blocos em pouco ultrapassam os 0,30 m. Neste grande nível de enchimento, relacionável com uma hipotética derrocada, detetou-se um conjunto, bastante significativo, de fragmentos de talhas (um deles corresponde a um bocal completo com uma inscrição na parte externa da peça – fig. V_149), e também vários projéteis (um deles com mais de três quilogramas – figs. V_326 e V_327), feitos no calcário esbranquiçado da região, e que poderão ter estado na origem do colapso da edificação (figs. IV_32 a 34).

Em síntese, poderemos estar perante estruturas que, tendo início nas edificações do século XVI, foram refeitas durante os séculos XVII e XVIII e abandonadas a partir de meados do século XVIII. Um documento redigido no final dessa centúria fornece-nos mais alguns dados em relação à antiga fortaleza medieval: «o castello (...) tem huma alpendroada para 100 reparos de artelheria munto aruinada: á huma casa com 3 forges, que serve de armazem de armas; na torre de menagem á huma grande casa que serve de armazem de armas. No grande castello⁵⁷⁴ á hum armazem de 9 cazas inteiramente aruinado»⁵⁷⁵.

AQUARTELAMENTO E CAVALARIÇA

No exterior (este) do compartimento foi possível definir um pavimento de pedras roladas [46], apresentando uma significativa inclinação no sentido sul/norte. A sua cronologia parece à partida apontar para uma realidade contemporânea ou posterior ao século XVII. As distintas unidades que lhe estavam relacionadas [35] [49], sobrepondo-se-lhe ou a ela associadas [43] [44] [45], não têm uma cronologia precisa, podendo ser-lhe atribuída uma cronologia em torno dos séculos XVII-XVIII.

Uma das áreas mais importantes desta escavação centrou-se no extenso pavimento delimitado a sudoeste pelo muro [25], a noroeste pelo muro [62] – fig. III_8 – e a nordeste pelas estruturas [101], [102] e [103] – fig. III_11. Este espaço teve origem nas modificações que a alcáçova de Moura sofreu

⁵⁷⁴ Zona intra-muros, fora da alcáçova

⁵⁷⁵ A.H.M., 3.ª Divisão, 9.ª Secção, Cx. 82, B 18, fol. 1v

após a Restauração. Ao edifício primitivo pertencerão os pilares [74] e [94] e o muro [95], cortado pela construção do pavimento empedrado [46] – fig. III_11. Os pilares [74] e [94] apresentam um perfil chanfrado, idêntico às de outras estruturas do mesmo género escavadas na campanha de 2003.

Todo este limite nordeste do edifício foi marcado pelos trabalhos de reconstrução que, presumivelmente, entre finais do século XVII e meados do século XVIII, lhe deram a forma que os trabalhos arqueológicos puderam identificar. Resumidamente, é possível caracterizar:

- Uma zona pavimentada, com um empedrado nos seus limites sudoeste e nordeste [46], apresentando inclinação em direção ao centro. A zona central foi regularizada e nivelada com argamassa [76], sendo ainda visível nalguns sítios o preparado da argamassa [77] – fig. IV_40. O desnível é evidente⁵⁷⁶, o que nos leva a atribuir a este local a função de cavalaria. Esta inclinação é semelhante à que apresenta outro pavimento, acima referido e a que também atribuímos idêntica função. Pensamos estar em presença de vestígios evidentes do aquartelamento do Castelo de Moura. Um pequeno fragmento de um frontão barroco inacabado e reempregue no solo (fig. IV_41), no limite sul de [46], leva-nos a sustentar uma cronologia setecentista para a reconstrução do empedrado, sendo mais difícil de datar o outro pavimento [76], que o cobre parcialmente.
- Um muro separando o interior do edifício em relação ao exterior. São nítidos os vários arranjos e reparações que esta estrutura sofreu, embora não pareça provável que entre a sua construção e o abandono do edifício tenha decorrido um lapso de tempo superior a 100 anos. Integram estas estruturas as unidades [96], [97], [100], [101], [102], [103] e [109] – fig. IV_39. A continuação da estrutura [98] na direção noroeste, e a compactação a ela associada, poderão estar relacionada com a instalação de peças de artilharia, mas os dados são ainda insuficientes para a elaboração de propostas definitivas.

Encastrada na parte inferior de [102] identificou-se um resto de soleira de perfil chanfrado [175], cuja dimensão (1,60 m) coincide com a da unidade em que se incorpora. Isso leva-nos a pôr a hipótese de inicialmente as unidades [101] e [103] ladearem uma porta entretanto entaipada. A medida total da referida soleira é de 2,32 m, o que corresponde exatamente a 8 pés romanos (fig. III_7).

1.º momento: Existência de uma entrada, definida pela soleira, com um vão de 2,32 m [175]⁵⁷⁷, delimitada lateralmente pelas estruturas [101] e [103]. Admitimos, como hipótese de trabalho, que esta entrada primitiva seja contemporânea do pavimento [76].

2.º momento: Sobreposição de uma segunda soleira [173] (com um vão de idênticas dimensões à anterior)⁵⁷⁸. Esta estrutura parece estar relacionada com uma nova pavimentação do interior do edifício.

3.º momento: Entaipamento da entrada e refuncionalização do espaço interior.

⁵⁷⁶ 187,78, no topo de [46] e 187,57 em [76]

⁵⁷⁷ Cota – 187,58

⁵⁷⁸ Cota – 187,88

Tais constatações permitiram também avançar propostas de cronologia relativa para o local:

1.º momento: Compartimento foi local de passagem (fase inicial de ocupação).

2.º momento: Construção do muro [75], que resulta na criação de um anexo. É provável que date do mesmo período o murete [120]. A altura deste – apenas 0,40 m – não lhe confere qualquer capacidade estrutural, pelo que deve ter sido utilizado apenas como delimitador. Nesse sentido, podemos supor, num derradeiro momento, o uso daquele local como espaço de armazenamento.

Mais a sul, localizou-se uma entrada no edifício, cujas funções se mantiveram inalteradas durante as diferentes fases de ocupação do local. Está delimitada a norte e a sul pelas estruturas [114] e [117]. A entrada tem um vão de 1,50 m e apresenta uma soleira de mármore [128]⁵⁷⁹ – relacionável com o pavimento [76]⁵⁸⁰, e que poderá também estar associada ao entaipamento da primeira soleira [175] (com dimensão e cotas bastante próximas) – com a marcação dos gonzos, o que permite concluir a existência de uma porta de dupla folha. Interiormente, a soleira é rematada por ladrilhos colocados em cutelo (fig. IV_37).

A calçada com presumível datação do século XVIII na zona antiga (escavações 1980/81) apresenta cotas diferentes (menos cerca de 0,50 m em relação às da atual intervenção) às que aqui identificamos, embora não tenhamos razões para adiantar diferenças de cronologia entre uma e outra. O muro [110] não pode ser anterior a 1728 (uma moeda de D. João V foi encontrada no seu interior) – figs. III_9 e IV_42.

Nesta área da escavação foi identificada uma rampa [99] em terra batida (fig. IV_38), bastante compacta, com uma forte argamassagem no topo com uma espessura de 0,02 m (3,25 m de comprimento × 2,25 m de largura), que pensamos que pode ter sido utilizada para assentar peças de artilharia. A rampa está orientada no sentido do antigo forte de Pedro Massa, com uma inclinação de 15 graus, que em tempos existiu onde hoje está o bairro da Salúquia (no local existe ainda a Rua do Forte, memória toponímia de uma estrutura há muito desaparecida). A interpretação desta rampa como ponto de apoio à artilharia é ainda reforçada pelo facto de vários textos do século XVIII referirem este setor da praça de Moura como o mais frágil em termos de capacidade de defesa⁵⁸¹. Datando o abandono da praça de Moura dos inícios do século XIX, pensamos que esta estrutura terá estado em uso ao longo de todo o século XVIII.

ÚLTIMOS MOMENTOS DA VIDA DA ALCÁÇOVA

A penúltima fase de ocupação da alcáçova foi marcada pelo seu abandono como espaço militar. Isso permitiu a construção de novas instalações nas zonas limítrofes do castelo. Em meados do século XIX foi construído, no limite noroeste da fortificação, o Lagar da Vista Alegre. A edificação

⁵⁷⁹ Cota – 187,60

⁵⁸⁰ Cota – 187,57

⁵⁸¹ Macias, 2006: 17-18

desse lugar motivou certamente a necessidade de uma captação permanente de água, obrigando os seus construtores a procurar o abastecimento a partir do castelo.

Isso parece-nos comprovado, do ponto de vista arqueológico, pela profunda rotura provocada num dos muros do «pátio» (e na canalização que lhe estava adjacente – figs. III_17 e IV_19) pela construção de uma estrutura adutora de água, composta por uma canalização e por uma pequena cisterna (figs. IV_13 e IV_20). Esta última⁵⁸², de forma e cúpula semi-esférica, tem cerca de 0,50 m de altura e 0,65 m de diâmetro na base. A técnica construtiva utilizada (tijoleiras assentes em fiadas sucessivas que se vão estreitando, cobertas por uma camada de argamassa) é comum na arquitetura tradicional do Alentejo.

A canalização tem uma extensão visível de 17 metros e uma largura de 0,32 m⁵⁸³. O cano de adução, de secção quadrangular e com uma ligeira inclinação em direção à cisterna, encontra-se tapado por tijoleiras cobertas por uma argamassa grosseira de cal e areia (fig. IV_21).

Outra possibilidade para explicar a função destas duas estruturas – canalização e cisterna – poderá ter a ver com a necessidade de escoamento das águas pluviais no pátio de treinos do quartel. Esta canalização estaria em associação com outras estruturas – [294] [295] [300] [301] que fariam a drenagem pelo extremo do pátio. Tal hipótese torna-se plausível pelo facto da cisterna não apresentar no seu aparelho interno qualquer tipo de impermeabilização e de não ser visível, internamente, qualquer sequência – a cisterna funcionaria apenas como reservatório.

Um derradeiro momento de vida do sítio tem lugar, quando se instala na alcáçova a fábrica da *Água Castello*. Procedeu-se ao levantamento do pavimento empedrado [60], do derradeiro armazém da empresa (fig. IV_35). Numa zona revolvida do empedrado foi encontrada uma garrafa de *Seven Up*, ali depositada em tempos recentes por um dos muitos «descobridores de tesouros» que, ao longo dos anos, exploraram o Castelo de Moura. Detetou-se, no início dos trabalhos, o pavimento do armazém da fábrica [72]⁵⁸⁴, que foi levantado na íntegra. Debaxo desta unidade, que se supunha ser o único pavimento desta zona da fábrica, descobriu-se uma extensa zona de enchimento sob o pavimento. A unidade fabril terá, assim, conhecido pelo menos duas fases de obras, sendo a mais antiga de inícios do século XX.

Podemos destacar as seguintes situações:

- Presença de grandes derrubes que provocaram o abatimento do terreno.
- Existência de buracos abertos no pavimento e que poderão ter servido para assentamento de pilares.
- Caleiras de funções por ora desconhecidas.

⁵⁸² Cota superior – 187,03

⁵⁸³ As cotas da estrutura variam entre os 186,87 (no extremo este da área de sondagem) e os 186,60 junto à cisterna

⁵⁸⁴ Cota 187,26

Merece especial destaque a elevada concentração de fragmentos de vidro, provenientes de garrafas de *Água Castello*, merecendo especial atenção um exemplar encontrado inteiro, e por pertencer à série mais antiga que se fabricou (fig. V_330). Há a registar 23 unidades, [140] a [162], sob [72]. As cotas (entre 186,71 e 187,33) apresentam uma notável homogeneidade, o mesmo se podendo dizer da cronologia de ocupação (figs. III_13 e IV_36).

ESTRUTURAS SEISCENTISTAS E SETECENTISTAS NO EXTERIOR DA ALCÁÇOVA – CODA DE UMA ESCAVAÇÃO

Refiram-se, em brevíssima nota final, as estruturas seiscentistas e setecentistas que foram identificadas no exterior da alcáçova, na zona do posto de turismo. Essa área, quase nada afetada pelas construções dos séculos XIX e XX, evidencia uma potência estratigráfica que, de momento, conseguimos seguir até à fase final do período islâmico⁵⁸⁵. Há estruturas recentes que não foram, ainda, completamente identificadas e cuja interpretação justifica, nos próximos anos, o prosseguimento dos trabalhos arqueológicos.

Nos momentos iniciais das escavações que, a partir de 2011, aqui tiveram lugar identificaram-se, e registaram-se, vestígios de algumas estruturas, integradas num conjunto impossível hoje de reconstituir. Pertenceram à fase de adaptação de parte do castelo a funções militares e que datamo-las, genericamente, como posteriores a 1650.

Delas fazem parte:

As ombreiras, de perfil chanfrado, de uma porta ou portão, de acesso a um edifício de grandes dimensões. O vão dessa entrada tem cerca de 2,50 m, tendo-se considerado a unidade [103], construída em tijolo e pedra e preservada num troço com 1,60 m de comprimento, como a possível soleira dessa porta⁵⁸⁶.

No limite ocidental da escavação há um extenso pavimento de calhaus rolados, semelhante aos que encontramos na alcáçova. A cota ronda os 187,10 e a área escavada deste pavimento é de cerca de 39 m² (10,30 m de comprimento por 3,80 m de largura visíveis). Pensamos que este piso esteja em conexão com a entrada acima referida e apesar dela distar cerca de 15 metros.

⁵⁸⁵ V. páginas 96-97 (nestas páginas faz-se um resumo cronológico da ocupação daquele setor da escavação)

⁵⁸⁶ Cotas: [103] soleira – 186,73; cota das ombreiras: [104] (junto à casa da nascente) – 187,27; [112] – 187,28

CONCLUSÃO

Sem as escavações arqueológicas, realizadas de forma intermitente entre 1989 e 2013, seria bem diferente, e muito mais limitado, o nosso conhecimento sobre o Castelo de Moura. Em especial no que se refere à leitura da alcáçova, à evolução do espaço urbano e às modificações ocorridas na Baixa Idade Média, quaisquer hipóteses de trabalho teriam sido impossíveis, sem esta sequência de intervenções.

O limite temporal mais antigo dos nossos trabalhos situa-se no final do período islâmico, nível atingido, pontualmente na alcáçova – troços de ruas e partes de habitações – e, de forma mais visível, junto ao novo posto de turismo, onde se identificou parte apreciável de uma rua, junto à qual se deverá ter situado a mesquita do *hişn*. As sucessivas ocupações, com extensas terraplanagens, e a permanente procura de água, deixam-nos poucas certezas quanto à tangibilidade dos resultados a obter numa intervenção arqueológica mais aprofundada. Lançam, sobretudo, a dúvida sobre o tipo de integração das estruturas postas a descoberto e ainda quanto à viabilidade da sua manutenção. Há áreas que ficarão como reserva futura e outras ainda onde pensamos continuar os trabalhos arqueológicos. O limite temporal mais recente situa-se no século XX, e uma vez que o castelo conheceu diferentes vidas e teve vários usos ao longo do tempo. Podemos, de forma esquemática, considerar as seguintes grandes fases de ocupação:

- 1) Existência de um bairro no período almóada (segunda metade do século XII/primeiras décadas do século XIII);
- 2) Primeira ocupação cristã (meados século XIII/segunda metade do século XIV);
- 3) Construção da torre de menagem e reestruturação da alcáçova (segunda metade do século XIV);
- 4) Instalação do convento de Nossa Senhora da Assunção (meados do século XVI);
- 5) Construção do aquartelamento (a partir da segunda metade do século XVII);
- 6) Abandono das instalações militares da alcáçova (a partir do início do século XIX);
- 7) Derradeiras ocupações do local (fábrica da Água Castello, até 1937).

O projeto de investigação, que não damos ainda por concluído, clarifica, de vez, a existência de duas épocas de decisivas modificações no castelo: 1) as mutações sofridas pela alcáçova, numa fase de afirmação do poder régio; 2) a verdadeira convulsão que a instalação do Convento do Castelo representou, na segunda metade do século XVI. A primeira criou, como vimos, um novo ordenamento no espaço da alcáçova, ligado de perto à construção da torre de menagem. Novas ruas e uma diferente organização do urbanismo tomaram então forma. O bairro islâmico do período almóada

deu, de vez, lugar a outro espaço. Os trabalhos realizados perto do novo posto de turismo sublinharam essa realidade. Em segundo lugar, a operação urbanística levada a cabo por D. Ângela de Moura alterou de modo indelével a organização do espaço intra-muros. A aquisição e demolição de casas em volta da igreja implicou o abandono de áreas até aí habitadas. A pressão feita em torno dos moradores acabou por ter outras consequências, como a degradação e abandono da igreja de Santiago.

A dinâmica de ocupação do sítio está intimamente ligada às funções que teve em cada momento. Assim, a perceção do espaço tem, antes de mais, a ver com as formas de organização económica e social de quem o ocupa. A existência de um *hışn* comunitário e sem áreas hierarquizadas era estranha à conceção feudal de um castelo. Ainda assim, só 80 anos depois da conquista se considera a possibilidade de construção de uma alcáçova, facto expressamente mencionado nas fontes escritas. Os muros construídos pelos cristãos, nessas primeiras décadas, seguem, de forma um tanto surpreendente, as pré-existências. As novas estruturas seguem os alinhamentos anteriores, ainda que as funções do espaço tenham mudado: uma rua foi cortada longitudinalmente por dois muros; uma outra passa a ser usada como necrópole. No exterior, instalam-se espaços de culto, que se sobrepõem à mesquita e às áreas habitacionais. A organização urbana do povoado muçulmano vai, aos poucos, sendo coberta por uma nova realidade. Essa situação um pouco ambígua vai prolongar-se até meados do século XIV. D. Dinis decidiu, é certo, refazer o «alcacer» de Moura, mas a obra só toma forma em meados do século. São desse período a construção do muro da alcáçova, bem datado pelo escudo do torreão norte, e a edificação da torre de menagem. Passa a existir um terreiro central, com casas em volta e laranjeiras no meio, que Duarte Darmas nos legou no seu desenho. Estava consumada a feudalização do castelo, traduzida numa bem marcada hierarquia espacial. No exterior da alcáçova, afirmavam-se as igrejas de Santa Maria, a mais importante, e a de Santiago, em torno da qual crescia um cemitério.

Em meados do século XVI, o castelo é sacudido por uma mudança de grandes dimensões, que alterará para sempre a organização intra-muros: D. Ângela de Moura compra casas e espaços abertos, e chega a cortar uma rua, dando em troca um terreno para a abertura de uma nova via. O convento ocupará uma área substancial do castelo. A pressão exercida sobre os moradores irá diminuir o número de habitantes no castelo. A igreja de Santiago, que conhecera um período de apogeu e fora objeto de melhoramentos, decaiu e desaparece por completo em finais do século XVI.

O período entre meados do século XVII e o primeiro quartel do século XVIII é marcado pelo acentuar das funções militares do castelo. Dentro e fora da alcáçova, as anteriores ocupações são, em definitivo, esquecidas, em benefício de novas edificações. Cavalariças, novas pavimentações, espaços para treino dos soldados, foram muitas as estruturas que deram nova forma à alcáçova. Respeita-se, no essencial, a organização do espaço, uma vez que as novas edificações se sobrepõem às anteriores. No exterior, junto ao posto de turismo, as ocupações recentes (as hortas, em particular) eliminaram quase por completo os vestígios desta época, bem como das seguintes. Deste período, chegaram-nos vários testemunhos do cerco a Moura, em 1707. Troços de muralha arruinados, balas de canhão sobre os pavimentos, muros destruídos dizem bem da violência do que aqui se passou.

No início do século XIX, a extinção da praça de Moura acelerou o processo de decadência. A venda das muralhas e a sua subsequente demolição consolidaram um ponto de não-retorno. Durante século e meio, o abandono do castelo foi-se tornando, aos poucos uma realidade. A alcáçova foi conhecendo diversos usos: oficina camarária, fábrica e armazém da Água Castello, local de prática desportiva informal na sua fase derradeira. Até ao definitivo abandono, nos anos 70 do século XX. A área exterior conheceu uma evolução mais lenta e mais complexa. Se as funções militares se perderam, manteve-se a ocupação habitacional. Ruas e largos foram um espaço vivo até aos anos 60 do século XX. O programa de demolições, iniciado em 1942, com a massiva destruição de grande parte do Convento de Nossa Senhora da Assunção (cujas estruturas ainda se identificavam, com clareza, nessa altura: Anexo A – Est. Q e R), teve seguimento durante cerca de duas décadas. Os habitantes que iam resistindo eram, aos poucos, relegados para zonas periféricas da cidade. No início dos anos 70 do século XX estava consumado o deserto. Nem habitantes, nem casas, nem vida. A arqueologia acabou por entrar em cena quando, à falta de outro uso, se quis utilizar o castelo como espaço de estacionamento automóvel. Três décadas e meia volvidas, muitas foram as intervenções realizadas. Nelas tiveram parte ativa as intervenções arqueológicas, enquanto processo de conhecimento e de participação social.

Mais arqueologia no futuro do Castelo de Moura? Seguramente, num processo de construção do futuro que não é admissível nem entendível sem a leitura do passado. Os próximos anos demonstrarão, uma vez mais, a justeza da aposta que neste projeto se fez.

BIBLIOGRAFIA

1. FONTES MANUSCRITAS

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (A.C.L.)

Manuscritos, série azul, 374/26, 376/14 e 913

Manuscritos, série vermelha, 520

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

(A.N.T.T.)

Chancelaria de D. Dinis, Livros 1, 2, 3 e 4

Chancelaria de D. Afonso IV, Livros 3 e 4

Chancelaria de D. Pedro I, Livro 1

Chancelaria de D. Fernando, Livro 1

Chancelaria de D. João I, Livros 2, 3 e 4

Chancelaria de D. Duarte, Livro 1

Chancelaria de D. Afonso V, Livros 1, 11, 13, 16, 19,
20, 23, 30, 32, 34, 36, 37, 38

Chancelaria de D. João II, Livros 1, 7, 8, 14, 24, 25, 26

Chancelaria de D. João IV, Livro 9

Livros 1 e 2 de Místicos

Livros 1 e 2 de Reis

Livro de Extras

Leitura Nova

Livros 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8 de Odiana

Convento do Carmo de Moura, Livro 8

Convento do Carmo de Moura, Maços 1, 6, 8 e 66

Livro dos herdamentos e doações do Mosteiro de
Leça, Col. Costa Basto, n.º 4, fol. 71

ARQUIVO DISTRITAL DE BEJA DE MOURA (A.D.B.)

Convento do Castelo, Maços 1, 6 e 7

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE MOURA

(A.H.M.M.)

Tombo da vila de Moura, vols. I e II

Santa Casa da Misericórdia de Moura, docs. Avulsos

Atas das Vereações, B/A/01/015 a 018

ARQUIVO HISTÓRICO-MILITAR (A.H.M.)

3.ª Divisão, 9.ª Secção, Cx. 82, B 18

3.ª Divisão, 9.ª Secção, Cx. 82, B 19

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (B.N.P.)

Cod. 420

Cod. 439

Cod. 7445 – Langres, Nicolau de, *Planta de todas
as praças do reyno de Portugal*

Cod. 439, fls. 21-23

Conselho de Guerra – Decretos

Mç. 1 N.º 30

Mç. 1 N.º 37

Mç. 1 N.º 39

Mç. 2 N.º 42

Mç. 3 N.º 152

Mç. 6 N.º 45

Mç. 6 N.º 86

Mç. 6 N.º 87

Mç. 6 N.º 89

Mç. 6 N.º 90

Mç. 14 N.º 35

Mç. 16 N.º 49

Mç. 16 N.º 82

Mç. 21 N.º 54

Mç. 21 N.º 56

Mç. 63 N.º 75

Mç. 66 N.º 8

Mç. 66 N.º 64

2. JORNAIS

Correio da Península ou Novo Telégrafo, Lisboa, 1809
Diário do Alentejo, 7.8.1970 (ano XXXIX, n.º 11667)

3. FONTES ÁRABES

ALEMANY BOLUFER, José, 1920

La geografía de la Península Ibérica en los escritores árabes in «Revista del Centro de Estudios Historicos de Granada y su reino», t. X, n.º 3-4, pp. 121-184

COELHO, António Borges, 1972

Portugal na Espanha Árabe, vol. I, Lisboa, Seara Nova

LAFUENTE Y ALCÁNTARA, Emilio (ed.), 1867

Ajbar Machmua (colección de tradiciones), Madrid, Real Academia de la Historia

MOLINA, Luis (ed., trad. e notas), 1983

Una descripción anónima de al-Andalus, vol. II, Madrid, CSIC

IBN AL-^ḥATĪR, 1901

Annales du Maghreb et de l'Espagne (trad. e anot. por Edmond Fagnan), Alger, Typographie Adolphe Jourdan

IBN ḤALDŪN, 1946

História de los Árabes de España por Ibn Jaldun (trad. por Osvaldo Machado) in «Cuadernos de História de España», vol. VI, Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, pp. 146-153

IBN ḤALDŪN, 1947

História de los Árabes de España por Ibn Jaldun (trad. por Osvaldo Machado) in «Cuadernos de História de España», vol. VIII, Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, pp. 146-153

IBN ḤĀYYAN, 1981

Crónica del califa Abdarraḥman III an-Nasir entre los años 912 y 942 – al-Muqtabis V (trad. e índices por María de Jesus Viguera e Federico Corriente), Zaragoza, Anubar Ediciones

IBN ḤĀYYAN, 2001

Crónica de los emires Alhakam I y Abdarraḥman II entre los años 796 y 847 – Almuqtabis II-1 (trad. e índices por Mahmud Makki e Federico Corriente), Zaragoza, Instituto de Estudios Islámicos y del Próximo Oriente

IBN ʿIDĀRĪ, 1904

Histoire de l'Afrique et de l'Espagne intitulée Al-Bayano l-Mogrib (trad. e notas por Edmond Fagnan), tomo II, Alger, Imprimerie Orientale Pierre Fontana

IBN AL-QŪṬĪYA, 1926

Historia de la conquista de España de Abenalcotia el Cordobés (ed. Julian Ribera) in «Colección de obras arabigas de Historia y Geografía», t. II, Madrid

IBN ṢĀḤĪB AL-ṢALĀT, 1969

Al-mann bi'l-imāma, (estudo, trad. e índices por Ambrosio Huici Miranda), Valencia, Editorial Anubar

AL-IDRĪSĪ, 1989

Los caminos de al-Andalus en el siglo XII (estudo, edição, tradução e notas por Jassim Abid Mizal), Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas

AL-MAQQARĪ, 1843

The History of the Mohammedan Dynasties in Spain (trad. Pascual de Gayangos), vol. II, London, Oriental Translation Fund of Great Britain and Ireland

AL-NUWAYRĪ, 1915

Historia de España y África (trad. Gaspar Remiro Mariano) in «Revista del Centro de Estudios Historicos de Granada y su reino», t. V, n.º 4, Granada, pp. 221-242

AL-RĀZĪ, 1953

La description d'Espagne d'Aḥmad al-Rāzī (trad. Évariste Lévi-Provençal) in «Al-Andalus», vol. XVIII, pp. 51-108

AL-RĀZĪ, 1967

Anales palatinos del califa de Córdoba al-Hakam II, por Isa ibn Ahmad al-Razi (360-364 H.-971-975 d.C.). El califato de Córdoba en el Muqtabis de Ibn Hayyan (ed. por Emilio García Gómez), Madrid, Sociedad de Estudios y Publicaciones

YĀQŪT, 1974

La España Musulmana en la obra de Yaqt (s. XII-XIII) (trad. por Gamal Abd al-Karim) in «Cuadernos de Historia del Islam», n.º 6, Universidad de Granada

4. FONTES PORTUGUESAS E ESPANHOLAS

AZEVEDO, Pedro de (ed.), 1906-1910

Livro dos bens de D. João de Portel, Lisboa, Ed. do Archivo Historico Portuguez

BACALHAU, Marisa; PATRÍCIO, Octávio, 2012

O foral manuelino de Moura, Moura, Câmara Municipal de Moura (e-book)

CABRAL, Luiz d'Almeida, 1991
Historia da notavel villa de Moura composta por Luiz d'Almeida Cabral, vigário da vara da mesma villa
 in «História da notável villa de Moura» (ed. de João da Mouca), Moura, Câmara Municipal de Moura/ Biblioteca Municipal, pp. 1-52

DIAS, João José Alves (org.), 1998
Chancelarias Portuguesas – D. Duarte, vol. I – tomo 2, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa

DIAS, João José Alves (org.), 2005a
Chancelarias Portuguesas – D. João I, vol. II – tomo 1, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa

DIAS, João José Alves (org.), 2005b
Chancelarias Portuguesas – D. João I, vol. II – tomo 2, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa

DIAS, Luís Fernando de Carvalho, 1965
Forais manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve – Entre Tejo e Odiana, s.l., ed. do autor

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel, 1991
Diplomatario andaluz de Alfonso X, Sevilla, El Monte – Caja de Huelva y Sevilla

LOPES, Fernão, 1915
Primeira parte de Crónica de D. João I, Ed. do Archivo Histórico Português

MARQUES, António Henrique de Oliveira, 1984
Chancelaria de D. Pedro I, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica

MARQUES, António Henrique de Oliveira, 1992
Chancelarias Portuguesas – D. Afonso IV, vol. III, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa

PÁSCOA, Marta (recolha e transcrição), 2003
Memórias paroquiais da vila de Moura e seu termo, Moura, Câmara Municipal de Moura

PASCOAL, Diogo Vaz, 1991
Descrição da villa de Moura in «História da notável villa de Moura» (ed. de João da Mouca), Moura, Câmara Municipal de Moura/Biblioteca Municipal, pp. 54-61

PEREIRA, Gabriel, 1887
Documentos históricos da cidade de Évora, 2.^a parte, Évora

PFEFFINGER, Mr., *Fortificação moderna*, Lisboa, Officina Real Deslandesiana, 1713.

PIMENTEL, Luís Serrão, 1680
Methodo lusitanico de desenhar as fortificações, Lisboa, Imp. de António Craeesbeck de Melo

REGO, António da Silva, 1968
As gavetas da Torre do Tombo, vol. VII, Lisboa, C.E.H.U.

SEPÚLVEDA, Cristovão Aires de Magalhães, 1902
História orgânica e política do exército português, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade

SEPÚLVEDA, Cristovão Aires de Magalhães, 1919
História orgânica e política do exército português, vol. VIII, Coimbra, Imprensa da Universidade

SEPÚLVEDA, Cristovão Aires de Magalhães, 1923
História orgânica e política do exército português, vol. IX, Coimbra, Imprensa da Universidade

SEPÚLVEDA, Cristovão Aires de Magalhães, 1926
História orgânica e política do exército português, vol. XIV, Coimbra, Imprensa da Universidade

SEPÚLVEDA, Cristovão Aires de Magalhães, 1929
História orgânica e política do exército português, vol. XVI, Coimbra, Imprensa da Universidade

5. CRÓNICAS, DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS

ALMEIDA, João de, *Roteiro dos monumentos militares portugueses*, vol. 3, Lisboa, ed. do autor, 1947

SOARES, V.H. Varela e ADELINO, E.A. Neves, *Dicionário de terminologia militar*, 2 vols., Lisboa, ed. dos autores, 1962-1963.

SOUSA, António Caetano de, *Provas da história genealógica da Casa Real Portuguesa*, 6 vols., ed. revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Coimbra, Atlântida, 1946-1954.

RESENDE, Garcia de, 1798
Crónica de D. João II e Miscelânea (reimpressão fac-similada da nova edição conforme a de 1798), Lisboa, Imprensa Nacional

VITERBO, Francisco de Sousa, 1899
Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional

VITERBO, Francisco de Sousa, 1922
Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional

6. CARTOGRAFIA E FOTOGRAFIA

GABINETE DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS
DE ENGENHARIA MILITAR
Mapa 3042/2-21A-105
Mapa 3044-21-30

7. RELATÓRIOS DE ESCAVAÇÕES

MONTEIRO, Jorge Pinho (et al.), 1980
Estudo arqueológico do Castelo de Moura – campanha de 1980 (exemplar datilografado depositado na Biblioteca Municipal de Moura)

8. LIVROS E ARTIGOS

ALARCÃO, Jorge de, 1983
Portugal Romano, 3.ª ed., Lisboa, Editorial Verbo

ALARCÃO, Jorge (et al.), 1990a
Propositions pour un nouveau tracé des limites anciennes de la Lusitanie romaine in «Les villes de Lusitanie romaine», Paris, CNRS, pp. 319-329

ALARCÃO, Jorge de, 1990b
Vestígios romanos do concelho de Moura in «Moura na época romana», Moura, Câmara Municipal de Moura, pp. 31-39

ALARCÃO, Jorge de; SANTOS, Ana Isabel Palma (coord.), 1996
De Ulisses a Viriato – O primeiro milénio a.C., Lisboa, Instituto Português de Museus

ALARCÃO, Jorge de, 2005
Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – I in «Revista Portuguesa de Arqueologia», vol. 7, n.º 1, Instituto Português de Arqueologia, pp. 317-342

ALBERGARIA, João; MELRO, Samuel, 2002
Trabalhos arqueológicos realizados no âmbito do bloco 9 in «Al-Madan», 2.ª série, n.º 11, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 128-133

ALBERGARIA, João; MELRO, Samuel, 2013
Ocupação proto-histórica na margem esquerda do Guadiana, Évora, EDIA/DRCALEN

ALFENIM, Rafael, 1988
O epitáfio de Comarius, de Moura in «Ficheiro epigráfico», n.º 26, Coimbra, Universidade de Coimbra, 119

ALMAGRO-GORBEA, M., 1977
El Bronce Final y el Periodo Orientalizante en Extremadura, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas

ALMEIDA, Fernando de, 1962
Arte visigótica em Portugal, Lisboa

ALMEIDA, Francisco; ARAÚJO, Ana Cristina; RIBEIRO, João Pedro Cunha, 2002
Contribuição para o estudo do Paleolítico no Alentejo interior. Resultados preliminares do Bloco B1 do plano de minimização de impactes da barragem de Alqueva in «Al-Madan», 2.ª série, n.º 11, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 94-98

ALMEIDA, João de, 1943
Reprodução anotada do livro das fortalezas de Duarte Darnas, Lisboa, Editorial Império

ALMEIDA, Maria Amélia Fresco, 1987a
Escultura arquitectónica e funerária dos séculos IV a VIII a sul do Tejo, vol. I (texto) Lisboa (dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

ALMEIDA, Maria Amélia Fresco, 1987b
Escultura arquitectónica e funerária dos séculos IV a VIII a sul do Tejo, vol. II (documentação gráfica) Lisboa (dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

ALMEIDA, Maria Amélia Fresco, 1987c
Escultura arquitectónica e funerária dos séculos IV a VIII a sul do Tejo, vol. III (documentação gráfica) Lisboa (dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

ALMEIDA, Maria Amélia Fresco, 1987d
Escultura arquitectónica e funerária dos séculos IV a VIII a sul do Tejo, vol. IV (documentação gráfica) Lisboa (dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)

- AMARO, Clementino, 1982
Casa dos Bicos – notícia histórico-arqueológica
in «Arqueologia», n.º 6, Porto, G.E.A.P., pp. 96-111
- AMARO, Clementino, 1984
Intervenção arqueológica na Casa dos Bicos
in «Informação Arqueológica», vol. 4, Lisboa,
pp. 152-157
- ANTUNES, Ana Sofia Tamissa, 2009
*Um conjunto cerâmico da Azougada. Em torno da
Idade do Ferro pós-orientalizante da margem esquerda
do Baixo Guadiana*, Lisboa, Museu Nacional
de Arqueologia
- ARMBRUSTER, Barbara; PARREIRA, Rui (coord.), 1993
*Catálogo – Coleção de Ourivesaria, 1.º volume.
Do Calcolítico à Idade do Bronze*, Lisboa, Instituto
Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia
- ARMBRUSTER, Barbara; PARREIRA, Rui, 1995
Tesouro da Herdade do Álamo in «A Idade do Bronze
em Portugal – discursos de poder», Lisboa, Instituto
Português de Museus, p. 25
- ARRUDA, Ana Margarida, 1997
*As cerâmicas áticas do castelo de Castro Marim
no quadro das exportações gregas para a Península
Ibérica ; seguido por O Corço, a Kylix e Dyonisus:
uma breve nota sobre cerâmica e símbolos*, Lisboa,
Edições Colibri
- BARCELÓ, Carmen; LABARTA, Ana, 1987
Inscripciones árabes portuguesas: situación actual
in «Al-Qantara», vol. VIII, Madrid, pp. 395-420
- BARROCA, Mário, 2000a
Epigrafia medieval portuguesa (862-1422), Vol. I,
Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para
a Ciência e a Tecnologia
- BARROCA, Mário, 2000b
Epigrafia medieval portuguesa (862-1422), Vol. II, T. 1,
Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para
a Ciência e a Tecnologia
- BARROCA, Mário, 2000c
Epigrafia medieval portuguesa (862-1422), Vol. II, T. 2,
Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para
a Ciência e a Tecnologia
- BARROCA, Mário, 2000d
Epigrafia medieval portuguesa (862-1422), Vol. III,
Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para
a Ciência e a Tecnologia
- BAZZANA, André (et al.), 1982
*Du hisn musulman au castrum chrétien: le château de
Perpunchent (Lorcha, province d'Alicante)* in «Mélanges
de la Casa de Velázquez», t. XVIII (1), pp. 449-465
- BAZZANA, André, 1983
Les structures: fortification et habitat in «Habitats
fortifiés et organisation de l'espace en Méditerranée
médiévale», s.l., Maison de l'Orient, pp. 161-172
- BAZZANA, André (et al.), 1989
Saltés, une ville médiévale d'al-Andalus, Madrid,
Casa de Velázquez
- BEIRANTE, Maria Ângela, 1986
*O Alentejo na segunda metade do século XIV – Évora
na crise de 1383-1385* in «Estudos Medievais», n.º 7,
Porto, pp. 119-154
- BEIRANTE, Maria Ângela, 1995
Évora na Idade Média, s.l., Fundação Calouste
Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação
Científica e Tecnológica
- BERROCAL-RANGEL, Luis, 1992
Los pueblos celticos del suroeste de la Península Ibérica,
Madrid
- BERROCAL-RANGEL, Luis; SILVA, António Carlos,
2010
*O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura),
Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana,
2004-2007*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia
- BOIÇA, Joaquim, 1998
Imaginária de Mértola – tempos, espaços, representações,
Mértola, Campo Arqueológico de Mértola
- BOLETIM D.G.E.M.N., 1954
Castelo de Beja in «Boletim da Direcção-Geral
dos Edifícios e Monumentos Nacionais», n.º 77,
Ministério das Obras Públicas
- BOONE, James, 1984
*Majolica escudillas of the 15th and 16th centuries:
a typological analysis of 55 examples from Qsar es-Seghir*
in «Historical Archaeology», 18, pp. 76-86
- BOONE, James, 1992
*The first two seasons of excavations at Alcaria Longa:
a caliphal-taifal period rural settlement in the Lower
Alentejo of Portugal* in «Arqueologia Medieval»,
vol. I, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola/
Edições Afrontamento, pp. 51-64

- BOONE, James, 2001
Tribalism, ethnicity and islamization in the Baixo Alentejo of Portugal: preliminary results of investigation into transitional period (AD 550-850) rural settlements in «Era. Arqueologia», n.º 4, Lisboa, Edições Colibri/Era, pp. 104-121
- BORGES, Artur Goulart de Melo; MACIAS, Santiago, 1992
Almocavar de Moura – localização e epigrafia in «Arqueologia Medieval», n.º 1, Porto, Edições Afrontamento, pp. 65-69
- BORGES, Artur Goulart de Melo, 1993
Inscrições árabes de Noudar in «Arqueologia Medieval», n.º 2, Porto, Edições Afrontamento, pp. 215-217
- BORGES, Artur Goulart de Melo, 2001
Epigrafia in «Museu de Mértola – Arte Islâmica», Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 101-104 e 181-187
- BOTELHO, José Justino Teixeira, 1944
Novos subsídios para a História da Artilharia Portuguesa, vols., Lisboa, Publicações da Comissão de História Militar
- BUBNER, Thomas, 1979
Ocupação campaniforme do Outeiro de São Bernardo (Moura) in «Ethnos», 8, pp. 139-151.
- CAEIRO, José, 1976-1977
Marcas de oleiro em terra sigillata itálica do Castelo das Guerras (Moura) in «Setúbal Arqueológica», II-III, pp. 419-422
- CANTO, Alicia, 1997
Epigrafia romana de la Betúria Céltica, Madrid, Servicio de Publicaciones de la Universidad Autónoma de Madrid
- CARDOSO, Guilherme, 1991
Carta arqueológica do concelho de Cascais, Cascais, Câmara Municipal de Cascais
- CARMO, Teresa, 2013
Intervenção antropológica realizada no recinto do Castelo de Moura (campanha 2012 PRT112), exemplar policopiado depositado na Câmara Municipal de Moura
- CARVALHOSA, António Barros e; CARVALHO, António M. Galopim de, 1970
Carta geológica de Portugal na escala 1:50.000 – notícia explicativa da folha 43-B: Moura, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal
- CASAMAR, Manuel, 1985
Marfiles islámicos poco conocidos in «Cuadernos de la Alhambra», vol. 21, Granada, pp. 11-29
- CHALMETA, Pedro, 1994
Invasión e islamización. La sumisión de Hispania y la formación de al-Andalus, Madrid, Editorial MAPFRE
- COELHO, Adelino Matos, 1986
O Castelo de Noudar, Lisboa, Câmara Municipal de Barrancos
- COLLAÇO, João Maria Tello de Magalhães, 1931
Cadastro da população do reino (1527). Actas das comarcas damtre Tejo e Odiana e da Beira, Lisboa
- CONCEIÇÃO, Margarida Tavares, 2002
Da vila cercada à praça de guerra. Formação de um espaço urbano em Almeida (séculos XVI-XVIII), Lisboa, Livros Horizonte
- CONDE, Manuel Sílvio, 1997
Sobre a casa urbana no centro e sul de Portugal, nos finais da Idade Média in «Arqueologia Medieval», n.º 5, Porto, Edições Afrontamento, pp. 243-265
- CORDEIRO, João, 1854
Da exploração do salitre em Portugal e com particularidade na villa de Moura, Lisboa, Imprensa Nacional
- CORREIA, Fernando Branco, 1993
Catálogo in «Museu Regional de Beja – núcleo visigótico», Beja, Assembleia Distrital / Museu Regional
- CORREIA, Fernando Branco, 1999
Elvas na Idade Média (dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)
- CORREIA, Jose António, 2000
Freguesia de S. João Baptista (Moura): subsídios para a sua história, Moura, Junta de Freguesia de São João Baptista
- CORREIA, José António, 2005
Freguesia de Santo Agostinho: histórias e memórias, Moura, Junta de Freguesia de Santo Agostinho
- CORREIA, José António, 2009
Moura, o Carmo, a Fé, Moura, Câmara Municipal de Moura

- COSTA, Augusto, 2008
Modelação matemática dos recursos hídricos subterrâneos da região de Moura (dissertação de doutoramento em Ciências da Engenharia apresentada à Universidade Técnica de Lisboa), Lisboa
- COSTA, Teresa, 2010
Castelo Velho de Safara: elementos para o seu estudo, dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à FLUL, Lisboa
- COTT, Perry Blythe, 1939
Siculo-arabic ivories, Princeton, Princeton University Press
- DEUS, Manuela (e outros), 2015
Algar do Guano – Cova da Adiça (Sobral da Adiça, Moura): indício de ocupação da Idade do Bronze e de Época Romana in Nieves Medina Rosales (ed.), «Actas del VII Encuentro de Arqueologia del Suroeste Peninsular», Aroche, Ayuntamiento de Aroche, pp. 777-788
- DIAS, Pedro, 1988
A arquitectura manuelina, Porto, Livraria Civilização Editora
- DOMERGUE, Claude, 1987
Catalogue des mines et des fonderies antiques de la Péninsule Ibérique, vol. II, Madrid, Casa de Velazquez
- DOMERGUE, Claude, 1990
Les mines de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité Romaine, s.l., École Française de Rome
- DOZY, Reinhardt, 1881
Recherches sur l'histoire et la littérature de l'Espagne pendant le Moyen Age, 3^{ème} ed., vol. II, Leyde, E. J. Brill
- DUARTE, António, 1945
Velhas civilizações. A estação arqueológica de Porto Mourão in «Jornal de Moura», 14/07/1945
- ENCARNAÇÃO, José d', 1984a
Inscrições romanas do Conventus Pacensis, vol. I, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras
- ENCARNAÇÃO, José d', 1984b
Inscrições romanas do Conventus Pacensis, vol. II, Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras
- ENCARNAÇÃO, José d', 1989
Uma homenagem a Agripina, mulher de Germânico in «Conimbriga», XXVIII, Coimbra, pp. 157-167.
- ENCARNAÇÃO, José d', 1990a
Epigrafia romana de Moura in «Moura na época romana», Moura, Câmara Municipal de Moura, pp. 41-59
- ENCARNAÇÃO, José d', 1990b
Epigrafia romana do Museu Municipal de Moura in «Moura na época romana», Moura, Câmara Municipal de Moura, pp. 65-74
- ENCARNAÇÃO, José d'; VALENTE, José Gonçalo; GASPAS, Vanessa; LOPES, Maria da Conceição; MACIAS, Santiago, 2012
Placa funerária romana de Moura (Conventus Pacensis) in «Ficheiro epigráfico», n.º 103, Coimbra, Universidade de Coimbra, 457
- ENCARNAÇÃO, José d'; VALENTE, José Gonçalo; GASPAS, Vanessa; LOPES, Maria da Conceição; MACIAS, Santiago, 2013
Ara funerária romana de Moura (Conventus Pacensis) in «Ficheiro epigráfico», n.º 104, Coimbra, Universidade de Coimbra, 460
- ESPANCA, Túlio, 1978
Inventário artístico de Portugal – distrito de Évora, vol. I, Lisboa
- EWERT, Christian, 1971
El mihrab de la mezquita mayor de Almeria in «Al-Andalus», vol. XXXVI, fasc. 2, Madrid-Granada, pp. 391-460
- EWERT, Christian, 1973
La mezquita de Mértola, sep. de «Cuadernos de la Alhambra», n.º 9, Granada
- FABIÃO, Carlos (et al.), 1991
O povoado fortificado de 'Mesas do Castelinho', Almodôvar in «Actas das IV Jornadas Arqueológicas», Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 305-319
- FERNANDES, Hermenegildo, 1991
Organização do espaço e sistema social no Alentejo Medieval – o caso de Beja, Lisboa (dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)
- FERNANDES, Hermenegildo, 2000
Entre mouros e cristãos – a sociedade de fronteira no Sudoeste Peninsular Interior (séculos XII-XIII), Lisboa (dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

- FERRANDIS, José, 1928
Marfiles y azabaches españoles, Barcelona, Editorial Labor
- FERRANDIS, José, 1940
Marfiles árabes de Occidente, vol. II, Madrid, Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecários y Arqueólogos
- FERREIRA, Fernando Bandeira, 1985
Alguns topónimos indicativos de monumentos arqueológicos in «Bibliotecas Arquivo Museus», Vol. I, n.º 2, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, pp. 559-675
- FERREIRA, F. E. Rodrigues, 1983
Escavações do ossário de S. Vicente de Fora in «Revista Municipal», ano 44, 2.ª série, n.º 4, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 5-36
- FERREIRA, Octávio da Veiga, 1971
Um esconderijo de fundidor encontrado no Castro de S. Bernardo (Moura), *O Arqueólogo Português*, Série III, 6, pp. 139-144.
- FERRO, Maria José Pimenta, 1980
Os judeus em Portugal no século XV, vol. I, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
- FERRO, Maria José Pimenta, 1982
Judeus e mouros no Portugal dos séculos XIV e XV in «Revista de História Económica e Social», n.º 9, Lisboa, Sá da Costa Editora, pp. 75-89
- FERRO, Maria José Pimenta, 1984
Os judeus em Portugal no século XV, vol. II, Lisboa, INIC
- FLORES, Francisco de Almeida; ARAÚJO, Carlos de, 1945
História da exploração antiga da mina de Ruy Gomes, sep. do vol. I de «Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro», Porto
- GALEGO, Júlia, 1982
A comarca d'amtre Tejo e Odiana no numeramento de 1527-1532, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos
- GAMITO, Teresa Júdice, 1986
Os obeloi de bronze do Sudoeste Peninsular – seu contexto e interpretação socio-ideológica in «Conimbriga», vol. XXV, Coimbra, pp. 22-39
- GAMITO, Teresa Júdice, 1988
Social complexity in Southwest Iberia, 900-300 BC. The case of Tratessos, BAR International Series, 439, Oxford
- GAMITO, Teresa Júdice, 1990
O concelho de Moura na proto-história in «Moura na época romana», Moura, Câmara Municipal de Moura, pp. 17-30
- GARCIA, João Carlos, 1982
Navegabilidade e navegação no Baixo Guadiana, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos – INIC
- GARCIA, João Carlos, 1983
O Baixo Guadiana Medieval – formação de uma fronteira, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos
- GARCIA, João Carlos, 1986
O espaço medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos
- GARCÍA FITZ, Francisco, 1992
Conflictos jurisdiccionales, articulación territorial y construcciones militares a finales del siglo XIII en el alfoz de Sevilla: la Sierra de Aroche in «Archivo Hispalense», Sevilla, Diputación Provincial de Sevilla, pp. 25-51
- GARCÍA SANJUÁN, Alejandro, 2002
Aproximación al estudio del poblamiento de la Sierra de Huelva en época Andalusí in «XVI Jornadas del Patrimonio de la Comarca de la Sierra», Huelva, pp. 61-90
- GASPAR, Vanessa, 2006
Atalaias do concelho de Moura in «Fortificações modernas de Moura», Moura, Câmara Municipal de Moura
- GASPAR, Vanessa (e outros), no prelo
Mouraria de Moura – história e arqueologia, Moura, Câmara Municipal de Moura
- GOMES, Mário Varela, 1983
El smiting god de Azougada (Moura) in «Trabajos de Prehistoria», 40, Madrid, p. 199-220
- GOMES, Mário Varela, 2001
Divindades e santuários púnicos, ou de influência púnica, no sul de Portugal in «Os púnicos no extremo ocidente: actas do colóquio internacional» (Lisboa, 27 e 28 de Outubro de 2000), Lisboa, Universidade Aberta, p. 99-148
- GOMES, Rosa Varela (et al.), 1984
Cerâmicas importadas, dos séculos XV e XVI, encontradas no poço-cisterna árabe de Silves in «3.º Congresso do Algarve – textos das comunicações», vol. I, pp. 35-44

- GOMES, Rosa Varela, 1988
Cerâmicas muçulmanas do castelo de Silves, Silves, Câmara Municipal de Silves
- GOMES, Rosa Varela, 2003
Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: a alcáçova, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, 2004
La cerámica islámica de Mértola. Producción y comercio, tesis doctoral, tomo V, Madrid, Universidad Complutense de Madrid
- GONÇALVES, António 2005
Identificação mineralógica de uma conta do povoado do Álamo (Sobral da Adiça, Moura) in «Revista Portuguesa de Arqueologia», vol. 8, n.º 1, Instituto Português de Arqueologia, pp. 147-149
- GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel, 1990
Repartimientos andaluces del siglo XIII. Perspectiva de conjunto y problemas in «De al-Andalus a la sociedad feudal: los repartimientos bajomedievales», Barcelona, CSIC, pp. 95-117
- GUICHARD, Pierre, 1980
Le problème de l'existence de structures de type «féodal» dans la société d'Al-Andalus in «Structures féodales et féodalisme dans l'Occident Méditerranéen», Paris, C.N.R.S., pp. 699-725
- GUICHARD, Pierre, 1983
Géographie historique et histoire sociale des habitats fortifiés ruraux de la région valencienne in «Habitats fortifiés et organisation de l'espace en Méditerranée médiévale», s.l., Maison de l'Orient, pp. 87-93
- GUICHARD, Pierre, 1990
Les musulmans de Valence et la Reconquête (XI^e-XIII^e siècles), premier tome, Damas, Institut Français de Damas
- GUICHARD, Pierre, 1991
Les musulmans de Valence et la Reconquête (XI^e-XIII^e siècles), deuxième tome, Damas, Institut Français de Damas
- HELENO, Manuel, 1935
Jóias pré-romanas in «Ethnos», vol. I, Lisboa, I.P.A.H.E., pp. 232-234
- HERNÁNDEZ JIMÉNEZ, Félix, 1960
La kura de Mérida en el siglo X in «Al-Andalus», XXV, Madrid-Granada, CSIC, pp. 313-371
- HERNÁNDEZ JIMÉNEZ, Félix, 1961
Ragwal y el itinerario de Musa, de Algeciras a Mérida in «Al-Andalus», XXVI, Madrid-Granada, CSIC, pp. 43-153
- LAMAS, José, 1988
Plano de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Moura – estudo prévio, Lisboa (doc. de trabalho dep. BMM)
- LIMA, José Fragoso de, 1942
Comissão de Arte e Arqueologia in «Jornal de Moura», n.º 734, 21.2.1942
- LIMA, José Fragoso de, 1943
Estação muçulmana da Quinta dos Frades in «Jornal de Moura», n.º 796, 29.5.1943
- LIMA, José Fragoso de, 1944
Plano de arrolamento dos monumentos do concelho in «Jornal de Moura», n.º 832, 4.3.1944
- LIMA, José Fragoso de, 1950
Vestígios de vias romanas na parte ocidental de Hispalis, sep. de «Las Ciencias», ano XV, n.º 3, Madrid, pp. 563-580
- LIMA, José Fragoso de, 1963a
Nuevas piedras visgóticas en Portugal, sep. de «Analecta Sacra Tarraconensia», vol. XXXV
- LIMA, José Fragoso de, 1963b
O Castelo de Moura e a arqueologia – novas investigações realizadas pela Sra. D. Wanda Rodrigues e Rodrigues, sep. de «A Planície», nos. 248, 249, 250 e 252
- LIMA, José Fragoso de, 1981
Apontamentos históricos e arqueológicos do concelho de Moura, Moura, Biblioteca Municipal
- LIMA, José Fragoso de, 1988
Monografia arqueológica do concelho de Moura, Moura, Câmara Municipal de Moura
- LOBATO, João Rodrigues, 1961
Amareleja rumo à sua história, Évora
- LOPES, David, 1911
Os árabes nas obras de Alexandre Herculano sep. de «Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa», vols. III e IV, Lisboa, Imprensa Nacional

- LOPES, Maria da Conceição, 1990
Cerâmica romana do Museu Municipal de Moura in «Moura na época romana», Moura, Câmara Municipal de Moura, pp. 75-84
- LOPES, Maria da Conceição (et al.), 1997
Arqueologia do concelho de Serpa, Serpa, Câmara Municipal de Serpa
- LOPES, Maria da Conceição, 2003a
A cidade romana de Beja – percursos e debates em torno da ‘civitas’ de Pax Iulia, Coimbra, Instituto de Arqueologia da FLUC
- LOPES, Maria da Conceição, 2003b
A cidade romana de Beja – percursos e debates em torno da ‘civitas’ de Pax Iulia – catálogo de sítios, Coimbra, Instituto de Arqueologia da FLUC
- LOPES, Maria da Conceição, 2013
Em tempos de Roma pela margem esquerda do Guadiana. Bloco 12 do Projecto de Salvamento Arqueológico do Alqueva, Évora, EDIA/DRCALLEN
- MACHADO, José Pedro (coord. e notas), 1973
Cartas dirigidas a David Lopes, Lisboa, Revista Ocidente
- MACIAS, Santiago, 1986
As muralhas medievais de Moura in «Arquivo de Beja» (2.ª série), n.º 3, pp. 253-268
- MACIAS, Santiago, 1990
Fragmentos arquitectónicos tardo-romanos do Museu Municipal de Moura in «Moura na época romana», Moura, Câmara Municipal de Moura, pp. 85-92
- MACIAS, Santiago, 1993
Moura na Baixa Idade Média: elementos para um estudo histórico e arqueológico in «Arqueologia Medieval», n.º 2, Porto, Edições Afrontamento, pp. 127-157
- MACIAS, Santiago, 1994a
A arqueta pintada de época islâmica do Museu de Moura in «Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)», 2.º vol., Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 295-298
- MACIAS, Santiago, 1994b
Escavações arqueológicas no Castelo de Moura – primeiros resultados in «Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana», Huelva, Universidad de Huelva, pp. 673-705.
- MACIAS, Santiago, 2005a
Mértola – o último porto do Mediterrâneo, vol. I, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola
- MACIAS, Santiago, 2005b
Mértola – o último porto do Mediterrâneo, vol. II, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola
- MACIAS, Santiago, 2005c
Mértola – o último porto do Mediterrâneo, vol. III, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola
- MACIAS, Santiago; GASPAR, Vanessa, 2006
Fortificações modernas de Moura, Moura, Câmara Municipal de Moura
- MACIAS, Santiago, 2007
Arqueologia in *Notícia explicativa da folha 44 – A. Carta Geológica de Portugal na escala 1/50.000*, Lisboa, INETI
- MACIAS, Santiago (e TORRES, Cláudio), 1998
O legado islâmico em Portugal, Lisboa, Círculo de Leitores
- MARQUES, António Henrique de Oliveira, 1987a
Portugal na crise dos séculos XIV e XV, Lisboa, Editorial Presença
- MARQUES, António Henrique de Oliveira, 1987b
A sociedade medieval portuguesa, 5.ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora
- MARQUES, António Henrique de Oliveira, 1981
A persistência do elemento muçulmano na História de Portugal após a ‘Reconquista’. O exemplo da cidade de Lisboa in «História & Crítica», n.º 7, Lisboa, pp. 19-24
- MARQUES, António Henrique de Oliveira, 1993
O Portugal Islâmico in «Nova História de Portugal» (dir. de Joel Serrão e António Henrique de Oliveira Marques), vol. II, Lisboa, Editorial Presença, pp. 117-249
- MARQUES, João, 2015
O povoamento rural no troço médio do vale do Guadiana entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média, tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Doutor em Arqueologia.
- MARTINS, Miguel, 1988
Três cachimbos do hospital de Todos-os-Santos in «Revista Municipal», ano XLIX, 2.ª série, n.º 23, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 16-18

- MATOS, J. Xavier; FILIPE, Augusto, 2013
Carta de ocorrências Mineiras do Alentejo e Algarve, Escala 1:400.000, LGM, LNEG. ([http://www.lneg.pt/download/7904/Carta%20de%20Ocorr%EAncias%20Mineiras%20do%20Alentejo%20e%20Algarve%20-%20ESCALA%201.400%20000%20\(LNEG%202013%20-%20vs%20DIGITAL%20SECURED\).pdf](http://www.lneg.pt/download/7904/Carta%20de%20Ocorr%EAncias%20Mineiras%20do%20Alentejo%20e%20Algarve%20-%20ESCALA%201.400%20000%20(LNEG%202013%20-%20vs%20DIGITAL%20SECURED).pdf))
- MATTA, José Avelino da Silva e, 1982
Anais de Moura, 4.ª ed., Moura, Biblioteca Municipal de Moura
- MATTOS, Gastão de Mello de, 1941
Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal, Lisboa, Publicações da Comissão de História Militar
- MATTOS, Gastão de Mello de, «Fortificação» in *Dicionário de História de Portugal* (dir. por Joel Serrão), vol. 4, s.l., Iniciativas Editoriais, s.d., pp. 409-412.
- MENDONÇA, Isabel, 1994
Atalaia Magra – PT040210040009
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=988
- MENESES, Sebastião, 1889
Notícia sobre a Contenda de Moura, Lisboa, Imprensa Nacional
- MOITA, Irisalva, 1964
Hospital Real de Todos-os-Santos – in «Revista Municipal», n.º 101-102, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 77-100
- MOITA, Irisalva, 1965a
A carta arqueológica da margem esquerda do Guadiana e o Museu de Serpa (projecto), sep. de Actas do III Colóquio Portunese de Arqueologia – 1964 in «Lucerna», vol. IV
- MOITA, Irisalva, 1965b
Hospital Real de Todos-os-Santos – II in «Revista Municipal», n.º 104-105, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 26-103
- MOITA, Irisalva, s.d.
Hospital Real de Todos-os-Santos – III in «Revista Municipal», n.º 106-107, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 11-57
- MOITA, Irisalva, 1966a
Hospital Real de Todos-os-Santos – IV in «Revista Municipal», n.º 108-109, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 9-55
- MOITA, Irisalva, 1966b
Hospital Real de Todos-os-Santos – V in «Revista Municipal», n.º 110-111, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 42-59
- MOITA, Irisalva, 1987
A Casa dos Bicos – o sítio e o edifício (II) in «Revista Municipal», ano XLVIII, 2.ª série, n.º 19, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 15-32
- MOREIRA, Rafael, 1989
A época manuelina in «Portugal no mundo – História das fortificações portuguesas no mundo», Publicações Alfa, pp. 91-142
- NAVARRO, Julio, 1986
La ceramica esgrafiada andalusi de Murcia, Madrid, Casa de Velasquez
- NUNES, M. Dias, 1900
Arte e industrias tradicionaes – a ollaria em Serpa in «A Tradição», ano II, n.º 1, vol. II, pp. 6-9
- NUNES, M. Dias, 1900a
Arte e industrias tradicionaes – a ollaria em Serpa in «A Tradição», ano II, n.º 11, vol. II, pp. 168-170
- NUNES, M. Dias, 1900b
Arte e industrias tradicionaes – a ollaria em Serpa in «A Tradição», ano II, n.º 12, vol. II, pp. 187-189
- NYKL, A.R., 1940
Algunas inscripciones árabes en Portugal in «Al-Andalus», vol. V, fasc. 2, pp. 399-411
- NYKL, A.R., 1946
Arabic inscriptions in Portugal in «Ars Islamica», vol. XI-XII, pp. 167-183
- OLIVEIRA, Luís Filipe; VIANA, Mário, 1993
A mouraria de Lisboa no século XV in «Arqueologia Medieval», n.º 2, Porto, Edições Afrontamento, pp. 191-209
- PATRÍCIO, Otávio (et al.), 2013
A mesquita da Mouraria in «A Planície», n.º 774, 15.5.2013, p. 7
- PAVÓN MALDONADO, Basilio, 2009
Tratado de arquitectura hispanomusulmana. IV – Mezquitas, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas
- PEREZ-EMBID, Florentino, 1975
La frontera entre los reynos de Sevilla y Portugal, Sevilla

- PHILON, Helen, 1980
Early islamic ceramics, Londres, Islamic Art Publications
- PICARD, Christophe, 1986
Le Gharb al-Andalus: etude régionale d'après les sources littéraires et archéologiques, Thèse de III cycle, Paris
- PICARD, Christophe, 2000
Le Portugal Musulman (VIII-XIII siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique, Paris, Maisonneuve & Larose
- PIÇARRA, José Manuel (et al.), 2007
Carta geológica de Portugal – notícia explicativa da folha 44-A, Lisboa, INETI
- PIMENTEL, Nuno, 1994
As formas de relevo e a sua origem in «Portugal – perfil geográfico» (dir. de Raquel Soeiro de Brito), Lisboa, Editorial Estampa, pp. 29-50
- RAFAEL, Lígia, s.d.
Intervenção de conservação e estudo de um conjunto de placas de osso do período islâmico pertencentes ao Museu Municipal de Moura (relatório datilografado)
- REAL, Manuel Luís, 1995
Inovação e resistência: dados recentes sobre a Antiguidade Cristã no Ocidente Peninsular in «IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica», Barcelona, Institut d'Estudis Catalans, pp. 17-68
- REAL, Manuel Luís, 1998
Os moçárabes do Gharb português in «Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo», Lisboa, Instituto Português de Museus, pp. 35-56
- REGO, Miguel, 1994
Investigações arqueológicas no Castelo de Noudar in «Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana», Huelva, Universidad de Huelva, pp. 37-53
- REGO, Miguel, 2001a
Noudar (Barrancos): do Calcolítico à vila medieval, Tesina em Arqueologia apresentada à Universidad de Huelva
- REGO, Miguel, 2001b
Noudar no contexto da margem esquerda do Guadiana em época islâmica in «I Jornadas de Cultura Islâmica», Ayuntamiento de Almonaster la Real, p. 99-112
- REGO, Miguel, 2003
A ocupação islâmica de Noudar in «Arqueologia Medieval», n.º 8, Porto, Edições Afrontamento, pp. 69-82
- RETUERCE VELASCO, Manuel, 1986
Cerámica islámica de la Cidade das Rosas, Serpa (Portugal) in «Segundo Colóquio de Cerámica Medieval en el Mediterraneo Occidental», Madrid, Ministerio de Cultura, pp. 85-92
- RIBEIRO, Orlando, 1970
A evolução agrária no Portugal mediterrânico, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos
- RIUS, Mònica, 2000
La alquibla en al-Andalus y al-Magrib al-Aqsà, Barcelona, Institut «Millàs Vallicrosa» d'Història de la Ciència Àrab
- ROLDÁN HERVÁS, José Manuel, 1975
Itineraria Hispana. Fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Península Ibérica, Valladolid-Granada
- ROLDÁN CASTRO, Fatima, 1993
Niebla musulmana (siglos VIII-XIII), Huelva, Diputacion Provincial
- ROSSELLO-BORDOY, Guillermo, 1978
Decoracion zoomorfica en las islas orientales de Al-Andalus, Palma de Mallorca, Ediciones Cort
- RUIZ ACEVEDO, Juan M., 1998
Las vías romanas en la provincia de Huelva, Huelva, Delegacion P. Educación – Diputación Provincial
- SANTOS, Heloísa; ABRANCHES, Paula, 2013
A ocupação medieval e moderna dos territórios da margem Esquerda do Guadiana nos actuais concelhos de Moura e Mourão, Évora, EDIA/DRCALEN
- SANTOS, Vítor Pavão dos, 1964
A casa no Sul de Portugal na transição do século XV para o século XVI (dissertação de licenciatura depositada na Faculdade de Letras de Lisboa), Lisboa
- SEGURADO, Jorge, 1929
A igreja de S. João de Moura. Da sua arquitectura e da sua história, Lisboa, Parceria A.M. Pereira
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos, 1909
Noudar – notícia histórica, Lisboa
- SERRÃO, Eduardo da Cunha (et al.), 1988
Escavações no antigo hospital do Espírito Santo dos pescadores e mareantes de Sesimbra in «Arqueologia e História», série X, vol. I-II, Lisboa, 1984-1988, pp. 157-185

- SIDARUS, Adel, 1988-1993
Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos muladi e berbere no Ocidente Andaluz in «A Cidade de Évora», n.ºs 71-76, anos XLV-L (1988-1993), pp. 7-37
- SILLIÈRES, Pierre, 1990a
Voies romaines et limites de provinces et de cités en Lusitanie in «Les villes de Lusitanie romaine», Paris, CNRS, pp. 73-88
- SILVA, António Carlos, 1999
Salvamento arqueológico no Guadiana – da inventariação patrimonial à minimização dos impactes, Beja, EDIA
- SILVA, António Carlos, 2000
Inventário arqueológico – actualização in «Das pedras do Xerez às novas terras da Luz» (coord. António Carlos Silva), Beja, EDIA, pp. 303-363
- SILVA, António J.M., 1949
Considerações sobre as formações aquíferas da região de Barrancos in «Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro», Lisboa, 5:12, pp. 23-43
- SILVA, Isabel (coord.), 1995
A Idade do Bronze em Portugal – discursos de poder, Lisboa, Instituto Português de Museus
- SILVA, José Custódio Vieira da, 1989
Castelos e cercas medievais – séculos XIV e XV in «Portugal no mundo – História das fortificações portuguesas no mundo», Publicações Alfa, pp. 55-72
- SOARES, António M. Monge (et al.), 1971-1975
Necrópole romana da Herdade de Palhais (Sobral da Adiça) in «Arquivo de Beja», vol. XXVIII-XXXII, Beja, pp. 47-52
- SOARES, António M. Monge (et al.), 1985
O Castelo Velho de Safara: vestígios da prática da metalurgia in «Arqueologia», n.º 11, Porto, pp. 87-94
- SOARES, António Monge, 1992
A basílica paleocristã de Vila Verde de Ficalho (Serpa) in «IV Reunião de Arqueologia Paleocristã Hispânica – livro dos resumos», Universitat de Barcelona/ Universidade Nova de Lisboa, pp. 122-125
- SOARES, António M. Monge; ARAÚJO, Maria de Fátima; CABRAL, João Peixoto, 1994
Vestígios da prática de metalurgia em povoados calcólíticos da bacia do Guadiana, entre o Ardila e o Chança in «Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana», Huelva, Universidad de Huelva, pp. 165-200
- SOARES, António M. Monge; ARAÚJO, Maria de Fátima; ALVES, L.; FERRAZ, M. T. 1996
Vestígios metalúrgicos em contextos do Calcolítico e da Idade do Bronze no sul de Portugal in «Miscellanea em homenagem ao Professor Bairrão Oleiro» (coord. M. Justino Maciel), Lisboa, Colibri, pp. 553-559
- SOARES, António Monge (et al.), 1997
A necrópole paleocristã do Assento de Chico Roupa (Vila Verde de Ficalho, Serpa) in «Arqueologia Medieval», n.º 5, Porto, Edições Afrontamento, pp. 23-33
- SOARES, António M. Monge, 2005a
Os povoados do Bronze Final do Sudoeste na margem esquerda portuguesa do Guadiana: novos dados sobre a cerâmica de ornatos brunidos in «Revista Portuguesa de Arqueologia», vol. 8, n.º 1, Instituto Português de Arqueologia, pp. 111-145
- SOARES, António M. Monge; REAL, Fernando, 2005b
Um ídolo calcolítico em pedra encontrado na Serra da Preguiça (Sobral da Adiça, Moura) in «Revista Portuguesa de Arqueologia», vol. 8, n.º 2, Instituto Português de Arqueologia, pp. 107-112
- SOARES, António M. Monge; VALÉRIO, Pedro; ARAÚJO, Maria de Fátima, 2005c
Um novo vestígio da prática da metalurgia no Castelo Velho de Safara (Moura) in «Revista Portuguesa de Arqueologia», vol. 8, n.º 2, Instituto Português de Arqueologia, pp. 215-224
- SOARES, Rui Monge, 2012
O Cabeço Redondo, um edifício da Idade do Ferro pós-orientalizante na Herdade do Metum (Moura), dissertação de mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- SOUSA, Armindo de, 1990a
As cortes medievais portuguesas (1385-1490), vol. I, Porto, INIC
- SOUSA, Armindo de, 1990b
As cortes medievais portuguesas (1385-1490), vol. II, Porto, INIC
- SOUSA, João Silva de, 1991
A casa senhorial do Infante D. Henrique, Lisboa, Livros Horizonte
- TERÉS, Elias, 1957
Linajes árabes en al-Andalus segun la Yamhara de Ibn Hazm in «Al-Andalus», vol. XXII, Madrid-Granada, CSIC, pp. 55-111 e 337-376

- TORRES, Cláudio, 1987
Cerâmica islâmica portuguesa, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola
- TORRES, Cláudio, 1990
Um forno cerâmico dos séculos XV e XVI na cintura industrial de Lisboa in «Fours de potiers et 'testares' médiévaux en Méditerranée Occidentale», Madrid, Publications de la Casa de Velázquez, pp. 131-141
- TORRES, Cláudio (et al.), 1992a
Cerâmica islâmica de Mértola – propostas de cronologia e funcionalidade in «IV Congresso de Cerâmica Medieval do Mediterrâneo Ocidental», Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 497-536
- TORRES, Cláudio (et al.), 1992b
Povoamento antigo no Baixo Alentejo: alguns problemas de topografia histórica in «Arqueologia Medieval», n.º 1, Porto, Edições Afrontamento, pp. 189-202
- TORRES, Cláudio, 1993
O Garb al-Andalus in «História de Portugal» (dir. de José Mattoso), vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 361-415
- TORRES BALBÁS, Leopoldo, 1941
La alcazaba almohade de Badajoz in «Al-Andalus», vol. VI, fasc. 1, pp. 191-198
- TORRES BALBÁS, Leopoldo, 1942
La mezquita de al-Qanatir y el santuario de Alfonso el Sabio en el Puerto de Santa Maria in «Al-Andalus», vol. VII, fasc. 2, pp. 417-437
- TORRES BALBÁS, Leopoldo, 1943
La mezquita de la alcazaba de Badajoz in «Al-Andalus», vol. VIII, fasc. 2, pp. 466-470
- TORRES BALBÁS, Leopoldo, 1944
La acropolis musulmana de Ronda in «Al-Andalus», vol. IX, fasc. 2, pp.449-481
- TORRES BALBÁS, Leopoldo, 1945a
La mezquita real de la Alhambra y el baño frontero in «Al-Andalus», vol. X, fasc. 1, pp. 196-214
- TORRES BALBÁS, Leopoldo, 1945b
La mezquita mayor de Granada in «Al-Andalus», vol. X, fasc. 2, Madrid-Granada, pp. 412-430
- TORRES BALBÁS, Leopoldo, 1953
La mezquita mayor de Almeria in «Al-Andalus», vol. XVIII, fasc. 2, pp. 412-430
- TORRES BALBÁS, Leopoldo, 1955
Extensión y demografía de las ciudades hispanomusulmanas in «Studia Islamica», III, Paris, Larose, pp. 35-59
- TRINDADE, Luísa, 2009
Urbanismo na composição de Portugal, dissertação de doutoramento em História (especialidade de História da Arte), apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- TRINDADE, Maria José Lagos, 1962
A vida pastoril e o pastoreio em Portugal nos séculos XII a XV (dissertação de licenciatura policopiada), Lisboa
- ULBERT, Tilo, 1994
Chancel screen relief in «The art of Medieval Spain. AD 500-1200», New York, The Metropolitan Museum of Art, pp. 48-49
- VALDÉS, Fernando, 1986
La alcazaba de Badajoz, Madrid, Ministerio de Cultura
- VALDÉS, Fernando; DÍAZ, Susana, 2002
El castillo de Cuncos – una ciudad desconocida en la raya hispano-portuguesa in «Al-Madan», 2.ª série, n.º 11, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 213-218
- VALENTE, David, 1991
Acerca dos forais de Moura, Moura, Câmara Municipal de Moura
- VALERA, António Carlos, 2002
Pré-História recente da margem esquerda do Guadiana in «Al-Madan», 2.ª série, n.º 11, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 213-218
- VASCONCELOS, José Leite de, 1916
Entre Tejo e Odiana in «O arqueólogo português», vol. XXI, pp. 152-195
- VASCONCELOS, José Leite de, 1924
Figuras de bronze antigas do Museu Ethnologico Português in «O arqueólogo português», vol. XXVI, pp. 29-36
- VASCONCELOS, José Leite de, 1939
Anta da Negrita in «Jornal de Moura», n.º 618, 9.9.1939, p. 10
- VELÁZQUEZ, Isabel, 2001
Concelho de Moura – freguesia de Moura – 1135 in «Hispania Epigraphica», Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, pp. 397-398

VELHO, Martim, 1966

Varões árabes ilustres do Andaluz Ocidental – biografias traduzidas das obras de Ibn al-Faradi e Ibn Bashkwal, sep. do «Boletim da Junta Distrital de Évora», n.º 7, Évora, Junta Distrital de Évora

VIANA, Abel, 1945

Paleolítico das margens do Guadiana in «Arquivo de Beja», vol. II, Beja, pp. 356-391

VIANA, Abel, 1946

Paleolítico das margens do Guadiana in «Arquivo de Beja», vol. III, Beja, pp. 364-411

VIANA, Abel, 1949

Beringel (notas monográficas) in «Arquivo de Beja», vol. VI, Beja, Câmara Municipal de Beja, pp. 153-185

VIANA, Abel, 1954

Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo in «Arquivo de Beja», vol. XI, Beja, Câmara Municipal de Beja, pp. 3-31

VIANA, Abel, 1955

Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo in «Arquivo de Beja», vol. XII, Beja, Câmara Municipal de Beja, pp. 3-35

VIGON, Jorge, 1947

Historia de la artilleria española, t. I, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas

VISCONDE DE SANTARÉM, 1842

Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal, t. I, Paris



União Europeia
FEDER
Investimos no seu futuro

